

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 100.^a Sessão Ordinária
Realizada em 30 de Junho de 1971 — (Quarta-feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Santos Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão (42); achando-se ausentes os srs. deputados: Wilson Fortes, Arthur de Souza, David Federmann, Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

OFÍCIO:

— Sob o n. 046-71, do senhor Guillermo Humberto Murillo Viara, presidente do Sindicato Rural de Alto Paraná, encaminhando Proposição aprovada pela Assembléia daquele Sindicato, a qual foi remetida às bancadas paranaenses do Senado e Câmara dos Deputados e publicada no Diário do Congresso Nacional, do dia 21 de abril do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Quando se noticiou que a Nave Espacial norte-americana sofrera avaria, e estava ameaçada de perder-se no Espaço, correndo grande risco de vida seus tripulantes, a humanidade deu uma das mais belas demonstrações de solidariedade, voltando suas atenções, oferecendo auxílio numa imensa prece. Finalmente o desfecho feliz. Mas o magnífico exemplo de fraternidade universal foi o grande registro em favor do homem.

No desempenho de missão no Espaço sucumbiram três cosmonautas soviéticos.

Não importa a nacionalidade, a ciência não conhece o condicionamento estreito das fronteiras, como Universal também é a convicção por nós esperada de que todos os homens são irmãos.

Assim, desejando expressar o sentimento de pesar pelo lamentável acontecimento em que os cosmonautas soviéticos perderam a vida, proponho, após ouvido o Plenário, o envio do seguinte Telex ao representante da União Soviética em nosso País:

"Assembleia Legislativa Paraná manifesta Vossência vg Governo et povo soviético pesar profundo que desaparecimento cosmonautas causaram pt Povo paranaense sentiu irreparável pt Saudações"

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado, com assento nesta Casa e na forma regimental,

1.º — considerando que a preconizada reforma agrária é um dos pontos altos do Governo da República, no que tange à solução dos problemas sociais da esfera rural;

2.º — considerando que o homem e não a terra deve ser a base de toda reforma agrária, segundo palavras textuais do ilustre ministro Cirne Lima;

3.º — considerando que, em relação ao homem, os maiores problemas têm origem, atualmente, nos contratos agrários;

4.º — considerando que o Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, em seus artigos 92 a 96, disciplinou a matéria referente ao arrendamento rural e à parceria agrícola;

5.º — considerando que a Lei Federal n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, e o Decreto n.º 59.566, de 14 de novembro de 1966, fixaram normas de Direito Agrário e regulamentaram tais dispositivos do Estatuto da Terra;

6.º — considerando que o artigo 13 do supracitado Decreto n.º 59.566, além de estabelecer a proibição de renúncia dos direitos e vantagens firmados em leis ou regulamentos, por parte dos arrendatários ou parceiros-outorgados, mas visando a "conservação dos recursos naturais" e atendendo ao disposto na alínea b, do inciso XI, do art. 95, e da alínea b, do inciso V, do art. 96, do Estatuto da Terra, fixou o prazo mínimo de 3 (três) anos nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura temporária e/ou de pecuária de pequeno e médio porte, ou em todos os casos de parceria;

7.º — considerando, porém, que o mencionado prazo mínimo de três anos para os contratos de parceria agrícola, tem gerado o desentendimento com o crescente acesso à via judicial, por parte dos parceiros-outorgados, principalmente, na região norte do Estado, existindo dubiedade na interpretação da lei, sendo constante a exegese de que o texto diz tudo, isto é, de que nos contratos de parceria agrícola de qualquer natureza (expresso ou tácito), o prazo mínimo a ser observado é o de três anos; enquanto que, com igual dose de razões, outros proclamam que o prazo mínimo de três anos só tem aplicação quando não existir contrato escrito que estipule menor prazo, podendo ser até de um ano agrícola;

8.º — considerando que o poder judiciário, por sua vez, ainda não firmou Jurisprudência a respeito;

9.º — considerando que tais casos estão a exigir a elaboração imediata de uma alteração que venha dar a devida clareza e precisão aos dispositivos legais em exame;

10.º — considerando que é da competência da Eminentíssima Presidência da República a regulamentação da citada lei e, por conseguinte, a correção do regulamento quando inexacto ou ambíguo,

pede que — ouvida a Casa — seja enviado, com o mais alto respeito, um

apelo ao exmo. sr. Presidente da República, no sentido de que, em alteração ao Decreto n. 59.566, de 14 de novembro de 1966, se adite ao texto invocado o necessário esclarecimento, passando a letra a, do seu inciso II, a ter esta ou melhor redação:

a) prazos mínimos na forma da alínea "b", do inciso XI, do artigo 95, e da alínea "b", do inciso V, do artigo 96, do Estatuto da Terra:

" — de 3 (três) anos nos casos de arrendamento em que ocorre atividade de exploração de lavoura temporária e/ou de parceria de pequeno e médio porte, ou em todos os casos de parceria, seja qual for a natureza de seu contrato, escrito ou tácito".

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.971.

(a) Muggiati Filho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão voto de aplausos ao eminente professor Newton Freyre Maia, catedrático da Cadeira de Genética da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, pelos seus brilhantes serviços prestados à Organização Mundial de Saúde, com sede em Genebra, e por ter sido laureado com a comenda "Pinhão de Ouro", promoção conjunta da Prefeitura Municipal de Curitiba e Associação Cristã Feminina.

Requer ainda que, da decisão do Plenário, seja comunicado ao homenageado.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.971.

(a) Nivaldo Krüger.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, ouvida a Casa, seja enviada sugestão ao sr. Secretário da Agricultura, no sentido de se promover fomento através de política especial à fruticultura nas regiões adequadas pela ecologia local.

A importância econômica da fruticultura ressalta-se no simples fato de sermos importadores de frutas.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.971.

(a) Nivaldo Krüger.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor ministro Júlio Barata, da Pasta do Trabalho e Previdência Social, solicitando sua interferência no sentido da criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarapuava, neste Estado.

Esta solicitação prende-se ao fato da Justiça Comum, por onde correm todos os processos trabalhistas daquela Comarca, estar sobrecarregada de serviços, motivo principal da demora nos julgamentos, e conseqüentes prejuízos aos reclamantes.

O grande desenvolvimento atravessado por Guarapuava está a exigir a criação desta Junta de Conciliação e Julgamento.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.971.

(a) Nivaldo Krüger.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja enviado ofício ao Senhor Secretário do Trabalho e Assistência Social, solicitando providências no sentido de ampliar as dependências do Internato, seu dormitório, e construir salas de aulas.

Devido à deficiência aludida, muitos órfãos que para ali enviados, estão sujeitos à promiscuidade, dormindo em camas a dois, recebendo deficientíssima instrução, pois dado a carência de recursos, o Educandário não vem fazendo a promoção dos internos.

Tivemos conhecimento de que os professores que ali trabalham, e os demais funcionários, encontram-se com seus vencimentos atrasados há quatro meses.

Ao enviarmos este ofício, temos em vista colaborar com Sua Excelência, à frente da Secretaria.

Valemo-nos da oportunidade para oferecer a nossa colaboração naquilo que Sua Excelência julgar necessário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.971.

(a) Nivaldo Krüger.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 130-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no município de Quitandinha, para funcionar a partir do próximo ano. (1972).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.971.

(a) Leopoldo Jacomel.

JUSTIFICATIVA: — A laboriosa população do município de Quitandinha, composta na sua grande maioria de lavradores, não conta até o momento com um estabelecimento de ensino de grau médio.

Para a educação de seus filhos em tempo de cursar o ginásio, aquela população se vê obrigada a onerar enormemente o seu orçamento doméstico, enviando-os a Rio Negro ou a esta Capital.

Para uma população com poucos recursos, nada mais justo do que o Estado lhe proporcionar meios mínimos indispensáveis para atender às necessidades escolares de seus filhos.

Por esta razão, apresentamos o presente plano de lei, esperando que nossos ilustres Pares lhe dêem o necessário apoio.

PROJETO DE LEI N.º 131-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Normal Colegial no município de Conselheiro Mairynk, para funcionar a partir do ano letivo de 1.972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.971.

(a) Aguialdo Pereira Lima.

JUSTIFICATIVA: — A iniciativa deste plano de Lei, é devido a existir, na Região, grande número de escolares em condições de cursarem uma Escola Normal; estando o nosso País empenhado no estímulo pela Educação em massa dos jovens, nada mais justo e louvável do que dar condições a que se formem novos mestres da educação.

Este é o Projeto que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares, os quais temos certeza darão integral apoio a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI N.º 132-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma compa-

nhia, sob a denominação de "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná" — CINTEAPA — com o objetivo de realizar estudos e elaborar projetos de construção, melhoria e conservação de estradas situadas no âmbito municipal, identificadas como "alimentadoras" do sistema rodoviário estadual e federal, bem como praticar todo e qualquer ato ligado à consecução desse resultado.

Parágrafo único — Além do Estado, poderão integrar a companhia os municípios em cujo território se achem as referidas estradas, nela ingressando por ocasião de sua constituição ou à medida em que fôr autorizado e resolvido o aumento do capital social.

Art. 2.º — A CINTEAPA terá ainda, como encargo fundamental, promover, através de empresas subsidiárias, cuja constituição fica, desde já, autorizada, a implantação de uma política rodoviária intermunicipal integrada, prestar àquelas mesmas empresas assistência técnica, fiscalizar as obras e serviços contratados, e exigir das mencionadas empresas a fiel execução dos planos e programas rodoviários que elaborar.

Parágrafo único — As empresas a que alude este artigo serão constituídas mediante a reunião de municípios em regiões, na forma prevista na Constituição do Estado, de modo que a cada região corresponda uma empresa subsidiária.

Art. 3.º — Por decisão da Assembleia Geral, a Companhia poderá, ampliando o seu capital, emitir ações a serem subscritas por outros municípios, segundo o critério firmado no parágrafo único do art. 1.º, e pelo Estado, na forma da Lei. Os municípios que vierem a fazer parte da Companhia, o farão, ao mesmo tempo, em que, reunidos na forma do parágrafo único do artigo anterior, constituírem mais uma empresa subsidiária.

Art. 4.º — O capital inicial da CINTEAPA será de Cr\$ 1.630.000,00 (Um milhão seiscentos e trinta mil cruzeiros), dividido em 163.000 (cento e sessenta e três mil) ações de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada uma, todas nominativas, sendo 81.500 (oitenta e um mil e quinhentas) ordinárias e 81.500 (oitenta e um mil e quinhentas) preferenciais.

Parágrafo único — Do total referido neste artigo o Estado do Paraná subscreverá 32.600 (trinta e duas mil e seiscentas) ações ordinárias, cabendo aos municípios que ingressarem na Companhia a subscrição do restante do capital social, na proporção da capacidade financeira de cada um.

Art. 5.º — Os dividendos que couberem ao Estado e aos municípios que façam parte da CINTEAPA serão aplicados, inicialmente:

a) na integralização dos valores das ações subscritas pelo Estado e pelos municípios integrantes da sociedade;

b) na aplicação, até 20%, em serviços rodoviários, ligando zonas de alta produção e abastecimento a centros de comercialização ou de consumo, que não tenham constado originariamente de Plano Diretor.

Art. 6.º — Para integralização do valor de suas ações, na CINTEAPA, o Estado do Paraná poderá utilizar bens e direitos alienáveis que possua, relacionados com o setor rodoviário, e os créditos e verbas devidamente autorizados para esse fim.

Art. 7.º — É o Poder Executivo autorizado:

a) a designar, por decreto, o representante do Estado nos atos constitutivos da CINTEAPA — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná e das empresas subsidiárias que vierem a ser criadas;

b) a oferecer a garantia do Estado, sob a forma de fiança, aval, endosso ou outra qualquer, às operações de crédito e aos contratos para execução de obras e aquisição de materiais e equipamentos celebrados pela Companhia e pelas empresas subsidiárias que, com o mesmo objetivo, vierem a ser criadas;

c) a consignar, na proposta orçamentária para 1972, verba própria para integralização do restante do valor das ações subscritas.

Art. 8.º — A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do

Estado do Paraná terá um Conselho Administrativo, onde, além do representante do Estado, deverá haver representantes das empresas subsidiárias, na proporção de um para cada empresa.

§ 1.º — As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, sendo o voto do representante do Estado equiparado ao de uma subsidiária.

§ 2.º — A escolha dos representantes das subsidiárias será feita pelas mesmas, sendo que todos os seus integrantes terão voto igualitário independentemente do capital com que cada município entre para o empreendimento.

Art. 9.º — O Estado do Paraná responde subsidiariamente por todos os compromissos legalmente assumidos pela CINTEAPA e suas subsidiárias.

Art. 10. — As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas, no corrente exercício, pela dotação da rubrica sob código local 4.1.00. — Despesas de Capital (Investimentos), no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) do orçamento vigente.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Saía das Sessões, em 30 de junho de 1.971.

(a) Nivaldo Krüger.

JUSTIFICATIVA: — A iniciativa que ora submetemos à consideração dos srs. Deputados, é o meio capaz de solucionar, em prazo curto, os problemas defrontados pelo Estado, para a construção de Estradas Alimentadoras, no âmbito municipal. Elas são identificadas por este nome, por que são verdadeiramente as que canalizam para o sistema rodoviário estadual e federal, os meios, a produção, etc... que vão alimentá-las.

Adotada no Rio Grande do Sul, sob a mesma estrutura funcional, ela apresentou resultados altamente expressivos, que colocaram aquela unidade federativa em condições privilegiadas em nosso país. Oxalá possamos repetir o mesmo êxito.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Esta Presidência tem a satisfação de anunciar, em Plenário, a presença do sr. Valmor Giavarina, Prefeito Municipal de Apucarana.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupo rapidamente a Tribuna para fazer justiça, porque muitas vezes a tenho ocupado para trazer ao conhecimento do povo certos fatos administrativos que, a nosso ver, não estão corretos.

Hoje tenho que fazer justiça ao sr. Diretor do Departamento Estadual de Compras. Não requeiro voto de louvor ao Diretor daquele Departamento, porque sou avesso a requerimentos desta natureza, e acho que homem público, quando bem cumprem sua missão, nada mais estão fazendo do que cumprir sua obrigação, porque estão sendo pagos pelo povo para isto.

Como na semana passada combati atitudes de duas Autarquias do Governo, que fizeram concorrência para a aquisição de veículos e não sei por que motivo, não deferiram à firma vencedora o pedido, hoje tenho que elogiar a atitude do Diretor do DEC, que fez um acordo com todas as firmas revendedoras de veículos, acordo que eu vinha pleiteando no Governo anterior, e não sei por que razões o Governo anterior não quis aceitar esta medida que considero da mais inteira justiça, porque todos os fornecedores do Estado pagam o seu imposto, contribuem com o esforço de sua atividade econômica para o desenvolvimento do Paraná. Então todas têm que ser aquinhoadas com as compras realizadas pelo Estado, desde que os preços sejam iguais.

O sr. Cabral, diretor do DEC, hoje, quando precisa adquirir um determinado número de automóveis, chama todos os revendedores e distribui equitativamente às firmas revendedoras o pedido. É uma medida de justiça.

que não pode ser taxada de imoral por ninguém, e afasta tôdas as possibilidades de marmelada, de se meter a mão na cambuca, como se metia no DEC.

Quero deixar consignados na Ata de nossos trabalhos os meus aplausos ao Diretor do DEC, que está agindo como devem agir homens decentes, no desempenho de funções públicas.

Quero também agradecer as prontas e enérgicas providências tomadas pelo sr. Plínio Franco Ferreira da Costa, com referência a determinado setor da cidade, que estava com quarenta telefones desligados. As providências foram enérgicas e eficazes, e S. Exa. provou que o que lá existia era má vontade, talvez sabotagem para com a Direção da TELEPAR, porque no mesmo dia os telefones deixaram de ser mudos e passaram a funcionar.

Quero fazer este registro, porque já disse que a minha atuação é a de mais absoluta independência, elogiando quando estiver certo e atacando quando achar errado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Borsari Neto, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

"A saúde do povo é a suprema lei", são as inscrições que encontramos à frente do prédio de nossa Secretaria de Saúde.

E quando lembramos que a saúde de uma população depende, preferencialmente, da quantidade e da qualidade de água que é posta à sua disposição, é que passamos a aquilatar a importância desses serviços públicos. Importância a tal ponde de constituir preocupação do Governo estadual. E há mais de trinta anos, o Departamento de Águas e Esgoto do Estado do Paraná atende à Capital e a diversas cidades do interior.

É no atendimento a uma solicitação dos sanitaristas do País, o BNH enfeixou, dentro do órgão, a política de saneamento do Brasil em decorrência dessa política, foi criada a SANEPAR.

Esses dois órgãos, dentro de suas atribuições, vêm fazendo seu atendimento em todo o Estado do Paraná.

E quero abordar, neste campo, dois aspectos: um que diz respeito ao atendimento de Curitiba e outro ao programa geral.

No que diz respeito ao atendimento a Curitiba, o DAE, em todos os trechos em obras, possui rédes de água e esgotos em perfeito funcionamento, e não se cogita de modificações no centro da cidade. Entretanto, as obras de canalização do Rio Ivo e a implantação da rede de energia elétrica, bem como as remodelações das ruas, são motivos que exigem remanejamento dessas rédes.

O órgão tinha previsão de realizar obras no centro da cidade, mas foi dedicado todo o interesse para que os serviços de saneamento corressem o mais rapidamente, e o motivo pelo qual se executou, em certos trechos, rede provisória em plástico, foi no sentido de resguardar os proprietários de dois inconvenientes:

- 1) evitar a execução de obras de duas rédes provisórias antes da consolidação do solo;
- 2) evitar o rompimento da rede de manilhas, o que provocaria o lançamento do esgoto na frente de cada edifício.

Sabemos, srs. Deputados, essas obras que estão sendo realizadas, vêm sendo reclamadas pelo próprio comércio, que se via prejudicado pelas inundações constantes do centro da cidade. Por isso, entendemos que o mal temporário que hoje aflige a população é o ônus que se paga pelo bem estar de amanhã.

No tocante ao programa geral de saneamento, há uma preocupação do Governo do Estado, uma preocupação de S. Exa. o sr. Haroldo Leon Peres em equacionar, dentro da nova política do BNH, uma construção que consolide o programa de saneamento. Por isso, S. Exa., o sr. Governador, con-

ciuiu pela necessidade de se instalar, no Estado, concessionárias para implantar o sistema de abastecimento de águas e de coleta de esgoto. E a Secretaria de Obras Públicas e o Departamento de Águas e Esgoto, dentro desse espírito, estão estudando e procurando, em breve, trazer solução para o problema, dentro dessa política traçada pelo BNH.

E nesse sentido, sr. Presidente, srs. Deputados, que ocupo a Tribuna, pedindo aos nobres Deputados que representam suas regiões, que procurem consentir, não só as populações de seus municípios, mas também as autoridades municipais, no sentido de procurarem implantar, dentro de seus programas obras, como obra prioritária de infra-estrutura, o abastecimento de água e coleta de esgotos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Rosário Pitelli, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Venho ocupar a Tribuna nesta tarde de hoje, para abordar um assunto que reputamos de grande importância, não só para o Estado do Paraná, mas também para todo o Brasil: É o café.

É aquele produto que aqui nesta Casa tem sido abordado por todos os srs. Deputados, uns preocupados com sua comercialização, preocupados com a antecipação do preço e de melhor preço para o produto, outros preocupados com a renovação da lavoura cafeeira, tão importante para o nosso Estado.

O Governo, é bem verdade, tem se dedicado, tem se preocupado com o problema, a fim de que nossas lavouras possam ser recuperadas e novas lavouras possam surgir. Para isso, diga-se de passagem que o Governo tem propiciado excelentes financiamentos àqueles que queiram renovar suas lavouras, a par de uma orientação técnica moderna que permite um produto de melhor qualidade e, ainda, um combate sistemático, se necessário for, a todas as pragas oriundas dos cafezais.

Alastra-se por todo o Estado o problema da Ferrugem, e nós gostaríamos de aqui dizer que o novo sistema de plantio de café, incentivado pelo IBS, propicia vantagens extraordinárias no combate à ferrugem, se por acaso, ela vier a atingir os cafezais.

Mas, não é só com referência ao produto que todos se preocupam, é também com a industrialização do nosso principal produto. E na minha cidade, Cornélio Procopio, quando exercíamos o cargo de Prefeito Municipal, tivemos o cuidado de procurar industrializar o nosso principal produto na fonte de produção. E foi com esse objetivo que nós fizemos inaugurar um parque industrial na cidade de Cornélio Procopio, para que nele fossem instaladas diversas indústrias. E tivemos a felicidade e a sorte, digamos assim, em favor de nosso povo e em favor de nosso principal produto, de conseguir que a inauguração desse Parque tivesse, como meta principal, a industrialização do café solúvel.

Na oportunidade em que chegamos às vésperas de sua inauguração oficial, queremos, aqui desta Tribuna, convidar todos os srs. Deputados, em nome daquela Diretoria, para comparecerem ao ato de inauguração que será no próximo dia 17 do corrente mês. Na inauguração da Companhia Iguaçu de Café Solúvel, deverão estar presentes todas as autoridades que se dedicam ao comércio e à indústria do café. A presença do sr. Governador do Estado já é certa, e a do sr. Presidente da República, estamos aguardando confirmação.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, gostaríamos de dizer para aqueles que ainda não conhecem a importância da indústria do café solúvel, a ser instalada em Cornélio Procopio no próximo dia 17, que se trata da mais moderna técnica de café existente no mundo, a Lio Filização do café. Para aqueles que ainda não têm conhecimento disso, nós diríamos que o processo

Freeze Dried é um processo em que o café solúvel é extraído a baixa temperatura, a 50° abaixo de zero. É com esse processo que se consegue manter a vida do plasma sanguíneo e nas bactérias. Se se consegue manter a vida quando se desidrata uma matéria, com muito mais lógica e com muito mais procedência, pode-se manter perfeitamente intactas as propriedades orgánolépticas do café, quando ele é liofilizado.

O processo comum usado no Brasil, é o Spray Dried feito a alta temperatura, de 200°; por isso são prejudicadas suas propriedades, ao passo que no café Freeze Dried as propriedades são mantidas, o seu gosto é mantido, assim como o cheiro e o sabor. Os nobres Deputados poderão ver isto, pois temos aqui para entregar uma amostra do produto, o que faremos com muito prazer e com muita satisfação.

Os srs. Deputados perceberão que o café liofilizado é aquele que se aproxima, em 90% do gosto do café de coador, superando-o muitas vezes, é bem verdade, porque quando o café de coador não é de boa qualidade, não chega a competir com o liofilizado. O café liofilizado ou "freeze pried", como é chamado, é feito exclusivamente de café de alta qualidade.

Por isto, já que hoje é o último dia em que temos sessão, de vez que entraremos em recesso, quero, em nome da Cia. Iguaçu de Café Solúvel, de Cornélio Procopio, ter a honra e a satisfação de contar com a presença de todos os srs. Deputados no dia de sua inauguração, no dia 17 de julho do corrente ano. A inauguração desta indústria irá trazer maior rentabilidade para a cidade de Cornélio Procopio e propiciará trabalho profícuo para mais de trezentas famílias.

Srs. Deputados, este é o nosso pronunciamento na tarde de hoje. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Realizou-se recentemente, em Goiânia, o Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, onde a delegação de nosso Estado projetou-se com muito brilhantismo.

A sessão de encerramento, a principal delas, foi presidida por um companheiro desta Casa, o nosso amigo jornalista José Joaquim. Na mesma ocasião, teses e estudos de representantes do Paraná foram aprovados pelo Plenário.

O que nos traz a esta Tribuna é o objetivo de transcrever nos Anais da Casa a Carta e as deliberações principais da VIII Conferência Nacional de Jornalistas Profissionais, cujo teor é o seguinte:

(Lendo): "1 — Manifestar total repúdio à criação da Ordem dos Jornalistas Profissionais, prevista no projeto n. 30, em tramitação no Senado Federal, por considerá-la contrária aos interesses da classe, já que o decreto-lei n. 972, com as alterações posteriores e as já encaminhadas, atende perfeitamente aos objetivos de regularização do exercício da profissão;

2 — Propugnar pela melhoria do nível da classe, visando ao fortalecimento profissional e pela fixação de um salário mínimo profissional, dado o papel que hoje representa o homem de imprensa no processo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país;

3 — Solicitar do Ministério do Trabalho que, através de seus órgãos competentes, faça observar o fiel cumprimento dos dispositivos do decreto-lei n. 972 pelas empresas;

4 — Solicitar do Governo Federal o reconhecimento dos Cursos de Comunicação em funcionamento no país, que estejam enquadrados nos formalidades legais e atendam aos interesses cada vez mais prementes de aprimoramento cultural da classe;

5 — Sugerir a criação de uma Carteira de Identidade Profissional única

para todos os jornalistas profissionais sindicalizados e seu reconhecimento pelo Poder Público como documento hábil de identidade em todo o país;

6 — Encarecer ao Governo Federal a necessidade de humanização da correção monetária nos financiamentos do Banco Nacional de Habilitação destinada à aquisição da casa própria, estabelecendo-se prazo fixo para a amortização da dívida e percentual fixo sobre a renda para efeito de cálculo das prestações, visando a evitar que diminua cada vez mais o poder aquisitivo do trabalhador, dentro da atual política salarial do Governo;

7 — Solicitar do BNH que faça uma recomposição com os mutuários atualmente em atraso, visando a resguardar os interesses do órgão e evitar a ocorrência de crise social na habitação, dentro de um programa de integração social e dinamização do sistema cooperativista habitacional;

8 — Envidar esforços no sentido de defesa do livre exercício profissional, hoje tão espezinhado em quase todas as partes do mundo;

9 — Conscientes da realidade atual do país, manifestar, firmemente, sua confiança na capacidade do povo brasileiro e na realização dos objetivos de progresso e bem-estar social, que devem ser a preocupação constante de todos aqueles que detêm qualquer parcela de responsabilidade na condução da sociedade brasileiro”.

Conforme os eminentes srs. Deputados puderam observar, as deliberações da 8a Conferência Nacional...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica ao nobre orador que tem um minuto para concluir a sua oração.

O sr. Maurício Fruct — Obrigado... vieram de encontro não só aos interesses da classe, mas também ao encontro de grande interesses e de grandes problemas nacionais, entre os quais se destaca a falta de humanização na política do BNH.

Gostaria, se a Presidência me concedesse, fazer um reparo especial ao pronunciamento do sr. deputado Rosário Pitelli, feito há poucos instantes desta Tribuna, quando convidou a Casa para participar do almoço de inauguração da Companhia Iguaçu de Café Solúvel, a ser realizado no dia 17 de julho, de que, na realidade, os métodos de leofilização são inéditos em nosso território e dará, por certo, mais progresso à região de Cornélio Procopio e a todo o Estado paranaense. E se o sr. Presidente me permitisse mais uma observação, gostaria de, com relação ao pronunciamento do nobre deputado Borsari Neto, em que ele afirma da necessidade do DAE colocar tubos plásticos a fim de apressar o andamento das obras das ruas Pedro Ivo e Voluntários da Pátria, é justamente contrário à informação que havíamos recebidos anteriormente, isto é, que os referidos tubos, foram colocados com definitivos, porém, não suportando a pressão, todos eles arrebentaram, trazendo sérios prejuízos não só ao DAE, mas também a toda população de Curitiba.

E com referência a este mesmo assunto, em pedido de informação solicitada ao sr. Diretor do DAE, havíamos pedido apenas a dinamização dos trabalhos; as obras não estão caminhando com a velocidade necessário porque o DAE infelizmente volta a repetir, não acompanha o ritmo de trabalho adotado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pela Campanha Força e Luz do Paraná, que realiza as redes subterrâneas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Mais uma vez, volto a Tribuna para falar, com referência ao ICM cessado hoje, no que determina o Decreto 326, de 26 de abril de 1971, que adotou o índice de 70 para este semestre na distribuição aos municípios.

Voltam novamente os municípios a receber, baseados no índice de 1971.

Estes municípios, que já haviam sido beneficiados com este novo índice, já deram a sua quota de sacrifício, concordando com aqueles duzentos municípios que foram prejudicados com este novo índice de 71. E para que isso não aconteça mais, para que não seja este sacrifício na mesma proporção em que foi até agora, foi sugerido pela Associação dos Municípios do Paraná um índice médio, ou seja, a soma dos dois e dividido 70 e 71, para que não fosse tão grande a distorção deste novo índice adotado em 1.970 e 71, vigorando a partir de amanhã.

Mas, sabemos nós que, para que sejam adotados esses índices médios, é preciso que haja concordância de todos os Prefeitos, e está encetando esse movimento a Associação dos Municípios do Paraná, para que se firme esse convênio com o Governo do Estado, adotando o índice médio.

Eu faço um apêlo, neste instante, aos srs. Deputados que vão ao interior no recesso desta Casa, que entrem em entendimentos com os srs. Prefeitos, estudando a possibilidade da adoção desse índice médio, evitando-se assim que volte o índice de 71, pois serão prejudicadas duzentas prefeituras com o retorno desse índice.

Será uma medida paliativa, para que nós, até dezembro, tenhamos condições de atender melhor a estes Municípios.

Tenho em mãos um Parecer fornecido pela Assessoria Econômica e Financeira da Secretaria da Fazenda, com referência aos índices médios, que passo a ler neste momento. (Lendo):

"PARECER N. AEF/006/71

Referente: índices médios elaborados pela Associação dos Municípios do Paraná, para efeito da distribuição das quotas de ICM aos Municípios, no segundo semestre de 1971.

A Associação dos Municípios do Paraná, através de expediente datado de 10-5-71, sugere a adoção de um índice médio ponderado, através dos coeficientes fixados nos exercícios de 1970 e 1971, respectivamente, para efeito da distribuição das parcelas do ICM aos Municípios, no segundo semestre de 1971.

Assevera aquela entidade que, cessando em 30 de junho do corrente ano o efeito do Decreto Estadual n. 326, de 26-4-71, que fixou os mesmos índices de 1970 para os três últimos meses do primeiro semestre de 1971, serão reavaliados os índices fixados para o exercício de 1971 da maioria dos prefeitos, que se julgam prejudicados pelos índices com base neste sistema.

Entendem ainda, que a prorrogação dos mesmos índices de 1970 para o segundo semestre do corrente exercício, depende de nova autorização do Governo Federal, nos moldes do Decreto-Lei 1155-71, ou ainda através de convênio firmado por todos os Prefeitos, o que por sua vez não teria acolhida pela maioria, haja visto que estes índices também não satisfazem as reivindicações daqueles Municípios que forem beneficiados através dos coeficientes fixados com base nas operações tributárias.

Justifica a A.M.P., através do estudo elaborado, que a adoção de um índice médio viria conciliar os interesses de todos os Prefeitos. Desta forma, esta Assessoria, examinando a matéria, conclui favoravelmente à implantação do critério ora sugerido para distribuição das quotas do ICM no segundo semestre do corrente exercício, em substituição aos índices baseados nas operações tributáveis.

Em função da proposição relatada, opinamos, que através de coordenação da A.M.P., sejam efetuados os necessários contratos com os srs. Prefeitos, no sentido de se estabelecer convênio entre os Municípios e que, posteriormente, seria ratificado pelo Governo do Estado, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n. 380-68, que diz:

Art. 11 — Mediante convênio celebrado com a concorrência de todos os Municípios, os Estados poderão estabelecer outros critérios de distribuição das parcelas pertencentes aos municípios, bem como alterar parcelas previstas neste Decreto-Lei. Os convênios terão somente prazo determinado.

É este o Parecer da Assessoria Econômica-Financeira da Secretaria da Fazenda.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para levar ao conhecimento da Casa que, para satisfação minha, nestes últimos domingos, tenho visitado diversos estabelecimentos assistenciais. Domingo atrasado estive no Educandário Caetano Munhoz da Rocha, e no passado na Colônia Adauto Botelho, onde pude constatar o melhor atendimento aos excepcionais. Vi lá setenta crianças que vêm sendo atendidas da melhor maneira possível; dependências com equipamentos, boas camas e roupas, o que não acontecia anteriormente. Na parte dos adultos também uma boa assistência e atenção. Acompanhando o Diretor, sr. Fabrício Zanardini, disse-me ele das dificuldades por que passa, pois 80% dos atendidos são indigentes, e que precisaria de um convênio oferecendo melhores condições. Disse-me também que teria satisfação em atender todos os Deputados que encaminhasssem doentes para aquele estabelecimento, mas que ainda existe falta de camas e dependências. Precisava do apoio dos Deputados, dando uma ajuda pequena verba de assistência social, para um melhor atendimento aquelas setenta crianças que lá se encontram.

Quero dizer, neste momento, que precisamos, quando pedem C.P.I., reunirmo-nos sempre, em Comissões espontâneas, para visitar estas dependências e ver o que há de errado, para propormos melhores condições aos assistidos, e também aos que lá trabalham. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente queremos que fique consignado nos Anais da Casa o nosso profundo pesar pela morte dos três astronautas russos, dos três novos heróis do espaço, que permaneceram durante vinte e quatro dias realizando experiências no sentido de verificar qual a capacidade do homem fora da gravidade terrestre. E a nave espacial retornou e, ao ser aberta a escotilha, foram encontrados mortos os três astronautas russos, o que contristou todo o mundo.

Sr. Presidente, iremos apreciar, dentro em breve, a Mensagem do sr. Governador do Estado, que visa contrair um empréstimo na ordem de oitocentos milhões de cruzeiros no exterior. Gostaríamos, em rápidas pinceladas, de salientar que o empréstimo já pleiteado pelo antecessor do sr. Leon Peres, empréstimo que foi aprovado por esta Casa, até hoje não chegou ao Paraná o dinheiro, chegando-se mesmo a afirmar que teria havido a interferência de forças ocultas para que o mesmo não chegasse às mãos do Governo anterior, para que ele não conseguisse concluir a Estrada de Ferro Central do Paraná, e também o empréstimo para a TELEPAR expandir as micro-ondas, este na ordem de cinco mil dólares.

Nós não conhecemos a fundo as demarches que foram desenvolvidas com relação a estes empréstimos no ano passado, porque, aquela época não éramos Deputados.

Mas, queremos salientar que com oitocentos milhões de cruzeiros que o sr. Leon Peres busca agora no Exterior, com mais quarenta mil dólares que ainda não foram liberados, nós teremos, nas mãos do Governo do Paraná, exatamente um bilhão de cruzeiros, ou um trilhão de cruzeiros na moeda anterior.

E fora estes empréstimos fabulosos, temos também os financiamentos concedidos pelo Banco Mundial, para pavimentação de rodovias do Paraná. Algumas estradas paranaenses serão asfaltadas com uma boa parte do dinheiro sendo financiado pelo Banco Mundial.

Nós gostaríamos, neste momento, de fazer uma análise mais detalhada do Projeto, mas não temos elementos; mas queremos dizer que o sr. Governador vai contrair o maior empréstimo de toda a história do Paraná, e

quem sabe, o maior empréstimo que qualquer Governador de Estado tenha feito no Exterior. S. Exa. terá, em mãos, importâncias para realizar as maiores obras que o Paraná tanto reclama; para normalizar a vida administrativa do Estado; e até agora, não iniciou nenhuma grande obra.

Mas, srs. Deputados, uma verdade deve ser dita: o sr. Haroldo Leon Peres, que apregoa aos quatro ventos do Estado que seu antecessor havia deixado dívidas para ele pagar, S. Exa., que demonstrou não gostar de dívidas, porque pintou um quadro...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao sr. deputado Erondy Silvério que o nobre deputado Antônio Belinati tem apenas um minuto para concluir sua oração.

O sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, o relógio, de V. Exa. deve estar com defeito, pois fazem nove minutos que o nobre Deputado está usando da tribuna.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Eu estava inscrito no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — O nobre deputado Antônio Belinati está também inscrito no Grande Expediente.

O sr. Erondy Silvério — Por essa razão, pedi aparte ao nobre Deputado, porque senão, passaria a oportunidade.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Concedo o aparte ao nobre deputado Erondy Silvério.

O sr. Erondy Silvério — Nobre deputado Antônio Belinati, não sou contra, absolutamente, à Mensagem Governamental. Sou contra a demagogia que o sr. Haroldo Leon Peres fez nesta Casa, com relação aos empréstimos contraiados pelo Governo anterior.

Mas, nobre Deputado, o Governo do Paraná pode contrair empréstimo por que tem crédito, porque é um Estado pujante e o seu povo é ativo, trabalhador e, sobretudo, patriota. Por essa razão, o Paraná pode contrair quantos empréstimos forem necessários, porque o governo que sucederá ao sr. Haroldo Leon Peres pagará. Necessário se torna que o empréstimo seja bem sucedido. É isto o que esperamos. Agora, o empréstimo solicitado agora, de oitocentos milhões de cruzeiros, mais quarenta milhões de dólares que S. Exa. tanto combateu no Governo anterior para a conclusão da ferrovia Central do Paraná, e que agora o sr. Ministro da Fazenda confirmou que serão enviados quarenta milhões de dólares para conclusão daquela obra, soma realmente vultosa, a importância de hum bilhão de cruzeiros, antigos, novo orçamento do Estado. Então, o sr. Haroldo Leon Peres vai trabalhar com dois orçamentos, um proveniente dos contribuintes, proveniente das rendas do Estado, da sua participação na receita federal, e outro orçamento proveniente de empréstimo que ele, por certo, obterá no exterior e também daqueles que obterá através do Banco Mundial, para pavimentação de rodovias.

Mas, estou plenamente favorável à mensagem do sr. Governador. Acho que S. Exa. está certo, apenas devo lembrar uma coisa, que não se deve atirar pedras em homens honestos, no governo Paulo Pimentel, que emprestou muito menos do que isso, e empregou em obras de infra-estrutura, que hoje se constituem na riqueza do Paraná, que fez uma administração impar no Estado do Paraná.

Fazemos votos que S. Exa. faça tanto quanto Paulo Pimentel, mil trezentos e tantos quilômetros de rodovias, que pavimente em dôbro, que deixe o dôbro de dívidas, porque as dívidas serão pagas com o produto da arrecadação que crescerá porque estrada asfaltada, é ouro líquido, é ouro negro, é por onde circulam as riquezas produzidas pelo Paraná.

Portanto, vou votar favoravelmente à mensagem do sr. Governador do Estado, e votarei quantas aportarem nesta Casa, que vierem em benefício de obras de infra-estrutura, porque o Estado é impessoal, não se chama Haroldo Leon Peres nem Paulo Pimentel. Haroldo Leon Peres recebeu dívidas, vai

pagá-las e vai contrair outras maiores, para legar a seu sucessor, mas o importante, é que ele empregue esse dinheiro com honestidade, com planificação, que ele dê ao povo do Paraná o que nos almejamos e tanto esperamos, a nossa emancipação econômica.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito bem, ilustre deputado Erondy Silvério, foi exatamente no tempo da liderança de V. Exa. que a mensagem do Governo anterior, solicitando autorização para o empréstimo de quarenta mil dólares, chegava a esta Casa e devemos aqui reafirmar que a primeira vista, não somos contrários a que um governo vá buscar recursos no exterior, para concretizar aquelas obras que o Paraná tanto reclama.

Porém, foi nesta mesma Casa, ao lado do Presidente da Assembléia, que veio o sr. governador Haroldo Leon Peres, criticar aqueles que governaram o Paraná e deixaram algumas dívidas para serem pagas, deixando de enaltecer as obras que foram realizadas.

Então, ficamos às vezes até meio desorientados, porque num instante o sr. Leon Peres vem aqui abordar um assunto que era dívida e, posteriormente, envia uma mensagem pedindo autorização para contrair dívidas também. Nós ficamos sem saber o que pensar do atual Governador nesta particularidade. Porque esse empréstimo que o sr. Haroldo Leon Peres vai contrair, vai deixar dívidas para algumas gerações.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Acho que V. Exa. não entendeu a mensagem do Governo, quando esteve ele aqui nesta Casa. Ele apenas fez referência, citando dados, que recebia o Estado em tal situação, não fez críticas e não disse se aquele dinheiro havia sido bem ou mal empregado. Disse que ia pagá-las e continuar as obras. Apenas disse que estava recebendo o Estado naquelas condições, era a obrigação que ele tinha. Não criticou o ex-Governador.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Com todo respeito, o sr. Haroldo Leon Peres veio a esta Casa fazendo críticas, dizendo que a TELEPAR não tinha telefonistas, falando da CELEPAR, etc., a Café do Paraná, lembro, perfeitamente, que o sr. Governador citou também a Credimpar. Uma boa parcela das pessoas que aqui vieram, naquela oportunidade, viram que S. Exa. não anunciou metas, mas sim criticou o seu antecessor.

O sr. João Mansur — O sr. Governador criticou as dívidas recebidas, disse que o dinheiro tinha sido mal aplicado por seu antecessor?

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Ilustre Deputado no instante em que se deixa de apontar as obras para apontar as dívidas não passa a ser outra coisa senão uma contestação. O sr. Haroldo Leon Peres poderá amanhã sofrer o mesmo julgamento quando se disser que fez algumas estradas asfaltadas mas que deixou dívidas. O Paraná, é verdade, está reclamando estas obras; não somos contrários, estamos apenas lembrando aquilo que foi dito pelo sr. Haroldo Leon Peres.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. ressalta mais uma contradição da personalidade do nosso ilustre Governador. S. Exa. disse que não iria distribuir comandos políticos e no entanto distribuiu as famosas lideranças políticas. Crítica dívidas e criticou-as. Creio que todos os que aqui se encontram estão lembrados das palavras do sr. Governador. Não somos somente nós que entendemos mal o que S. Exa. quis dizer. Toda a imprensa nacional assim entendeu. Lembro-me de uma expressão que S. Exa. usou ao referir-se à administração de seu antecessor. Foi uma palavra dura, contundente que repito aqui neste instante, "Irsponsável" foi o termo que usou para definir a administração do sr. Paulo Pimentel.

Agora vem o sr. Governador fazer um pedido de empréstimo para ampliar a sua administração, suas obras administrativas, ampliar não para iniciar porque até agora S. Exa. nada fez. Conforme V. Exa. afirma nada impede que o sr. Governador solicite este empréstimo e que concedamos es-

ta autorização. O importante é ressaltar, como V. Exa. fez, mais uma vez, o aspecto contraditório da personalidade do ilustre Governador. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Agradeço a V. Exa. o aparte que vem reforçar o nosso pronunciamento.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Antônio Belinati, como bem frisou o líder João Mansur, quando aqui esteve o sr. Governador não o vi criticar as dívidas feitas pelo Governo passado. Disse que recebia o Estado nesta ou naquelas condições, mas que deixava de referir-se às obras realizadas porque já tinham sido divulgadas o bastante. Não disse, porém, que era contra as dívidas porque para que se faça uma administração em um Estado em franco desenvolvimento como o Paraná é preciso que sejam contraídos empréstimos.

Com relação aos comandos políticos citados pelo deputado Sebastião Rodrigues é o mesmo que acontece na sua região em Londrina e na minha, Ivai. Temos conhecimento que existe a distribuição de comandos políticos a homens do Município que conhecem os problemas.

O SR. ANTONIO BELINATI — O MDB também sabe quais os problemas da região.

O SR. PRESIDENTE — Solicito aos srs. Deputados que não dialoguem. O orador deve ou não conceder o aparte.

O SR. ANTONIO BELINATI — Está com o aparte o deputado Gilberto Carvalho.

O sr. Gilberto Carvalho — Sabe V. Exa., como Vereador que foi em Londrina, que nessa função, que nas Câmaras Municipais existem representantes de bairros, de distritos que levam ao conhecimento do Prefeito a situação daquelas regiões. Do mesmo modo os srs. Deputados têm suas regiões. Não é bem um comando para nomear ou para perseguir, mas, para colaborar na administração do Governo. É isto que o Governo faz. Numa bancada que dá o seu integral apoio, numa bancada de 39 Deputados, é preciso que haja compreensão para que não haja confusão, não é um comando político.

O SR. ANTONIO BELINATI — Deputado, eu agradeço o aparte de V. Exa. Mas quero dizer a V. Exa. que acaba de ser baixado uma resolução na Casa, modificando o sentido de comando político. Tem o aparte o deputado Sebastião Rodrigues.

O sr. Sebastião Rodrigues — Apenas para esclarecer, nobre Deputado, que não entendo então, o que S. Exa. o sr. Governador Haroldo Leon Peres, pretende. Ele proclamou antes das eleições de seus candidatos, que proclamando que em seu Governo não haveria o sistema de comandos políticos. Ora, sou forçado a entender que ele pretendia modificar alguma coisa. Se isso que está aí não é comando político, o que havia anteriormente também não era. Então não havia necessidade de se modificar nada, o critério é o mesmo, não entro o mérito se pode governar com isto ou sem isto. O que faço questão de ressaltar é que o sr. Haroldo Leon Peres disse que não distribuiu estas lideranças políticas, está na imprensa de hoje. E não é na imprensa hostil ao sr. Governador não. Ele distribuiu às lideranças políticas, ele retrocedeu, é importante que se destaque, porque S. Exa. fez novas afirmações. Quero ter o direito a priori, com base nestes acontecimentos, de desacreditar das mesmas.

O SR. ANTONIO BELINATI — Ilustre Deputado, o sr. Governador modifica muito o que diz. S. Exa. criticou aqui o que era gasto em propaganda e em publicidade que eram feitas pelos demais governadores. Mas hoje, é sabido que S. Exa. o sr. Haroldo Leon Peres também está gastando dinheiro, são verbas elevadas em propaganda, não temos no momento os dados, porque não nos chegaram às mãos. Mas sou membro da Comissão de Tomada de Contas e quanto estas contas de propaganda do atual Governo chegar às nossas mãos, nós traremos a esta tribuna.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Não pretendo entrar no mérito da mensagem do sr. Governador que apreciaremos em breve nesta Casa. Mas já que se falou em problema de dificuldades encontradas pelo atual Chefe do Poder Executivo, com dívidas contraídas pelo ex-Governador, nós queremos dizer que não apenas naquela oportunidade, assim se manifestou S. Exa. o sr. Governador Haroldo Leon Peres, em todas as localidades que visitou, pelo interior, S. Exa. tem feito. Eu tenho em mãos o jornal "Fôlha de Londrina" que hoje traz novamente um pronunciamento do sr. Governador na cidade de Umuarama, aonde fez um relato suscitado daquilo que fez aqui nesta Casa, quando trouxe para cá a sua mensagem inicial. Falando sobre as dívidas encontradas, se referiu também ao problema de propaganda.

O SR. ANTONIO BELINATI — V. Exa. gostaria de ler, nobre Deputado?

O sr. Alvaro Dias — É muito longo, eu não gostaria de tomar o tempo de V. Exa. Mas lerei uma parte.

Contou que no 1.º levantamento das contas de propaganda, gastas na administração passada, encontrou a impressionante cifra de 58 milhões de cruzeiros gastos em rádio, jornais e televisão. Enquanto que o povo estava sem escolas, e os funcionários sem poder comer.

Referiu-se também o sr. Haroldo Leon Peres, aos órgãos de divulgação que o têm criticado sistematicamente, afirmando que eles assim procedem, porque estão saudosos dos tempos da "vaca gorda" em que se subvencionavam às custas dos cofres do Estado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Pergunto ao nobre Deputado, se o que se refere, à notícia publicada, está na Fôlha de hoje.

O sr. Alvaro Dias — Exato, nobre Deputado, na Fôlha de hoje.

O SR. ANTONIO BELINATI — E este detalhe da visita do Governador?

O sr. Alvaro Dias — Também na Fôlha de hoje.

O SR. ANTONIO BELINATI — Muito obrigado.

O sr. Alvaro Dias — Perguntaria então sr. Deputado, se os jornais de hoje, estão divulgando de graça, tudo isto que lemos aqui? Páginas inteiri-nhas sobre as visitas de governadores e secretários de Estado. Quero dizer a V. Exa. que há poucos dias, o jornal "Estado de São Paulo", e também a "Fôlha de São Paulo", divulgavam matéria, meia página, que informava que o "Estado de São Paulo" recebeu a importância de 4 milhões e 800 cruzeiros, do sr. Governador, para aquela divulgação.

Não sou contra a que o Governo divulgue as obras que realiza. Acho necessária a divulgação. Apenas não admito que se pretenda levantar virtude em pântano, criticando governos que gastaram em divulgação e fazendo o mesmo. É isso que não entendo, que não compreendo e que não posso admitir, que se critique o Governo anterior por ter gasto em divulgação; então não se gaste em divulgação, para poder criticar, esta é a verdade.

Obrigado. Era o aparte.

O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado.

O sr. Erendy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

— Já havia solicitado o aparte, quando no término do aparte do deputado Alvaro Dias, S. Exa. traduziu aquilo que eu queria dizer a V. Exa.

Também não sou contra, o Governo gastar em publicidade. O senhor Haroldo Leon Peres deve, não apenas gastar 88, mas 116, desde que ele tenha para anunciar ao País, o dobro do que realizou Paulo Pimentel.

Porque o Governo, quando anuncia, divulga, a inauguração de uma Capi-vari-Cachoeira, está tentando atrair para este Estado, capitais para a indústria; que é uma das metas do sr. Haroldo, no que elogiamos S. Exa. E veja V. Exa. que "O Cruzeiro" que está circulando esta semana — e "O Cruzeiro" não faz nada de graça, todo mundo conhece como funciona essa editora; "O Cruzeiro", tem três reportagens promocionais do sr. Haroldo Leon Peres; e estas não são de graça. Mas eu não estou criticando o Governador por

isto não, absolutamente. S. Exa. numa das reportagens de "O Cruzeiro" diz que o Paraná está pronto para a arrancada do desenvolvimento. Que o Estado, a planificação do Governo está pronta e ele vai dar sua arrancada inicial para construir mais escolas, mais estradas, mais hospitais, mais usinas de energia elétrica; e afinal de contas, todas as obras de infraestrutura que precisa o Paraná.

Estou plenamente de acordo; ele deve divulgar, não só no país, mas até no exterior, para que possamos atrair os grandes investidores do mundo inteiro para que venham ao Paraná, para nos transformarmos, num curto espaço de tempo, no segundo Estado da Nação, que ele criticou com sarcasmo, dizendo — é esse o Paraná que seria o segundo Estado do Brasil. Este é o Paraná que será o segundo Estado do Brasil.

Está certo que ele se promovia. Amanhã poderei trazer "O Cruzeiro", para comprovar o que digo.

Com exceção de "O Estado do Paraná", o Canal 4, o Canal 11, todos estão na "caixinha" do Governo. E por razões óbvias, que todos conhecem. O Canal 4, o Canal 11, "O Estado do Paraná", a "Tribuna do Paraná" e a Rádio Guairacá não recebem matéria paga do Governo, porque pertencem ao ex-governador Paulo Pimentel. Também é uma discriminação odiosa que se faz; porque estes órgãos também contribuem para os cofres públicos do Estado. É uma discriminação odiosa e no instante em que o Estado do Paraná, não o jornal "O Estado do Paraná", mas o Estado, publicar matéria que for comprovadamente paga, nós vamos fazer um pedido de informações nesta Casa para ver se o Governo abriu concorrência pública, para a publicação e publicidade dessa matéria. Porque todos são iguais perante a lei. Todos são contribuintes do fisco; é justo que o Governo promova suas obras; mostre ao povo que está bem aplicando o dinheiro arrancado do povo, através de impostos; mas que não faça discriminação contra seus inimigos pessoais.

Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Agradeço o aparte.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, a propósito da posição do sr. Haroldo Leon Peres com relação à imprensa, tenho um discurso de S. Exa. quando aqui era Deputado, sobre o assunto. S. Exa. contestou um Deputado desta Casa que se referia à imprensa — o termo é duro, mas foi usado e está nos Anais da Casa — como uma prostituta. O sr. Haroldo Leon Peres contestou esse Deputado, dizendo que a imprensa, afinal de contas, tinha um fim comercial e tinha que sobreviver anunciando o que era paga para anunciar.

Afinal de contas a imprensa é uma empresa e não vive de vento. Então S. Exa. comentava neste sentido. De forma que não sou contrário a que se pague à imprensa para dar publicidade às obras do Governo. Mas o que faço questão de ressaltar no procedimento de S. Exa., é o falso moralismo. O que se está tornando definitivamente esclarecido é que não movia S. Exa. nenhum puritanismo. Era um jogo político e o que pretendia S. Exa. era disputar a liderança com seu antecessor. Era agredir-lo. Isto está ficando evidenciado porque V. Exa. está repetindo os velhos procedimentos políticos que vêm sendo adotados há longos anos. Quando Carlos Lacerda, diretor e proprietário da "Tribuna da Imprensa" — e talvez a pessoa que o governador Leon Peres mais admira em sua vida, e a prova são vários discursos que existem nos Anais em que o nobre Governador do Estado sempre ressaltou a personalidade do ex-governador da Guanabara mas, quando Carlos Lacerda estava como jornalista, foi utilizada contra ele a máquina governamental e a "Tribuna da Imprensa" não publicava matéria paga do Governo. O método é velho, e S. Exa. está repetindo. Que S. Exa. reconheça isto e não venha pretender vestir seu procedimento com as roupagens do falso puritanismo. O negócio é político, o procedimento de S. Exa. é político, embora ele, às vezes, seja um mau político.

O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado. Vamos terminar nosso pronunciamento, porém antes concedo o aparte ao deputado Marciano Baraniuk.

O sr. Marciano Baraniuk — Meu aparte é justamente para justificar que ainda não li a "Fôlha de Londrina" de hoje, mas, pelo que acompanhei dos debates, tenho a esclarecer que acredito, embora não esteja autorizado a dizer, que a divulgação parte do município. É costume do município, quando há visita de autoridades, do Governador do Estado, por ocasião do aniversário da cidade, dispor de verba para divulgação do município e da região. É a Cia. Melhoramentos, proprietária das terras e da cidade de Umuarama, tem interesse na divulgação. Gostaria de ressaltar, para depois receber informações, melhores esclarecimentos a respeito desta divulgação, para ver se é com autorização do Governo ou do interesse do município e da firma que o colonizou.

O SR. ANTONIO BELINATI — Agradeço o aparte. Devo ressaltar, ilustre Deputado, que não sou contra a propaganda. A minha origem é do rádio, da TV e já militei em jornais. Quem havia se manifestado contra os gastos em promoção foi o sr. Haroldo Leon Peres, que está hoje no mesmo caminho.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Para esclarecer ao deputado Marciano Baraniuk, que não condenamos o Governo por esta divulgação da "Fôlha de Londrina", porque entendemos ser de absoluta necessidade a divulgação das obras, a divulgação das atividades dos homens públicos. Não só o Governador, mas os próprios Deputados, com suas possibilidades, devem fazer com que chegue ao conhecimento de todos as suas realizações e seu trabalho. Apenas não entendemos que haja tanta incoerência. Na mesma matéria, onde se gasta dinheiro para divulgá-la, critica-se o antecessor por haver gasto também em divulgação. Há alguns dias atrás o "Estado de São Paulo" e "A Fôlha de São Paulo", "O Cruzeiro" e a "Manchete", publicaram a mesma matéria, com vistas idênticas, para mostrar ao País que o Governador estava fazendo alguma coisa.

Condenamos a incoerência e o espírito vingativo de S. Exa. o governador Haroldo Leon Peres, que havia tomado sua posição. Disse S. Exa. que encontrou oitenta milhões de dívidas no DER, com estradas construídas na administração passada, e que sessenta por cento dessas estradas estavam para seu Governo pagar. Isso é uma verdade. E não vejo nada de anormal.

Mas, perguntaria, quanto deixará o sr. Haroldo Leon Peres para seu sucessor pagar? Se receberemos, nos próximos dias, uma mensagem de empréstimo extraordinário? Então, não entendemos a crítica que fez S. Exa. Talvez porque S. Exa. tenha feito, há alguns anos atrás, nesta Casa, oposição e tenha se acostumado a fazer oposição e procura alguém para ser oposição.

E o que estamos assistindo.

Queremos deixar bem claro nossa posição, não somos contrários a que o Governo empregue dinheiro na realização de obras, apenas discordamos da maneira como age o Sr. Governador, criticando o que o governo passado fez e fazendo o mesmo agora.

O SR. ANTONIO BELINATI — E sabe V. Exa. quanto custa uma página na "Manchete", no "O Cruzeiro"? Cerca de dez milhões de cruzeiros. Não somos contra, mas queremos dizer que a Rádio onde trabalhamos durante quatro anos, nunca recebeu um centavo sequer do Governo anterior, para o apoiar e isso os srs. Deputados do Governo poderão comprovar.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Permita-me, nobre Deputado, expor também meu ponto de vista.

As notas taquigráficas estão aí para comprovar o que vou dizer: recentemente, os Deputados desta Assembléia Legislativa, quer do MDB, quer da ARENA, defenderam, dessa tribuna, o ponto de vista que o sr. Governador deveria urgenciar demarques no sentido de obter dinheiro, não interessando as fontes, quer nacionais, quer internacionais.

Lembro-me, muito bem, que V. Exa. e os demais Deputados que fazem oposição, com veemência, defenderam esse ponto de vista, que o Governo urgenciasse a obtenção de dinheiro e que esta Assembléia haveria de dar a autorização para que o Governo prosseguisse no seu plano de obras.

Portanto, não vejo razão de crítica ao Governo que está solicitando, através de Mensagem, autorização para contrair um empréstimo de "até oito centos milhões de cruzeiros", não significando que seja essa a importância, porque diz "até", para aplicação na execução de seu plano de obras.

Disse o nobre deputado Alvaro Dias que o sr. Governador afirma que sessenta por cento das estradas construídas pelo Governo anterior, êle, êste Governador, está pagando. S. Exa. estava informando a opinião pública. Há uma diferença entre criticar e informar. Somos de opinião que um Governador deve informar o povo da situação em que o Estado se encontrava. Há uma grande diferença entre informar e criticar. E os gastos em propaganda, que estão debitando ao atual Governador, lanco um repto a V. Exa. não são gastos exagerados. Gastos exagerados, são gastar-se 120 bilhões em um ano, em promoção e culto ao homem, divulgação da pessoa do Governador. A divulgação do plano de obras, dos atos governamentais, é uma divulgação normal, corriqueira, necessária para bem informar a opinião pública.

Portanto, era o ponto de vista que gostaria de deixar expresso, para que não passe em brancas nuvens o que se está a dizer em tôrno do atual Governador que, quero crer, está agindo corretamente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Hoje, com o poder da imprensa em todo o mundo, talvez não haja paranaense que não saiba que um dia o sr. Leon Peres veio à Assembléia para dizer que encontrou o Paraná mergulhado em dívidas, porque em quase tôdas as cidades por onde passa o sr. Governador, numa solenidade, num banquete, êle sempre retorna ao assunto, à situação econômica do Estado.

Com referencia à quantia exata que o sr. Leon Peres já gastou ou vai gastar em propaganda de suas obras, lamentavelmente não posso dizer quanto S. Exa. já gastou ou vai gastar, porque somente ao final do ano, é que S. Exa. mandará a esta Casa as contas. Mas, como membro da Comissão de Tomada de Contas, nós iremos analisar cuidadosamente.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Perdoe-me V. Exa., a insistência, mas por que o sr. Governador não tem o direito de repisar uma informação, quando a imprensa que lhe faz oposição diariamente e repisa as mesmas críticas? Estou acostumado a ler as mesmas críticas dirigidas ao Governo, numa sucessão de edição de periódicos ou sucessão de informativos de determinado órgão de imprensa. V. Exa. não se refere a isso, como se isso fôra uma maneira de perseguição ao atual Governo, o que não é. A imprensa no seu papel legítimo, em tôdas as suas posições, dentro do que pretende, combate ou elogia, porque a imprensa existe para isso. Agora, que se queira proibir o Governador do Estado de continuar informando nas diversas regiões que tem visitado do Estado, das dificuldades que êle tem tido também com os órgãos de divulgação, não vejo porque ser criticado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Nobre Deputado, nós já dissemos no começo que não conhecemos bem a mensagem que o sr. Governador enviou, pedindo autorização para esse empréstimo. Somos favoráveis porque tôda e qualquer obra que se realize é um impulso a mais para o desenvolvimento do Paraná. Já elogiamos o sr. Governador do Estado no instante em que que S. Exa., na cidade de Sertãoópolis, anunciava o início do asfalto Londrina-Sertãoópolis-Pôrto Nôvo, nas proximidades da cidade de Assaí. Hoje queremos elogiar S. Exa. pelo asfalto que, ao lado do ilustre líder João Mansur, anunciava para o povo de Ivaiporã, porque no instante em que S. Exa. fala em dívidas no Paraná, o povo já não mais toma conhecimento, não é mais novidade, mas lá em Ivaiporã, quando S. Exa. anunciava o início

daquele asfalto, tenho a impressão de que S. Exa. deve ter sentido o entusiasmo, a vibração, o calor humano daquele povo, porque o que o Paraná quer é esta obra tão importante.

Queremos finalizar nossa presença na tribuna, porque o ilustre líder Nivaldo Krüger terá outro assunto para trazer e deveremos encurtar aqui nossos comentários.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nos debates que se estão travando aqui nesta Casa, é preciso que se ressalte um ponto, para pelo menos saber-se o que há realmente. No início desta legislatura, o assunto predominante, todos os pronunciamentos feitos, versavam sobre o problema do atraso no pagamento do funcionalismo. Até parecia que o Paraná teria seus problemas resolvidos se os seus funcionários recebessem aquilo que tinham direito a receber.

Pois bem, o Governo trabalhou, diligenciou, procurou recursos, obteve-os e pagou o funcionalismo. Pago o funcionalismo o assunto passou a ser outro na tribuna, sr. Deputado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Deputado, farei uma interrogação: O Governador tem dito que o funcionalismo está com o pagamento em dia. Mas pelo que é do meu conhecimento as serventes dos Grupos e Colégios do Estado não receberam nenhum mês.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou perfeitamente de acordo com a afirmação de V. Exa. Devo informar, no entanto, que existem inúmeros processos referentes ao pagamento de contratadas que estão no Tribunal de Contas aguardando uma solução. Recursos o Governo tem e dispõe; está faltando, apenas, instrumentos legais que autorizem o pagamento. Depois eram os empreiteiros. O Governo começou a pagá-los e assim uma sequência de fatos foram solucionados graças ao trabalho pacífico, calmo, ordeiro e eficiente do Governo.

Agora o Governador anuncia para o Paraná a construção de 374 kms. de estradas asfaltadas, o prosseguimento dos trabalhos da Estrada de Ferro Apucarana-Fonta Grossa, dezenas, dezenas e dezenas de unidades escolares, com a Telepar num trabalho contínuo, com a Copel num trabalho contínuo e ainda se diz que o Governo não tem feito nada. É para reparar esta injustiça que solicitei este aparte.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não quero tomar mais seu tempo de vez que V. Exa. quer reservar alguns minutos para o líder de sua bancada.

Mas, quero contragular-me com V. Exa. quando diz que sua bancada está de acordo com o empréstimo, com a autorização legislativa que o Governo pede a esta Casa.

Reservo-me o direito de, na próxima sessão, trazer ao conhecimento da Casa o Plano Rodoviário do atual Governo para 71-74. Neste plano estão incluídas aquelas obras que V. Exa. ressaltou de sua tribuna e outras mais que já estão sendo colocadas em concorrência pelo atual Governo para dar continuidade ao plano administrativo.

Agradeço o aparte a V. Exa.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado. Gostaríamos de esclarecer que ainda não conhecemos a mensagem e não podemos assumir o compromisso de votar a favor ou contra uma matéria que não conhecemos. Entretanto, iremos estudá-la e se for o caso apresentaremos algumas emendas.

Com respeito ao aparte do ilustre deputado Armando Queiroz, gostaríamos de dizer que o sr. Governador colocou o programa do pagamento do funcionalismo, em dia. Restando apenas alguns setores, com o as serventes, funcionários contratados e entidades assistenciais, que não recebem esta verba. Mas estamos vendo o esforço de S. Exa., neste sentido. Porém, verdade seja dita, a arrecadação do Paraná, neste começo de ano foi superior a do ano passado, então o Governo está recolhendo os seus tributos. E o sr. Governador através desta medida, procurou colocar o pagamento do

funcionalismo do nosso Estado em dia. Estamos encerrando para dar lugar ao líder da nossa bancada. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Depois de um assunto tão palpitante, eu temo em trazer à apreciação desta Casa, assuntos de menor importância e que envolvem menos, os ânimos dos srs. Deputados. Entretanto, srs. Deputados, não posso deixar de registrar um termo aqui usado, que me causou espanto e admiração.

Foi a afirmação feita de que grande número de órgãos da imprensa do Paraná, estão comprometidos com a "caixinha" do Governo.

Haverá uma caixinha do Governo para subvencionar a imprensa do Paraná, srs. Deputados? Certamente existe a "caixinha", pois o nobre deputado Erondy Silvério fez uma afirmação, e S. Exa. com a responsabilidade que tem, e com o respeito que me merece, com tanto conhecimento de causa...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a V. Exa. as referências elogiosas. Mas pelo que me parece, V. Exa. está querendo me conduzir a um outro caminho. Eu não disse absolutamente, que o governador Leon Peres tem "caixinha", eu disse que todos os jornais entram na "caixinha" do Governo. Eles recebem através da Secretaria da Fazenda, porque é por lá que se pagam as contas do Governo. Se V. Exa. quiser me conduzir por um outro caminho, eu não aceito.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Aliás, nobre Deputado, eu já esperava a reação de V. Exa. que está sempre atento aos assuntos que tratamos da tribuna. Assim, srs. Deputados, queremos hoje rapidamente neste final de período legislativo, abordar três assuntos. Mas antes de abordá-lo, quero ainda, srs. Deputados, contestar o que disse aqui um Deputado, usando da palavra no Pequeno Expediente. Porque ao encaminhar o requerimento eu disse exatamente o contrário do que afirmava aquele Deputado. Também visitei o Educandário Caetano Munhoz da Rocha, e lá não ocorre o que disse o Deputado.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. se referiu no início ao Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Eu na realidade não disse que visitei no domingo aquele educandário. Visitei a Colônia Adauto Botelho. E disse que provavelmente constituir comissões espontâneas, para prestigiar quem trabalha, assim como trazer ao conhecimento da Casa o que existe. E falei na transformação radical que se verifica na Colônia Adauto Botelho.

Não me refiro ao Educandário Munhoz da Rocha, porque não conversei com a direção. Mas a própria colônia precisa de nossa ajuda, para completar o trabalho que ali está sendo realizado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço os esclarecimentos de V. Exa. Eu havia entendido mal e portanto, retifico a minha expressão, nobre Deputado.

Realmente o que ocorre naquele Educandário é lamentável. Convidaria os srs. Deputados para fazerem uma visita. As Irmãs pretendem atender às crianças que precisam mas não têm condições. Há ainda crianças com 11 anos sem nenhuma promoção. E eu trouxe uma criança do interior, do meu município, há quatro meses, e a coloquei naquele Educandário. O contacto com essa criança, ontem, fez com que eu quisesse tirá-la dali, porque a criança, está amedrontada, embotada, e, em consequência disto, disse-me a assistente social, não há condição de prestar a assistência que a criança necessita. De modo que devemos olhar para este aspecto da educação no Estado.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Pediria que fôsse breve, porque estou com o tempo a se extinguir e tenho ainda dois assuntos a tratar.

O sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, é grande a preocupação do Governo do Estado, que necessita da ajuda de todos nós, neste campo. É o caso de Capão Bonito, que não queremos nem comentar a situação e que o

Governo está estudando uma forma de recuperar aquela gente. Mas é necessário a ajuda de todos e temos uma Comissão de Deputados estudando o assunto.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Uma pequena parte do que se gasta com divulgação, daria para construir algumas salas e comprar alguns cobertores para aquelas crianças.

Sr. Presidente, pode causar estranheza que um Deputado venha à tribuna portando um saco de laranjas. Talvez isto tenha acontecido pela primeira vez na Assembléia. Vou oferecer estas laranjas ao líder do Governo, deputado João Mansur e este oferecimento tem um sentido. É para mostrar que nós, em Guarapuava, temos solo, temos clima, temos ecologia para todas as culturas, desde a cultura de clima gelado, como é o caso do trigo, até a cultura de clima tropical, e aqui está um exemplo magnífico da laranja produzida em Guarapuava. Desculpem-me se faço esta promoção de minha terra, de minha gente.

Estou encaminhando um requerimento à Secretaria de Assistência Social, no sentido de que forneça cobertores às crianças para este inverno que aí está. Porque os cobertores que cobrem aquelas crianças, é de um tecido ralo. E por este motivo, duas crianças que dormem na mesma cama, promovendo desta forma, atos de promiscuidade, inaceitáveis. Porque o que acontece, srs. Deputados, a Secretaria apenas presta assistência, mas não promove a assistência necessária, para dar melhor conforto às crianças que tanto necessitam de agasalhos.

Então, srs. Deputados, envio um requerimento neste sentido. O segundo assunto que me traz à tribuna é a apresentação de um projeto de lei, e que dentro em breve encaminharei à Mesa, para o seu devido apoio. A política rodoviária do Paraná me parece excelente mas se fixa unicamente nas espinhas dorsais, sobre o lombo de grandes regiões, fazendo com que a economia do nosso Estado seja canalizada para os centros de produção. Fixa-se inteiramente a política rodoviária do Paraná neste aspecto e com isto eu discordo também.

Entretanto, já é tempo de lembrarmos das costelas do Paraná. Das costelas deste corpo imenso que é o nosso Estado. Costelas eu cognomino aqui, são as estradas alimentadoras, que são as vias de circulação, nos diversos centros de produção do Estado do Paraná. Veias que conduzem às artérias, o sangue que vitaliza, o produto do esforço da nossa gente. Não existe ainda no Paraná uma política que vise fomentar, desenvolver as atividades neste campo. E aqui nos apresentamos modestamente um projeto de lei, criando a Companhia Inter-Municipal de Estradas Alimentadoras do Paraná — CINTEAPA — com o objetivo de realizar estudos e elaborar projetos de construção, melhoria e conservação de estradas situadas no âmbito municipal, identificadas como "alimentadoras" do sistema rodoviário estadual e federal.

Não lerei todo o projeto, mas quero lembrar um aspecto importante que precisa ser considerado. Que muitas das grandes rodovias do Paraná, como a BR-277, a Estrada do Café, como a BR-2 e outras estradas asfaltadas no Paraná, à margem dessas estradas, encontram-se municípios produtores de cereais, milho, feijão, que muitas vezes estão a apenas cinco quilômetros das estradas principais pavimentadas e o colono não pode conduzir seus produtos através dessas estradas, até as grandes estradas. Estas são as estradas alimentadoras das grandes estradas e o meu objetivo é exatamente este, propiciar às zonas produtoras, condições de fazer chegar com rapidez aos centros os produtos daquelas zonas e aí teremos uma dinamização dos negócios agrícolas do Estado do Paraná.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, eu não queria apartear-lo para não interromper o seu pronunciamento agora, mas quanto ao chamar a atenção para este aspecto de nossa região, não só de Guarapuava, mas de todo o Oeste do Paraná, lembro o que diz o Suplemento Agrícola do "Estado de São Paulo", da semana passada, mostrando o que se faz em fruticultura, em Santa Catarina. Diz o

Suplemento, que 300 mil mudas se produzem ali para exportação. E recebem pedidos de 600 mil mudas.

Gastamos em divisas, recursos enormes — e não posso citar exatamente quanto — na importação de maçãs e várias outras frutas para que se ofereça ao mercado consumidor do Paraná, quando temos clima, temos recursos, temos solo e temos gente disposta a morar nas costas do Iguaçu e do Ivaí, produzindo mercadorias desta ordem. Porque sobre os caminhões frutas vindas da Argentina, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, quando o Paraná pode produzi-las? Por falta de programação, por falta de fomento.

Com todo o respeito, como homem de oposição que sou, mas querendo fazer uma oposição construtiva, lembro ao sr. Secretário da Agricultura que é interessante fomentar, implantar uma política viril no sentido de que o Paraná desenvolva a fruticultura, porque aqui está a prova de que podemos produzir com grande eficiência e com grandes resultados.

Se em outras regiões do Estado não é possível, informo que em nossa região o clima é propício. Há vontade de produzir, basta fomentar a produção e isto cabe ao Governo do Estado, cabe à Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, morreram três cosmonautas russos. Não pensem que sou simpático aos comunistas. Não Senhores! Muito pelo contrário. Mas creio que a solidariedade humana sempre tem guarida. E é nesse sentido, e dessa forma, que nos solidarizamos com o nobre deputado Antônio Belinati, e proponho seja enviado um telegrama à Embaixada Russa, em nosso País, telegrama de profundo pesar pelo acontecimento.

O sr. Erondy Silverio — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, vou votar favoravelmente ao requerimento de V. Exa. apenas por uma questão de solidariedade humana, e porque a ciência não conhece limite, nem de fronteira, nem de religião, nem de credo, nem de raça.

Mas, tenho sérias restrições ao requerimento de V. Exa. por um aspecto, porque, quando o nosso grande presidente Emilio Garrastazu Médici, no ato de soberania que a própria bancada de V. Exa. aplaudiu com veemência, nesta Casa, fixou o limite territorial de nossa plataforma marítima em 200 milhas, nos vimos, contristados, o grande país amigo, os Estados Unidos da América do Norte, defensor mundial da Democracia, rebelar-se contra a pretensão brasileira, no que foi também seguido pela União Russa Socialista Soviética.

Razão pela qual jamais votaremos requerimentos, dentro desta Casa, de solidariedade às nações Norte-Americana e Russa. Porque as mesmas quiseram sobrepor o jugo da força contra o direito legítimo de soberania, que em tão boa hora o nosso Presidente defendeu.

Mas, nobre Deputado, curvo-me quando três vidas se perderam em favor da ciência, quando três famílias estão enlutadas pela perda de seus entes queridos.

E só por essas razões votarei favoravelmente ao requerimento de V. Exa., mas repudio, publicamente, a atitude da Rússia e dos Estados Unidos da América do Norte, com relação a atitude que tomaram no que fiz respeito a nossa soberania marítima.

O SR. NIVALDO KRUGER — Agradeço o aparte de V. Exa., deputado Erondy Silverio.

E V. Exa. diz muito bem quando se refere àqueles aspectos da posição assumida pelo país norte-americano, quanto pelos países russos. Também sou da mesma opinião de V. Exa., e fui autor de um telegrama de apoio ao sr. Presidente da República, no momento em que S. Exa. tomou aquela atitude de soberania. Como disse V. Exa., o que nos leva a manifestar nosso sentimento, e exatamente isso que o brasileiro tem e os outros povos não compreendem, esse profundo sentimento humano, cristão. É uma demonstração de amplitude de alma, é uma demonstração, apesar das medidas que os países materialistas tomam contra nosso povo, é uma demonstração de grandeza de alma que damos em momentos como esse.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Interrompendo um pouco V. Exa., pedimos permissão para dizer à Casa que estamos recebendo as primeiras amostras do café liofilizado, da Cia. Iguaçu de Café Solúvel, de Cornélio Procópio, indústria que conta com a participação do ilustre deputado Rosário Pitelli. Queremos parabenizá-lo, assim como aos demais diretores da Iguaçu, por essa conquista de Cornélio Procópio, que antes mesmo da inauguração, já faz a distribuição nesta Casa de amostras do fruto do trabalho daquela gente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa., e lamento não poder dar uma atenção mais ampla ao que V. Exa. estava dizendo, porque estamos no final do horário, e quero dirigir um convite especial ao Líder do Governo nesta Casa. É um convite especial que dirijo, para que S. Exa. transmita ao sr. Governador do Estado.

Os srs. Deputados têm conhecimento de que acumulo as funções de Deputado com a de Secretário da Associação Brasileira de Municípios no Paraná, e todos também conhecem a minha posição de oposição ao Governo do Estado. Mas, acima dos interesses políticos imediatos, acima dos interesses políticos partidários, estão os interesses da Nação, do Estado e os grandes interesses do povo. Nestas condições é que me dirijo a V. Exa., ilustre Líder do Governo, para que transmita ao sr. Governador do Estado o convite da Associação Brasileira dos Municípios, no sentido de que o Paraná participe e ofereça condições para que se realize o 7.º Congresso Nacional dos Municípios, no Estado do Paraná.

É uma grande realização, a qual estará presente o sr. Presidente da República, que já se comprometeu com a ABM a ir ao Estado onde se realizará o Congresso, para encerrá-lo. Líderes municipalistas e o Presidente da República do Chile já se comprometeram a vir ao Brasil, e o Presidente da Colômbia também já afirmou sua vinda. Embaixadas, representações de países estrangeiros, Alemanha, por exemplo, que mantêm entrosamento muito profundo na área administrativa, também já confirmaram sua vinda. É um Congresso Nacional, mas de caráter internacional.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Vários Estados estão pleiteando da Associação Brasileira dos Municípios, a realização do Congresso. É uma promoção fantástica para o Estado. É uma grande oportunidade do Estado mostrar suas belezas, suas riquezas, a todos os municipalistas do Brasil.

Então, nesta hora, ilustre Líder do Governo, eu, como municipalista que sou, como brasileiro, gostaria que este Congresso se realizasse no meu Estado.

V. Exa. conhece minhas condições de homem da oposição, fiel à linha do meu partido, mas neste momento creio que nosso partido e o partido de V. Exa., têm um único interesse: o engrandecimento de nosso Estado. Creio também que o sr. Governador do Estado veria com simpatia esse convite feito pela Associação Brasileira dos Municípios.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Nivaldo Krüger, quero congratular-me e agradecer a V. Exa. a oferta que me faz destas belíssimas laranjas, produto da terra guarapuavana.

Poderia parecer estranho que um Deputado viesse à tribuna exibindo algumas laranjas. Porém, quero dizer que é um ato muito louvável este de um Deputado trazer a esta Casa, para mostrar ao povo do Paraná, aquilo que é capaz de produzir a sua terra, a terra guarapuavana. É preciso que isto seja incentivado, a fim de que aquele pedaço do Paraná continue recebendo os benefícios e os auxílios a que tem direito, para que possa ajudar a engrandecer o nosso Estado.

Com relação ao convite que me traz, novamente me congratulo com V. Exa., porque este desejo não é somente seu, mas de todos nós, e do Paraná.

A realização deste Congresso em nosso Estado seria altamente benéfico ao nosso Estado. Levarei e transmitirei a S. Exa., o sr. Governador, este convite.

Pergunto ao nobre Deputado quais as providências que teriam que ser tomadas no caso, a fim de que se concretizasse esta nossa idéia, e este nosso desejo, no sentido de que fosse realizada aqui a VII Convenção da Associação Brasileira dos Municípios.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Nobre deputado João Mansur, não espera-va outra coisa de V. Exa.

Tendo o Governo interesse na realização deste Congresso, avisarei o Presidente da entidade, Deputado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que então virá ao Paraná. Já estive com S. Exa. há dias atrás, que aqui veio a meu convite. Entretanto, o sr. Governador do Estado aqui não se encontrava, e nem o ilustre Líder da Arena encontrava-se na Assembléia. Como aquele Deputado tinha necessidade de regressar a São Paulo, pois lá é vice-Líder na Assembléia Legislativa, deixou-me encarregado de transmitir a V. Exa. e ao Governador do Estado este convite.

A primeira providência, se o Governador estiver sensível, estiver favorável à realização deste grande encontro nacional de municípios no Paraná. — Já se realizou um em 1961 — seria a vinda do Presidente da entidade para conversar com o sr. Governador, oportunidade em que informaria as providências que seriam necessárias.

Acho que seria uma oportunidade magnífica não só para esta Assembléia um encontro desta natureza — cuja duração seria de uma semana — como para o Governo e para todo o Paraná.

O sr. João Mansur — Qual seria a data da realização deste conclave?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Dependeria de um entendimento visando o interesse da entidade e do Governo.

O sr. João Mansur — Não tem data fixa?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não. A intenção é que seja realizado no máximo até o fim de setembro deste ano.

Entretanto, ao Estado anfitrião, ao Estado que realizar Congresso desta ordem, demandará despesas. Porém, estas despesas serão ressarcíveis, de vez que a um Congresso desta natureza virão mais ou menos duas mil pessoas, as quais dispendirão enormes recursos, e estes recursos virão para nosso Estado. Fiz esta alusão apenas para lembrar.

Nestas condições, agradeço a atenção que foi dispensada aos assuntos que abordei desta tribuna. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tenho a honra e a satisfação de anunciar a presença nesta Assembléia dos srs. Mário Meraes e Azarias Diniz, respectivamente Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Mariluz.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 sr. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, confor-

me avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 52/70, que autoriza o Poder Executivo a criar o Ginásio Estadual no Distrito de Malú, Município de Terra Boa, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NR. 52/70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Malu, Município de Terra Boa, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da Verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de Junho de 1.971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 100/70, que eleva para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza. — **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 100/70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n.º 1.535, de 2 de dezembro de 1.953.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de Junho de 1.971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 101/71, — Mensagem n.º 14/71, encaminhando anteprojeto que dá nova redação ao artigo 9.º da Lei n.º 5.982, de 4 de agosto de 1.969. — **Aprovado**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 165/70 de autoria do dep. Túlio Vargas, fica denominado São Jorge do Ivaí, o atual Município de São Jorge. — Parecer favorável da C.C.J. — Anexo Projeto de Lei n.º 71/71, de autoria do dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, sobre a mesma matéria. — **Aprovado**.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200/70 de autoria do dep. Eurico Rosas, que autoriza a isenção do imposto de circulação de mercadorias dos produtos industriais, fabricados neste Estado, na forma que especifica. — Parecer da C.C.J. pela REJEIÇÃO. — **Rejeitado**.

PROJETO DE LEI N.º 200/70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedida isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias aos produtos industriais, fabricados neste Estado, resultantes do emprêgo de pelo menos 30% de matéria prima e outros componentes próprios, faturados ao Poder Público, por força de classificação em qualquer das modalidades de licitações para compras.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de agosto de 1.970.

a) Dep. Eurico Batista Rosas

JUSTIFICATIVA:

Trata o presente projeto de criar incentivo fiscal ao produto fabril paraense. Através da isenção preconizada, o empresariado local terá condições de disputar, em igualdade de condições, com outros concorrentes às licitações públicas que desfrutaram de vantagens estratégicas conquistadas por seus Estados de origem.

Não há prejuízo para o Estado, pois ao conceder a isenção, obterá o produto por preço proporcionalmente inferior.

É preciso ressaltar que os produtos para gozarem do favor fiscal devem aplicar matéria prima de propriedade da empresa fabricante, por ela extraída, e outros componentes, também próprios, num mínimo de 80% do exigido pelo produto acabado.

Orá, verifica-se que, assim procedendo, o Estado estará amparando o crescimento de seu parque industrial, especialmente aqueles empreendimentos de produção concentrada, com repercussões positivas em outros setores de atividade, dos quais destacamos a ampliação do mercado de trabalho tão carente de tratamento prioritário.

Os detalhes, como se vê do Art. 2.º, serão estabelecidos em regulamento pelo órgão competente, de molde a tornar a presente lei dinâmica e eficaz.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 200/70

AUTOR: Dep. Eurico Batista Rosas

SÚMULA: Concede isenção do I.C.M. aos produtos industriais fabricados no Estado, na forma que sespecifica.

P A R E C E R

1) O Projeto vem articulado e justificado, nos termos que dispõe o Regulamento Interno.

2) A iniciativa fere preceito de ordem constitucional, eis que, a concessão de isenção ali pretendida somente será possível desde que se verifique a existência do competente convênio, segundo o que preceitua o § 6.º, II, art. 23, da Constituição Federal, que está assim redigido:

"Art. 23 —

I —

II —

§ 6.º — As isenções do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos fixados em convênio, celebrados e ratificados pelos Estados, segundo o disposto em lei complementar".

Por outro lado, referida iniciativa fere o que preceitua a alínea "a", do § 1.º, do Art. 25, da Constituição Estadual.

Assim, pois, e tendo em vista que referido texto constitucional supra transcritos não foi, ainda, regulamentado através de lei complementar, somos pela rejeição da iniciativa em tela.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em de maio de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Emílio Carazzai, Igo Losso, Cândido Martins de Oliveira, Mugiati Filho, Armando Queiroz e Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando voto de lou-

vor ao sr. Newton Freire Maia, pelos seus brilhantes serviços prestados à Organização Mundial de Saúde, com sede em Genebra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício ao sr. Ministro da Pasta do Trabalho e Previdência Social, no sentido da criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarapuava neste Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social, no sentido de ampliar as dependências do Internato Dr. Caetano Munhoz da Rocha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando manifestações de pesar da Assembléia Legislativa pela morte dos três cosmonautas soviéticos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão ao sr. Secretário da Agricultura, no sentido de se promover fomento através de política especial à fruticultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja enviado apêlo ao sr. Presidente da República, no sentido de que, em alteração ao decreto n.º 59.566, de 14 de novembro de 1.966, se adite ao texto invocado o necessário esclarecimento. — **Aprovado.**

Solicito ao sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Sinopse dos trabalhos da Casa, do período que hoje se encerra.

O SR. 1.º SECRETARIO — *Procede a leitura da Sinopse.*

(A Sinopse achá-se transcrita no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE — Suspendo a sessão por quinze minutos para que seja lavrada a ata dos trabalhos da presente sessão.

(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão. Antes da leitura da Ata, a Mesa vai proceder a leitura do ofício mandado a esta Casa pelo engenheiro Jayme Lerner, prefeito municipal de Curitiba. **(Lê):**

"Senhor Presidente:

Em face das interpelações formuladas ontem nessa augusta Assembléia, com relação à iniciativas da atual administração da Prefeitura Municipal de Curitiba, segundo notícias veiculadas hoje em alguns jornais da Capital, temos a esclarecer a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares, o seguinte:

1. — A Prefeitura Municipal não contratou ninguém e nenhum empresa para executar o Plano de Santa Felicidade, de vez que o Plano Diretor de Santa Felicidade, São Braz e Campo Comprido foi formulado e executado pelo IPPUC — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, autarquia Municipal, obtendo apoio legislativo recente da Câmara de Vereadores, com aprovação de suas diretrizes, por unanimidade, consagradas em nova lei.

Entre os contratos feitos pela nossa gestão com empresas particulares, ressalta-se, o realizado recentemente com a empresa SERETE S.A., no valor global de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) e não Cr\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de cruzeiros). Provavelmente o nobre Deputado que levantou o problema, tenha ouvido falar nesta cifra, tirando porém suas próprias conclusões, sem a verificação prévia que esta administração permite, a qualquer cidadão.

Tal contrato se destina a trabalhos que julgamos de primeira essencialidade para o Município de Curitiba, quais sejam os de saneamento dos Parques São Lourenço e Barigui, onde se situam o Rio Belém e o Rio Barigui, para executar-se a médio prazo o saneamento e a regularização das vazões desses cursos de água, que transpassam perigosamente o Município de Curitiba, prevenindo-se, além do mais, a eventualidade de futuras inundações.

Para a execução desses trabalhos é exigido o estudo básico de viabilidade de saneamento, que foi contratado com a firma SERETE S/A, a curto prazo, imprescindível à obtenção de recursos financeiros do Banco Nacional de Habitação: fato amplamente divulgado pelos jornais.

Não sendo obra de fachada, trata-se de uma iniciativa a ser implantada na estrutura da Cidade, destinada a aliviar males futuros, antes que sejam irremediáveis.

Quanto a Santa Felicidade, o Plano Diretor foi feito sem ônus externos, isto é, circunscrevendo-se a um alentado trabalho de pesquisa, levantamento e proposição do pessoal técnico do IPPUC, que há poucos dias obteve a chancela unânime da colenda Câmara de Vereadores, com ampla repercussão perante os moradores de Santa Felicidade.

2 — Quanto ao outro ponto da indagação, efetivamente, foi feita a locação de um prédio para a instalação do Departamento de Serviços de Utilidade Pública da Prefeitura, próximo à sede do Executivo Municipal dado que, desde a ocupação, o prédio central da Prefeitura mostrou-se insuficiente para abrigar todas as dependências desta administração. Esta verificação poderá ser feita de plano pelos ilustres deputados, com a simples visita a esta Casa, estando desde já para isso convidados. O prédio alugado está à Rua Lisímaco da Costa n.º 20, de propriedade da Senhora Alice Reichmann, pelo prazo de dois anos, cujo aluguel mensal é de Cr\$ 1.400,00.

3 — Quanto à eliminação de resíduos industriais há normas técnicas específicas que as indústrias estão obrigadas a respeitar, independentemente de regulamentação.

A poluição, porém, é assunto complexo, a que a Prefeitura está atenta, como está explanado no primeiro item desta carta, exigindo a contratação de serviços, especializados, tal como foi o caso objeto da oposição do mesmo deputado. O que é impossível de se fazer é resolver-se de um momento para outro um assunto de tal envergadura — a exigir investimentos maciços, além das forças da arrecadação municipal. Por exemplo, o Rio Juvenê, que merece saneamento, está sendo objeto de contactos, iniciados há dias, com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, para elaboração de um convênio, destinado a pronto início de execução.

A gravidade do problema do Rio Iguaçu já foi ventilada pela Prefeitura, merecendo repercussão pelos órgãos de divulgação. Já foram iniciados estudos para a criação do Parque Iguaçu, em amplo estudo de aproveitamento da área, obra fundamental para o saneamento da região.

Já mantivemos, a este respeito, contacto com a Secretaria de Obras Públicas e com os Municípios vizinhos, para execução integrada de um programa. O IPPUC, outra vez, está realizando este estudo com todas as enormes complexidades com que se apresenta o problema.

De modo que sentimo-nos à vontade para dizer que os assuntos focalizados são justamente aqueles que estão sendo estudados, embora tenham sido apresentados — tal a leviandade da denúncia — como sendo coisas novas, ignoradas pela administração. O que houve foi a má assimilação de assuntos que comportam maior seriedade e sentido de responsabilidade.

Lamenta-se que, com a mesma leviandade da denúncia que deu cobertura ao pronunciamento do deputado, tenham sido acrescentados zeros a um determinado valor, transformando em cento e quarenta milhões de cruzeiros a importância de cento e vinte mil cruzeiros.

Senhor Presidente, dignos Deputados, esta manifestação do Executivo Municipal é um dever derivado da confiança que mereceu sua indicação para este Pósto. De resto, os objetivos de nossa administração são claros e seguem uma diretiva limpa, já definida na ocasião da posse. Se forem contratadas empresas ou profissionais para determinado trabalho, este contrato obedecerá (respeitadas as condições legais), a um princípio de arbítrio e autoridade que nos foi outorgado quando de nossa investidura. A este princípio saberemos honrar, da mesma maneira que a confiança que nos foi tributada por essa Casa.

Acredite-me, Senhor Presidente, à disposição de Vossa Excelência e dos nobres Deputados, para quaisquer esclarecimentos — de preferência antes que críticas levianas ou improcedentes possam ser veiculadas ao sabor do desconhecimento da realidade ou da imaginação sem originalidade.

Atenciosas Saudações

Ass.) Jaime Lerner,
Prefeito Municipal”.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 2.º Secretário procederá a leitura da Ata.
(É procedida a leitura da Ata)

Em discussão a ata que acaba de ser lida. — Aprovada.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, congratular-me com o Prefeito de nossa Capital, engenheiro Jayme Lerner, em seu pronto atendimento em resposta ao pedido de informações e acusações que foram feitas nesta Casa, ontem. Mas, em face da ausência do deputado Erondy Silvério, solicitaria à Mesa uma cópia deste expediente para que, na próxima sessão desta Casa, possa abordar o assunto com a presença do Deputado que fez as acusações.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem). Sr. Presidente. Foi abordado ontem assunto relacionado com a administração municipal e hoje verificamos a pronta resposta do sr. Prefeito Municipal. Como homem de oposição não posso deixar de me congratular com S. Exa. pelo respeito que devota a esta Casa. Assim procedessem todos os homens públicos, dinamizaríamos a democracia valorizaríamos o Poder Legislativo, de forma excepcional.

Quero consignar, nesta oportunidade, a minha manifestação de apoio à maneira como S. Exa. o sr. Prefeito de Curitiba prontamente atendeu, demonstrando uma sensibilidade de homem público sério, responsável.

Não entro no mérito da questão, não sei se tem razão o sr. Prefeito Municipal de Curitiba. Destaco o fato, o acontecimento que vem demonstrar ser o sr. Prefeito de Curitiba um homem sensível e é desta sensibilidade que carecem os políticos, porque, no decorrer do tempo vão ficando insensíveis do ponto de se atacarem, e dali em diante vão até o achincalhe, e isto faz com que o povo descreia do regime.

Por esta razão, quero deixar consignado o meu voto de aplauso ao sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pela maneira como se conduziu neste episódio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem). Sr. Presidente, desejamos que seja consignado, em Ata a atitude do sr. Prefeito Municipal de Curitiba por ter enviado, a esta Casa, a resposta ao um pedido de informação ontem solicitado.

Portanto S. Exa. soube da notícia oficiosamente já providenciou a resposta, enquanto outros titulares de órgãos estaduais, cujos pedidos chegam às suas mãos de maneira oficial, e nem sequer tomam conhecimento, nem procuram atendê-los.

E com esta maneira de proceder, o sr. Prefeito de Curitiba prestou uma homenagem a esta Casa.

Esperamos que o exemplo de S. Exa. seja adotado por todos os titulares de cargos.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — (Pela ordem). Sr. Presidente, soube, há poucos instantes de mais um crime que se cometeu no Paraná pela falta de

responsabilidade, porque, mais uma vez, um caminhão tombou numa estrada de nosso Estado, matando três trabalhadores rurais.

E, lamentavelmente, não tivemos conhecimento, antes porque, senão

E, lamentavelmente, não tivemos conhecimento antes, porque, senão teríamos apresentado um requerimento de pesar às famílias daqueles trabalhadores que vivem totalmente sem assistência.

E que seja este acontecimento mais um alerta para que se providencie assistência aos trabalhadores rurais que não têm nenhuma garantia de vida quando vão trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Declaro encerrado o presente período de sessões ordinárias da fluente sessão legislativa ordinária.

Salvo convocação extraordinária, na forma constitucional, a Assembléia voltará a se reunir no dia 2. de agosto próximo vindouro, para a instalação do 2.º período legislativo ordinário de sessão da 1.ª Legislatura Ordinária da 7.ª Legislatura.

Levanta-se a sessão.

SINOPSE:

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

SETIMA LEGISLATURA

SINOPSE

Dos trabalhos Legislativos e Administrativos do Período Ordinário compreendido entre 31 de março à 30 de junho de 1971.

PRESIDENTE — Dep. Wilson Fortes

1.º SECRETÁRIO — Dep. Ivo Tomazoni

2.º SECRETÁRIO — Dep. Quietse C. da Silva

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Sinopse dos Trabalhos Legislativos e Administrativos, da Primeira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, período compreendido entre 31 de março à 30 de junho de 1971.

Sessão de Instalação	1
Sessões Ordinárias	64
Sessões Extraordinárias	36
Projetos de Lei Apresentados	97
Projetos de Lei Aprovados por este Poder	69
Projetos de Lei Sancionados pelo Governo do Estado	10
Projetos de Lei Vetados pelo Governo do Estado	15
Projetos de Lei Rejeitados	35
Projetos de Resolução Apresentados	1
Projetos de Resolução Aprovados	4
Projetos de Resolução Rejeitados	1
Projetos de Resolução Vetados pelo Governo do Estado	1
Requerimentos dos Senhores Deputados	446
Leis Pormulgadas por este Poder	1
Votos de Pesar inseridos em Ata	28
Votos de Louvor, Congratulações, Regozijo e Aplausos Inseridos em Ata	68
Mensagens do Senhor Governador do Estado	15
Ofícios do Senhor Governador do Estado	21
Ofícios das Câmaras Municipais	39
Ofícios das Prefeituras Municipais	8

Ofícios Diversos	69
Telegramas	3
Convites	1
Visitas Ilustres	30
Decretos Legislativos	144
Portarias Baixadas pelo Senhor Diretor Geral	179
Indicações	5

Curitiba, 30 de junho de 1971.

João Maria J. Campos Araujo
Chefe do Serviço de Estatística

M E S A

Presidente — Wilson Fortes

1.º Vice-Presidente — Antonio Costa

2.º Vice-Presidente — Nelson Bufara

1.º Secretário — Ivo Tomazoni

2.º Secretário — Quielse Crissótomo

3.º Secretário — Domicio Scaramela

4.º Secretário — Rosário Pitelli

SECRETARIA GERAL

Diretor Geral — Dorizon Salgado Bueno

Diretor do Dep. Administrativo — Fausto Luiz Abry

Diretor do Dep. Legislativo — José Tavares Canto Filho

DEPUTADOS ESTADUAIS

Wilson Fortes

Antônio Costa

Nelson Buffara

Ivo Tomazoni

Quielse Crisóstomo

Domicio Scaramela

Rosário Pitelli

Acyr José

Aguinaldo Pereira Lima

Alvaro Dias

Antonio Belinati

Antônio Lopes Júnior

Antonio Maciel

Arizone Araújo

Armando Queiroz

Arthur de Souza

Basilio Zanusso

Borsari Neto

Cândido Martins de Oliveira

David Federmann

Emílio Carazzai

Erondy Silinvério

Fabiano Braga Cortes

Francisco Escorsim

Fuad Nacli

Gabriel Manoel

Gilberto Carvalho

Hélio Manfrinato

Igo Losso

João Fadel

João Mansur

Jorge Sato

Lázaro Dumont
Leopoldo Jacomel
Marciano Baraniuk
Maurício Fruet
Muggiati Filho
Nivaldo Krüger
Odilon Reinhardt
Ovídio Luiz Franzoni
Paulo Camargo
Paulo Poli
Pinto Dias
Sebastião Rodrigues Júnior
Santos Lima
Xenofonte Villanueva

**Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná — 1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura.**

COMISSÕES TÉCNICAS

Comissão de Constituição e Justiça

Wilson Brandão — Presidente
Muggiati Filho
Armando Queiroz
Emílio Carazzai
Arthur de Souza
Odilon Reinhardt
Igo Losso
Acyr José
Cândido Martins de Oliveira
Gilberto Carvalho
Sebastião Rodrigues Junior

Comissão de Orçamento

Fabiano Braga Côrtes — Presidente
Nivaldo Krüger
Paulo Poli
Basílio Zanusso
Borsari Neto
Jorge Sato
Fuad Nacli

Comissão de Finanças

Leopoldo Jacomel — Presidente
Ovídio Franzoni
Fuad Nacli
Gabriel Manoel
Paulo Poli
Santos Lima
Maurício Fruet

**Comissão de Obras Públicas Transportes e
Comunicações**

Lázaro Dumont — Presidente
Borsari Neto
Gilberto Carvalho
Antônio Maciel
Hélio Manfrinato

Comissão de Agricultura Indústria e Comércio

Antônio Maciel — Presidente
Hélio Manfrinato
Lázaro Dumont
Marciano Baraniuk
Francisco Scorsin

Comissão de Terras Colonização e Imigração

Arizone Araújo — Presidente
Marciano Baraniuk
Santos Lima
Francisco Escorsin
Sebastião Rodrigues Júnior

Comissão de Redação

Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet
Pinto Dias
Wilson Brandão
Antônio Maciel

Comissão de Pôncia

Paulo Poli — Presidente
Alvaro Dias
Wilson Brandão
Santos Lima
Aguinaldo Pereira Lima

Comissão de Saúde Pública

João Fadel — Presidente
Maurício Fruet
Emílio Carazzai
David Federmann
Paulo Camargo

Comissão de Tomadas de Contas

Leopoldo Jacomé — Presidente
Antonio Belinati
Pinto Dias
Xenofonte Vilanueva
Agnaldo Pereira Lima

Comissão de Instrução Pública

Antônio Lopes Júnior — Presidente
Arizone Araújo
Francisco Escorsin
Acyr José
Alvaro Dias

Comissão de Turismo

Jorge Sato — Presidente
Arizone Araújo
Basilio Zanusso
Gabriel Manoel
Maurício Fruet

Comissão Especial de Reforma à Constituição

Emílio Carazzai — Presidente

Borsari Neto — Vice-Presidente

Armando Queiroz — Relator

Gilberto Carvalho — Relator

José Muggiati Filho — Relator

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

VISITAS ILUSTRES

15.04.71 — Estêve em visita a esta Casa o Senhor Embaixador da Grã-Bretanha no Brasil, Sir Wathen Sthaten Hunt.

15.04.71 — A Presidência registra com satisfação a presença, em Plenário, dos srs. Prefeitos de Diamante do Norte, Guaraçá, São Jorge, Nova Esperança, São Pedro do Ivaí e Ubitatã.

23.04.71 — A Presidência registra com satisfação a presença, em Plenário, dos srs. Prefeitos Municipais de Araruna, Maria Helena, e Itaipua do Sul, bem como de Vereadores de São Mateus do Sul.

26.04.71 — A Presidência registra com satisfação a presença, no Plenário desta Casa, dos srs. Prefeitos Municipais de Sertaneja, Pérola do Oeste e São Pedro do Ivaí.

28.04.71 — A Presidência anuncia com satisfação a presença em Plenário, dos srs. Prefeitos Municipais de Flórida, Cerro Azul e Lobato.

29.04.71 — A Mesa registra com satisfação a presença no Plenário desta Casa, dos srs. Prefeitos Municipais de Califórnia, Kaloré Santo Inácio.

30.04.71 — A Mesa registra com satisfação a presença, no Plenário desta Casa, do sr. Prefeito Municipal de Cornélio Procopio.

03.05.71 — A Mesa registra com satisfação a presença, no Plenário desta Casa, dos srs. deputados federais José Alencar Furtado, Fernando Gama e João Vargas de Oliveira, bem como dos srs. Prefeito Municipal de Rolândia e Diretor Superintendente do INOCOP.

04.05.71 — A Mesa registra com satisfação a presença, em Plenário, do Vereador por Curitiba, sr. Admar Bertolli.

05.05.71 — Estiveram em visita a esta Casa os srs. Contra-Almirante do 5.º Distrito Naval e o Embaixador da Polônia no Brasil.

05.05.71 — A Mesa anuncia com satisfação a presença em Plenário, do sr. Prefeito Municipal de Santa Rita do Passa Quatro, Rio Grande do Sul.

07.05.71 — A Presidência, sente-se honrada com a presença, nesta Casa, do sr. general José Campos de Aragão, comandante da 5.ª Região Militar e convida Sua Excelência para tomar assento à Mesa. A seguir, o sr. deputado João Mansur é designado pela Presidência, para que, em nome da Casa, saúde o ilustre visitante. Após a saudação feita pelo deputado João Mansur, a Presidência concede a palavra ao sr. general José Campos de Aragão, o qual faz a sua saudação e apresenta as suas despedidas a este Poder.

13.05.71 — Estêve em visita a esta Casa, na data de hoje, o sr. general Ayrton Pereira Tourinho, comandante da 5.ª Região Militar.

13.05.71 — A Mesa anuncia com satisfação a presença, em Plenário, do sr. Elzequias Losso, Vereador de Curitiba.

14.05.71 — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, no Plenário desta Casa, do sr. Prefeito Municipal de Curitiba.

17.05.71 — A Mesa registra com satisfação a presença, em Plenário, dos srs. deputados federais José Carlos Leprevost e Laufran Villanueva, superintendente do IPE.

25.05.71 — O sr. Presidente registra com satisfação a presença, em Plenário, dos srs. Prefeitos Municipais de Arapongas, Munhoz de Mello, Planaltina do Paraná e Paraíso do Norte.

26.05.71 — A Presidência registra com satisfação a presença, no Plenário desta Casa, dos srs. Prefeitos, de Santa Cecília do Pavão e de Mandaguá.

11, bem como do sr. deputado federal Túlio Vargas e do Grupo de Estudantes, representando o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, do Cajurú.

31.05.71 — A Mesa registra com satisfação a presença no Plenário desta Assembléia dos srs. deputados federais Zacarias Seleme e Alencar Furtado, bem como dos srs. Prefeitos dos Municípios de 1.º de Maio e Colombo.

01.06.71 — A Mesa tem a honra de registrar a visita que fez a esta Casa o Embaixador dos Países Baixos, no Brasil, bem como a presença em Plenário do sr. dep. federal Olivir Gabardo.

04.06.71 — A Mesa registra com satisfação a presença, no Plenário desta Casa, do sr. Presidente da Câmara Municipal de Maringá, bem como do sr. deputado federal Ardinál Ribas.

15.06.71 — A Mesa registra com satisfação a presença no Plenário desta Casa, do sr. Prefeito de Cambará.

16.06.71 — O sr. Presidente anuncia com satisfação a presença, em Plenário, do sr. Prefeito Municipal de Itambaracá.

18.06.71 — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença nesta Casa, da Srta. Marize Meyer Costa, Miss Paraná 1971, que é saudada em nome da Casa pelo sr. deputado Antônio Lopes Jr.

21.06.71 — A Mesa registra com satisfação a presença, em Plenário, dos srs. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores do Município de Terra Rica, e do srs. Diretores da Paranatur.

22.06.71 — A Mesa registra com satisfação a presença, em Plenário, dos srs. deputado federal Sílvio Barros e Prefeito Municipal de Guapirama.

23.06.71 — A Presidência registra com satisfação a presença, em Plenário, do sr. Presidente da CELEPAR.

25.06.71 — A Mesa registra com satisfação a presença, em Plenário, do sr. Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz.

28.06.71 — A Mesa registra com satisfação a presença, em Plenário, do sr. Diretor do Detran do Paraná.

29.06.71 — A Mesa tem a grata satisfação de anunciar a presença, em Plenário, do sr. deputado federal Túlio Vargas.

VOTOS DE PESAR

30.03.71 — Dos srs. Erondy Silvério e Maurício Fruet, solicitando a inserção em Ata de um Voto de pesar pelo falecimento do dr. Aramys Athaide.

01.04.71 — Do sr. Antônio Belinati, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do eng. Fernando Mansur Wekerlin.

01.04.71 — Do sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Jorge F. Daher F.O.

12.04.71 — Do sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento dos srs. Jobar Cassou e Nelson Petchow.

12.04.71 — Do sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento dos srs. Jobar Cassou e Nelson Petchow.

14.04.71 — Do sr. Leopoldo Jacomet solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar, pelo falecimento do sr. Flávio Zetola.

14.04.71 — Dos srs. Quielise Crisóstomo e Ivo Tomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Flávio Zetola.

22.04.71 — Do sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Wilson Dias Ribeiro, funcionário deste Poder.

26.04.71 — Dos srs. Erondy Silvério, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Júlio Maito Sobrinho.

29.04.71 — Do sr. Antônio Franco, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do cel. Alfredo F. Costa.

29.04.71 — Do sr. Rosário Pitelli, solicitando um voto de pesar pelo falecimento da sra. Sebastiana S. de Almeida.

- 03.05.71 — Do sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Trajano Jorge.
- 04.05.71 — Do sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Rafael Klen D'Assumpção.
- 04.05.71 — Do sr. Alvaro Dias, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Samuel Moura.
- 07.05.71 — Do sr. Gilberto Carvalho, solicitando um voto de, pesar pelo falecimento do sr. José A. Saddy.
- 13.05.71 — Do sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Luiz Neppel.
- 17.05.71 — Do sr. Ivo Tomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento da senhora Amélia B. Picoli.
- 25.05.71 — Do sr. Acyr José, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. José Elias Abdalla.
- 01.06.71 — Do sr. Fuad Nacli, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Arthur Bianchini Ferreira.
- 01.06.71 — Do sr. Emilio Carazzai, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Professor José Felix Maria Bianco.
- 01.06.71 — Do sr. Antônio Belinati, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Sidrak Silva.
- 03.06.71 — Do sr. Acyr José, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Nestor Antonio Dúlcio.
- 15.06.71 — Do sr. Rosário Pitelli, solicitando um voto de pesar pelo falecimento da sra. Clarice Taquief.
- 15.06.71 — Do sr. João Mansur, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do cel. Francisco Durski da Silva.
- 15.06.71 — Do sr. João Mansur, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Antônio Heil.
- 17.06.71 — Do sr. Acyr José, solicitando um voto de pesar, pelo falecimento do sr. Ozir Fatuch.
- 21.06.71 — Do sr. Fuad Nacli, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Evandro Sá Pereira.
- 24.06.71 — Do sr. Antônio Lopes Júnior, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Miguel Gadens.

VOTOS DE LOUVOR, REGOZIO E CONGRATULAÇÕES

- 30.03.71 — Dos srs. deputados, Lázaro Dumont, João Mansur e Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao sr. Presidente da República, pela instituição do programa de assistência ao trabalhador rural.
- 30.03.71 — Do sr. João Mansur, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozio pela passagem do 16.o aniversário de fundação do jornal "Diário do Paraná".
- 01.04.71 — Do sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozio e aplausos pela designação do monsenhor Rodrigues Machado para o cargo de Conselheiro Estadual de Educação.
- 01.04.71 — Do dep. Antônio Belinati, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações à Rádio Cultura do Paraná pela passagem de 19.o aniversário de atividades.
- 01.04.71 — Do dep. Igo Losso, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozio pela passagem do 278.o aniversário da Fundação de Curitiba.
- 02.04.71 — Do dep. Antônio Belinati, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao transcurso, no dia de ontem, do 25.o aniversário do Colégio Estadual Vicente Rijo.
- 02.04.71 — Do dep. Nivaldo Krüger, solicitando a inserção em Ata de

um voto de aplauso ao cineasta paranaense Sílvio Back, pelo grande auxílio que vem prestando à causa paranista no seu ramo.

02.04.71 — Do dep. Igo Losso, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário da Igreja Presbiteriana de Curitiba.

02.04.71 — Do dep. Antônio Lopes Júnior, solicitando a inserção em Ata de um voto de aplausos ao sr. Secretário de Educação e Cultura, pela escolha da professora Helena F. M. Poli para o cargo de Inspectora Regional de Ensino de Curitiba.

02.04.71 — Do dep. Acyr José, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor ao sr. Secretário de Segurança Pública pela criação da Delegacia Especializada em Tóxicos.

13.04.71 — Do dep. Antônio Belinati, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao general Ayrton Tourinho pela sua nomeação ao cargo de Comandante da 5.a R.M.T.

12.04.71 — Do dep. Erondy Silvério, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo pela ascensão do general Ayrton Pereira Tourinho ao cargo de Comandante da 5.a R.M., bem como um voto de louvor ao general José Campos de Aragão, pela maneira humana e eficiente que comandou a 5.a R.M. em nosso Estado.

12.04.71 — Do dep. Leopoldo Jacomel, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor ao sr. Celso F. de Melo, diretor do DAEE, pela maneira que vem conduzindo aquele Departamento.

12.04.71 — Do dep. Jorge Sato, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações à Empresa Maringá-Turismo pela instalação de sua sede de atividades turísticas naquela cidade.

13.04.71 — Do dep. Mauricio Fruet, solicitando a inserção de um voto de louvor à Televisão Paranaense Canal 12 pelo lançamento de nova programação.

13.04.71 — Do dep. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo pela conquista por parte da Seleção Brasileira de Futebol Juvenil, do Campeonato Mundial, desta categoria.

14.04.71 — Do dep. Cândido Manuel M. de Oliveira, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulação pelo 10.o aniversário de Fundação da Escola Mercedes Stresser.

14.04.71 — Do sr. Paulo Poli, solicitando a inserção em Ata de um voto de aplausos ao sr. Governador do Estado pelo seu equilíbrio diante dos ataques que vem recebendo da imprensa.

14.04.71 — Do sr. Quielise Crisóstomo da Silva, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo pelo 1.o Centenário de Instalação de Bocaiúva do Sul.

01.04.71 — Do sr. Borsari Neto, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor à Faculdade de Engenharia da UFP e a SUDESUL, pela assinatura de convênio visando a realização, em Curitiba, de Curso de Extensão Universitária sobre Engenharia Municipal.

22.04.71 — Do sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor pela edição do jornal "PLIM".

22.04.71 — Do sr. Francisco Scorsini, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor ao sr. José F. M. Cavalcanti, presidente do INCRA, pelos relevantes serviços prestados.

22.04.71 — Do sr. Ivo Tomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao sr. Lineu Kluppei, secretário da Fazenda, por ter sido agraciado com a Comenda da Ordem de Rio Branco.

22.04.71 — Do sr. Ivo Tomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor ao professor Osni Dacol, pela ação que vem desenvolvendo à frente do Colégio Estadual do Paraná.

26.04.71 — Do sr. Fabiano Braga Côrtes, solicitando um voto de regozijo

pelo cinquentenário de Ministério Sacerdotal do Monsenhor Gerônimo Marzarotto.

26.04.71 — Do sr. Antônio Lopes Júnior, solicitando um voto de congratulações pela passagem do Dia da Comunidade Luso-Brasileira.

27.04.71 — Do sr. Igo Losso, solicitando um voto de congratulações ao sr. desembargador Luiz S. Albuquerque, pela sua recondução à Presidência do Conselho Regional dos Escoteiros do Paraná.

27.04.71 — Do sr. Maurício Fruet, solicitando um voto de congratulações ao sr. Newton Sponholz e à Editora "O Debate de Irati, pelo lançamento do livro "A Terra e o Homem no Sul do Paraná, Problemas e Perspectivas".

28.04.71 — Do sr. Antônio Lopes Jr., solicitando um voto de congratulações ao município de Imbituva pelo transcurso do seu 1.º Centenário.

28.04.71 — Do sr. Antônio Lopes Jr., solicitando um voto de congratulações ao sr. deputado federal Agostinho Rodrigues, pela sua eleição a Presidente da Comissão de Segurança Nacional, da Câmara Federal.

28.04.71 — Do sr. Paulo Poli, solicitando um voto de congratulações ao sr. Presidente da República pela regulamentação da distribuição das cotas do ICM, aos Municípios.

29.04.71 — Do sr. David Federmann, solicitando um voto de regozijo pelo transcurso do aniversário de emancipação política de Telêmaco Borba.

29.04.71 — Do sr. Antônio Lopes Jr., solicitando um voto de regozijo pela passagem do 2.º Centenário de fundação da cidade de Guaratuba.

29.04.71 — Do sr. Nivaldo Krüger, solicitando um voto de congratulações ao IBCEC, pela realização em Curitiba, do concurso "Cientistas de Amanhã".

29.04.71 — Do sr. Antônio Belinati, solicitando um voto de congratulações ao sr. Horácio Sabino Coimbra, por ter conquistado para a sua empresa o troféu "Globo de Exportação".

aniversário de emancipação política do Município de Uraí.

29-4-71 — Do sr. Borsari Neto, solicitando um voto de regozijo pela passagem do aniversário do município de Primeiro de Maio.

29-4-71 — Do sr. Igo Losso, solicitando um voto de congratulações ao Rev. Raul Rodrigues de Castro, pela sua reeleição como Vice-Presidente Nacional da Cruzada de Evangelização.

3-5-71 — Do sr. João Mansur, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná.

3-5-71 — Do sr. Fabiano Braga Côrtes, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo pela assunção ao cargo de Bispo Auxiliar de Curitiba, de S. Eminência Reverendíssima, Dom José Joaquim Gonçalves.

4-5-71 — Do sr. Igo Losso, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo à Sociedade Operária Beneficente Universal, pela passagem do seu 44.º aniversário de fundação.

6-5-71 — Do sr. Antônio Lopes Júnior, solicitando um voto de aplausos ao Teatro Guaíra e Secretaria de Educação e Cultura, por proporcionar a peça teatral "Em Família", de Oduvaldo Viana Filho.

7-5-71 — Do sr. João Mansur, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo, pela passagem do Dia das Mães, sugerindo ainda à Comissão Executiva para que se institua, no âmbito do Poder Legislativo, o concurso para a escolha da Mãe do Ano.

7-5-71 — Do sr. Antônio Lopes Júnior, solicitando um voto de regozijo pelo transcurso nesta data do "Dia do Taquígrafo".

7-5-71 — Do sr. Arizone Araújo, solicitando um voto de congratulações pela instalação, no Paraná, da Cruz Vermelha Brasileira e seus 54 anos de relevantes serviços prestados à nossa comunidade.

12-5-71 — Do sr. Paulo Poli, solicitando um voto de aplausos à sra. Helena Leon Peres, pela sua "Campanha do Agasalho".

13-5-71 — Do sr. Ivo Tomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo ao sr. tenente coronel Clóvis C. Viana, pela sua posse nas altas funções de Diretor do DGTC.

13-5-71 — Do sr. Borsari Neto, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo pela recondução do engenheiro Luiz A. V. de Souza, ao cargo de Diretor Presidente da COHAB.

14-5-71 — Do sr. Sebastião Rodrigues Júnior, solicitando a anotação na ficha funcional do sr. Antônio Alves de Oliveira Neto, um voto de congratulações pela sua participação na composição da Delegação Brasileira no Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso.

17-5-71 — Do sr. Acyr José, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor à Diretoria da Companhia Força e Luz do Paraná, pela excelente gestão no exercício de 1.970.

18-5-71 — Do sr. Maurício Fruet, solicitando um voto de regozijo ao Rotary Club de Rio Negro pelas suas atividades assistenciais.

19-5-71 — Do sr. Pinto Dias, solicitando um voto de aplausos ao dr. Dinor Voss e demais membros da equipe diretiva do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, pelo brilhante trabalho que vem sendo desenvolvido naquele Instituto.

24-5-71 — Do sr. Leopoldo Jacomel, solicitando um voto de louvor à Diretoria da COPEL e ao excelentíssimo sr. Vice-Governador do Estado, na forma que especifica.

26-5-71 — Do sr. Antônio Lopes Júnior, solicitando um voto de regozijo pelo transcurso da Data Nacional da Argentina, ontem transcorrido.

26-5-71 — Do sr. Antonio Lopes Júnior e outros, solicitando um voto de regozijo ao jornal Semanário desta Capital, "A Voz do Paraná", pelo transcurso do seu 160. aniversário a 27. do corrente.

31-5-71 — Do sr. Borsari Neto, solicitando um voto de regozijo pelo transcurso do aniversário de fundação do Município de Sertãoópolis.

31-5-71 — Do sr. Borsari Neto, solicitando um voto de regozijo pela assunção do professor Algacyr Munhoz Mauer na Reitoria da Universidade do Paraná.

9-6-71 — Do sr. Igo Losso, solicitando um voto de regozijo pelo transcurso do 35.º aniversário da fundação da Escola de Cantores Pio X, ocorrido em data de 2 de junho.

9-6-71 — Do sr. Igo Losso, solicitando um voto de regozijo pelo transcurso em data de 3 do corrente, da Festa Nacional da Itália.

14-6-71 — Do sr. Fabiano Braga Cortes, solicitando um voto de congratulações ao exmo. sr. Governador do Estado e à Diretoria da COPEL, pela redução efetuada nas tarifas de energia elétrica destinada a firms industriais.

14-6-71 — Do sr. Gabriel Manoel e Agunaldo Pereira Lima, solicitando um voto de congratulações à srta. Marize Meyer Costa, Miss Ibaiti, eleita sabado ultimo "Miss Paraná 1.971".

14-6-71 — Do sr. Antônio Belinati, solicitando um voto de congratulações aos promotores do concurso "Miss Paraná 1.971".

14-6-71 — Do sr. Ivo Tomazoni, solicitando um voto de aplausos ao titular do programa Flávio Cavalcanti, pela campanha desfechada contra a discriminação de idade que cerceia totalmente o direito de trabalho às pessoas de idade superior a 40 anos.

14-6-71 — Do sr. Gabriel Manoel e Agunaldo Pereira Lima, solicitando um voto de congratulações ao titular do programa de TV, Flávio Cavalcanti, pela campanha que vem fazendo em favor das pessoas com mais de 25 anos, a fim de que obtenham emprego nas repartições públicas e privadas.

15-6-71 — Do sr. Igo Losso, solicitando um voto de louvor ao dr. Mario de Mari, presidente da Federação da Indústria do Estado, pelos seus trabalhos desenvolvidos naquele órgão.

21-0-71 — Do sr. Quiêse Crisóstomo e Wilson Fortes, solicitando um

voto de louvor aos funcionários do Hospital Colônia Adauto Botelho, conforme especificam.

22-6-71 — Do sr. Igo Losso, solicitando um voto de regozijo pelo transcurso do 28.º aniversário da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba.

DISCURSOS DO DEPUTADO ANTONIO COSTA

14-4-71 — Ocupa a tribuna, demonstrando sua contrariedade com a imprensa local, especialmente com o Caral 4, pelos ataques que vem dirigindo ao Governo estadual.

3-6-71 — Ocupa a tribuna, justificando a promulgação do Projeto de Lei de autoria do deputado Paulo Poli, que altera o artigo 14 do Estatuto do Magistério Público.

21-6-71 — Ocupa a tribuna, lendo inicialmente carta que dirigirá ao sr. Presidente da Associação dos Professores do Paraná, com relação à posição assumida por aquela entidade, no tocante à Lei que alterou o artigo 14 do Estatuto do Magistério Público.

DISCURSOS DO DEPUTADO ANTÔNIO MACIEL

28-4-71 — Inicialmente, relatando os principais acontecimentos verificados no 4.º Congresso Nacional do Café, realizado no Espírito Santo, e, sua participação como integrante de uma Comissão representando esta Casa. Destaca na oportunidade o trabalho realizado pelos srs. deputados Hélio Manfrinato e Lázaro Dumont, naquele conclave.

5-5-71 — Ocupa a tribuna, tecendo considerações sobre o 40.º Congresso do Café, realizado em Vitória, e da erradicação do café e suas consequências. Finalizando, expõe sua opinião com respeito ao confisco cambial do café brasileiro, enaltecendo ainda a política econômica que vem sendo desenvolvida pelo Governo federal, com respeito ao Café.

9-6-71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre a sua participação como membro da Comissão designada por esta Casa, para junto ao IBC e outros órgãos competentes, pleitear a antecipação do preço do café. Dizendo ainda da decisão que tomou esta Comissão na coordenação de uma Comissão Permanente para tratar do assunto.

DISCURSO DO DEPUTADO ANTÔNIO BELINATI

1-4-71 — Ocupa a tribuna, tecendo comentários em relação ao elevado preço pela COPEL, no fornecimento de energia elétrica.

12-4-71 — Ocupa a tribuna para, inicialmente, demonstrar a sua satisfação pelo êxito alcançado com a Exposição Agro-Pecuária em Londrina. A seguir, faz referências a reclamações dos comerciantes do Norte do Estado com relação à Loteria Esportiva. Finalizando demonstra a sua estranheza, por ter o Governo do Estado efetuado o pagamento atrasado do funcionalismo público, dos dois últimos meses, sem no entanto ter pago o mês de janeiro.

22-4-71 — Ocupa a tribuna dizendo, inicialmente, da importância da imprensa na vida política do Estado do respeito que devem ter os dirigentes as suas críticas, por entender que sem a oposição não há democracia. Continuando, argumenta que o pessimismo político atual em nosso Estado deve ser superado, para que não venha em prejuízo do povo paranaense. Finalizando, dirige um apelo em nome de sua bancada para uma integral pacificação política no Paraná, dentro da ARENA.

13-4-71 — Ocupa a tribuna para, em explicação pessoal, ler artigo do jornal a "Tribuna da Imprensa", denominado "O Governador Leon Peres, investe contra o Paraná", de autoria do jornalista Marcelo de Aragão.

14-4-71 — Ocupa a tribuna, para em explicação pessoal, tecer comentários ao procedimento de alguns prefeitos do interior em decretarem feriados municipais, nas ocasiões em que são realizados jogos de futebol, em dias úteis, no período vespertino.

16-4-71 — Ocupa a tribuna, para em explicação pessoal, tecer críticas ao sr. Governador por não ter ainda completado sua equipe de Governo, e, não ter ainda apresentado um planejamento para o mesmo. Finalizando, faz referência ao atraso verificado no pagamento do funcionalismo público e em particular ao funcionalismo deste Poder.

27-4-71 — Ocupa a tribuna para, em explicação pessoal, fazer acusações de irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de São João do Ivaí. Finalizando, discorda dos termos da Mensagem de aumento ao funcionalismo público do Estado, por entender que o referido aumento não condiz com a realidade do custo de vida atual, mas que apesar de tudo votará favorável à mesma.

28-4-71 — Ocupa a tribuna, mostrando-se inicialmente contrário às proibições que vêm sendo feitas em nossa Capital de estacionamento em vários lugares públicos. Finalizando, tece considerações a mensagem Governamental de aumento ao funcionalismo público estadual, mostrando-se contrário ao índice de aumento por entender, que este já não corresponde mais com a alta do custo de vida.

29-4-71 — Ocupa a tribuna, inicialmente mostrando-se contrário à rejeição de seu requerimento apresentado a sessão de ontem, que solicita pedido de informações ao DETRAN. Concluindo, diz da não instalação, até

29-4-71 — Do sr. Borsari Neto, solicitando um voto de regozijo pelo momento da CPI, que visa apurar as irregularidades do Governo anterior, sugerindo na oportunidade que a mesma seja extinta por não ter mais a finalidade pretendida.

30-4-71 — Ocupa a tribuna, prestando homenagem ao trabalhador brasileiro e congratulando-se com o dia Primeiro de Maio em que é comemorado contra o aumento do preço da gasolina, ocorrido no dia de hoje e fazendo votos que o novo salário mínimo possa fazer face aos novos aumentos que por certo virão.

5-5-71 — Ocupa a tribuna, mostrando-se contrário a não acolhida por parte da Mesa da Emenda apresentada ao Projeto de Lei n. 4-71, de autoria do sr. Muggiati Filho. Finalizando, tece críticas ao Governo estadual, que no vem dando Assistência Financeira aos srs. Deputados com referência às suas verbas pessoais.

12-5-71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas a alguns aspectos da Emenda que visa reformar a Constituição do Estado, a qual brevemente deverá ser submetida à apreciação desta Casa.

13-5-71 — Ocupa a tribuna, em explicação pessoal, reportando-se ao pedido de informação apresentado em sessão anterior, visando acabar com o privilégio dos estacionamentos privativos em nosso Estado, o qual foi rejeitado em Sessão Plenária deste Poder Legislativo. Continuando, congratula-se com as medidas tomadas pelo Serviço Nacional de Trânsito, que veio de encontro às suas reivindicações constante daquele requerimento. Finalizando, agradece o convite formulado pelo sr. Governador do Estado para o jantar na noite de hoje, em homenagem ao Comandante da 5a. Região Militar, ao mesmo tempo em que justifica a impossibilidade de seu comparecimento bem como do sr. Alvaro Dias.

18-5-71 — Ocupa a tribuna, reclamando também do Governo do Estado pelo não pagamento a diversas entidades assistenciais do Estado. Concluindo, dirige críticas ao Governo pela pretensão nomeação de um dentista para o cargo de Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Estado do Paraná.

19-5-71 — Ocupa a tribuna, associando-se inicialmente ao pronunciamento do sr. Mauricio Fruet, quando da tribuna. Concluindo, tece críticas à nomeação de um dentista para o Cargo de Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Estado do Paraná, pois que, no seu entender, deveria ser o referido cargo ocupado por um engenheiro agrônomo.

20-5-71 — Ocupa a tribuna, denunciando irregularidades verificadas dentro da Guarda Urbana da cidade de Londrina.

25-5-71 — Ocupa a tribuna, manifestando seu ponto de vista com relação à Emenda Constitucional, e as imposições pretendidas pelo Governo, com a aprovação desta matéria.

26-5-71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas às medidas que vem tomando o responsável pelo DETRAN, em nossa Capital. Finalizando, defende seu ponto de vista contrário às medidas pretendidas pelo Estado Maior do Exército em implantar o Serviço Militar para mulheres.

27-5-71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas com respeito à forma que pretende o Governo estadual adotar o Regime de Tempo Integral para os professores.

31-5-71 — Ocupa a tribuna, tecendo comentários iniciais sobre a nova Lei de reforma partidária, encaminhada pelo sr. Presidente da República ao Congresso, tecendo críticas na oportunidade à regulamentação que se pretende no tocante à fidelidade partidária. Finalizando, faz críticas ao Governo do Estado que, segundo o seu entender, vem ocorrendo algumas perseguições contra funcionários da Credimpar.

7-6-71 — Ocupa a tribuna, tecendo inicialmente comentários sobre o grave problema social existente na cidade de Londrina, pela falta de maiores indústrias que absorvam aquela mão de obra desocupada. Finalizando diverge a atitude tomada pela Secretaria de Saúde Pública do Estado, proibindo o comércio ambulante naquela cidade.

14-6-71 — Ocupa a tribuna, tecendo comentários sobre a descapitalização imobiliária que vêm ocorrendo no interior do Estado, em função dos negócios do Mercado de Capitais.

15-6-71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas aos pronunciamentos feitos pelo sr. Governador do Estado, com relação à administração estadual anterior.

15-6-71 — Ocupa a tribuna, reparatndo-se, inicialmente, aos artigos publicados na imprensa do País referentes à Reforma pelo Supremo Tribunal Militar, da sentença que condenou a morte o jovem Teodomiro, transformando-a em prisão perpétua. Finalizando, tece comentários sobre a eleição do sr. Vaz Costa à Presidência do BNH, e as consequências negativas que poderão advir dos seus primeiros atos administrativos.

23-6-71 — Ocupa a tribuna abordando, inicialmente, assuntos ligados ao futebol de nosso Estado. Concluindo, dirige apêlo ao sr. Governador do Estado, para solucionar o problema dos funcionários contratados do Estado, que ainda estão com seus vencimentos em atraso, em particular, os fiscais fazendários e as serventes contratadas.

24-6-71 — Ocupa a tribuna, reportando-se a seu pronunciamento em sessão anterior, quando trouxe, ao conhecimento da Casa, o problema dos favelados das margens do rio Belém.

29-6-71 — Ocupa a tribuna, focalizando o problema da infância desamparada no nosso Estado e em particular em nossa Capital.

14-4-71 — Ocupa a tribuna, inicialmente dirigindo apêlo aos srs. Deputados no sentido de urgenciar os trabalhos das Comissões especiais para a elaboração do novo Regimento Interno e a Lei Orgânica dos Municípios. Continuando, faz solicitação, como Secretário da ARENA, para que os Deputados que a integram, trabalhem em harmonia e unidos possam dar ao atual Governo a tranquilidade necessária para o trabalho que está iniciando. Continuando congratula-se com o Sr. Governador pela criação de um escritório de representação estadual, na Capital da República. Finalizando tece considerações ao projeto de Lei elaborado pelo sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, sobre as reformas educacionais.

16-4-71 — Ocupa a tribuna, manifestando sua satisfação pelo atendimento, feito ao seu apêlo, em Sessão anterior, no sentido fôsse dado um

voto de confiança ao sr. Governador do Estado por este Legislativo, tóxicos pela nossa mocidade brasileira e em particular pelos menores de idade.

28-4-71 — Ocupa a tribuna, inicialmente, demonstrando sua contrariedade ao pronunciamento de parte da imprensa local, com relação ao possível fraude ocorrido no último pleito em nosso Estado. Continuando, faz um apêlo aos srs. parlamentares para que haja melhor compreensão e entendimento para que o nosso País encontre a melhor situação em sua História Política. Em seguida, tece considerações com referências ao movimento revolucionário implantado no Brasil em 1964, suas dificuldades encontradas e os benefícios trazidos pelo referido movimento. Diz ainda da grande importância da oposição nesta Casa e encerra fazendo uma descrição do progresso trazido ao nosso País pelo movimento revolucionário de 1964.

30-4-71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se com o sr. Ministro da Educação pelas medidas tomadas com relação ao livro didático e sua aplicação do País.

4-5-71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre os festejos alusivos ao 1.º Centenário de Fundação do Município de Imituva.

5-5-71 — Ocupa a tribuna, fazendo justificativas ao seu projeto de lei, que dispõe sobre a credenciação pelo DETRAN de entidades para a realização de exames psicotécnicos.

24-5-71 — Ocupa a tribuna, e faz apêlo aos srs. Deputados, para que se sensibilizem ao problema social de nosso Estado e que contribuam para a Campanha do Agasalho, liderado pela Sra. Helena Leon Peres.

26-5-71 — Ocupa a tribuna, agradecendo inicialmente a presença nesta Casa de um Grupo de Estudantes, na data de hoje. Em seguida, tece considerações aos malefícios causados no comportamento da juventude brasileira pelas ideologias materialistas introduzidas no País. Continuando, realça a importância trazida ao povo brasileiro através do Encontro Nacional de Orações realizado em Brasília e, na oportunidade, dirige convite aos srs. Deputados para participarem neste Encontro a realizar-se, oportunamente, em nosso Estado, bem como participarem da Comunhão Pascoal a realizar-se, no dia 4 do próximo mês neste Legislativo. Finalizando dirige apêlo ao Parlamentares desta Casa, para integrarem com mais intensidade a vida cristã.

2-6-71 — Ocupa a tribuna, inicialmente renovando apêlo aos srs. Deputados e familiares para que participem da Santa Missa, a ser realizada na próxima 2ª. feira nesta Casa. Continuando, encarece aos srs. Deputados, para que enviem sugestões para a elaboração do Novo Regimento Interno. Finalizando, apresenta justificativas a promulgação pelo Vice-Presidente da Casa do Projeto de Lei que altera o Art. 14 do Estatuto do Magistério Público.

3-6-71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas à apresentação do artista Ari Toledo, quando da sua temporada no Teatro Guaira, em nossa Capital.

8-6-71 — Ocupa a tribuna, tecendo alguns reparos referentes à suspensão da vigência na nova Constituição do Estado. Argumentando na oportunidade que não houve direito atingido e que a Constituição foi devidamente revisada por professor de Português e que somente o Senado através do Procurador Geral da Justiça pode suspender a vigência de uma Constituição. Finalizando, diz que os Poderes do Estado são harmonônicos entre si, no mesmo nível de igualdade.

14-6-71 — Ocupa a tribuna, tecendo inicialmente considerações sobre a importância dos municípios no desenvolvimento do País, bem como enaltecendo o trabalho desenvolvido pelos pioneiros em favor do progresso de nosso Estado. Concluindo, discorre sobre o sistema econômico do Mercado de Capitais e suas consequências.

22-6-71 — Congratulando-se inicialmente com o requerimento do sr.

Nelson Buffara, lido no Expediente. O seguir, solicita ao sr. Armando Queiroz, para que dirija convite ao sr. Presidente do INCRA, no sentido de que este venha proferir uma palestra nesta Assembléia. Finalizando, teche considerações sobre o problema do tráfico e uso de entorpecentes e tóxicos nos Colégios brasileiros, protestando também, na oportunidade, contra a pornografia apresentada em teatros e cinemas.

29-6-71 — Ocupa a tribuna, trazendo novas justificativas ao seu projeto de lei que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao sr. Liberalino Estevão. Finalizando, discorre sobre a biografia do poeta a ser homenageado.

DISCURSO DE DEPUTADO ACYR JOSÉ

30-4-71 — Atendendo designação do sr. Presidente, ocupa a tribuna agra-decendo tão honrosa missão que lhe foi dirigida, fazendo a seguir uma ampla exposição dos benefícios deixados pela Revolução ao nosso País. Concluindo, solicita a transcrição nos Anais da Casa do pronunciamento feito pelo sr. coronel Otávio Costa, denominado "Paisagem".

2-4-71 — Ocupa a tribuna para trazer, ao conhecimento desta Casa, as medidas que estão sendo tomadas pelas autoridades federais, em repressão ao uso e o tráfico de entorpecentes.

14-4-71 — Dizendo que a imprensa livre e honesta, deve ser prestigiada, mas que aquelas que disvirtuam a sua finalidade devem ser repudiadas. Concluindo, faz apêlo a toda a imprensa do Paraná para que dê um voto de crédito e confiança ao atual Governo.

23-4-71 — Ocupa a tribuna, associando-se inicialmente com o pronunciamento do sr. Muggiati Filho, quando da tribuna, sobre a passagem do Dia de Tiradentes, martir da Independência da Pátria. Finalizando, discorre sobre os fatos históricos que culminaram com a nossa Independência.

3-5-71 — Ocupa a tribuna dizendo da importância do rádio como meio de divulgação e sustentáculo da democracia. Finalizando, apresenta suas felicitações à Rádio Clube Paranaense e ao sr. deputado radialista Maurício Ernet, pelo seu novo programa naquela emissora.

1-6-71 — Ocupa a tribuna, inicialmente enaltecendo a figura humana do ex-prefeito de Curitiba, sr. Omar Sabbag, pelas suas qualidades cívicas e públicas.

DISCURSOS DO DEPUTADO ALVARO DIAS

1-4-71 — Ocupa a tribuna para criticar a atitude política tomada pelo sr. Prefeito Municipal de Maringá, com relação a sua transferência do MDB para a ARENA.

2-4-71 — Ocupa a tribuna, reclamando da Mesa os motivos pela não inclusão na Ordem do Dia de hoje, do projeto de lei que trata do aumento de vencimentos do funcionalismo público em virtude do mesmo se encontrar em regime de urgência, já aprovado.

13-4-71 — Ocupa a tribuna, contestando as afirmativas do orador que o antecedeu, argumenta a sua definição pela liberdade de imprensa e pensamento, discordando do voto de repúdio, apresentado à Imprensa do Paraná. Concluindo, solicita um voto de louvor para a Imprensa paranaense pela sua imparcialidade.

15-4-71 — Ocupa a tribuna, reclamando do sr. Governador do Estado o atraso do pagamento do funcionalismo público e do prejuízo que este vem causando àquela classe.

22-4-71 — Ocupa a tribuna, tecendo considerações a respeito do comportamento do atual Governador do Estado e dizendo que a posição do MDB é colaborar no sentido de que haja paz e tranquilidade para o progresso no nosso Estado.

12-4-71 — Ocupa a tribuna, para, em explicação pessoal, tecer considerações com relação ao atraso do funcionalismo público. Finalizando, diz que dará um voto de confiança ao sr. Governador do Estado para que, dentro em breve, seja dada solução ao problema do aumento do funcionalismo público, bem como do atraso verificado em seus pagamentos.

27-4-71 — Ocupa a tribuna, criticando o comportamento de alguns Prefeitos do interior em assinar manifestos favoráveis ao atual Governo e criticando a Imprensa.

29-4-71 — Ocupa a tribuna, protestando contra a rejeição de seu requerimento, apresentado na sessão de ontem, contendo pedido de informações ao I.P.E.

3-5-71 — Ocupa a tribuna, manifestando-se contrário a uma campanha lançada no Norte do Estado sob o título "Haroldo eu te amo", por achar ridícula e tendenciosa.

5-5-71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas ao Governo estadual, por não ter cumprido suas promessas iniciais referentes à melhoria de condições do funcionalismo público. Finalizando, lamenta a arbitrariedade da Mesa pela aprovação do Projeto de Resolução 4-71, incorretamente.

13-5-71 — Ocupa a tribuna, tecendo inicialmente considerações sobre a reforma constitucional e a maneira com que foi esta elaborada, sem o devido critério.

19-5-71 — Ocupa a tribuna, e inicialmente diz da necessidade de que esta Casa vote a Proposta de Reforma da Constituição do Estado, com a maior liberdade de consciência para que esta reforma possa realmente vir em proveito do povo paranaense. Continuando, tece críticas ao sr. Governador do Estado pela maneira com que distribuiu os comandos políticos no interior do Estado. Finalizando, dirige um apelo à bancada do Governo para que sejam levadas em consideração as Emendas apresentadas pela sua bancada, a Proposta de Reforma da Constituição, sem levar em conta, no entanto, os interesses pessoais do sr. Governador do Estado.

25-05-71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna manifestando a sua contrariedade pela maneira com se realizou esta Sessão, pois que a matéria que está sendo apreciada, em si não justificaria esta Sessão noturna e, nestas condições, protestando também pela intenção do Governo em alterar a Constituição Estadual sem consultar os interesses do povo paranaense.

26-05-71 — Ocupa a tribuna, reportando-se ao pronunciamento feito pelo sr. Governador do Estado, quando assumiu o cargo e a posição, e os propósitos de sua bancada de criticar construindo.

07-06-71 — Ocupa a tribuna, dizendo da sua surpresa e manifestando a sua contrariedade pela promulgação da Lei que regulamenta o Artigo 14 do Estatuto do Magistério Público Estadual.

08-06-71 — Ocupa a tribuna, transmitindo apelo, em nome da sua bancada, ao sr. Presidente desta Casa, no sentido de que se revogue o projeto de Lei que foi promulgado por este Poder, de autoria do Deputado Paulo Poli, que altera o Art. 14 do Estatuto do Magistério. Finalizando, dirige apelo ao sr. Líder da Arena para que seja também revogada a emenda de sua autoria, ao § 1.º, do Art. 47 do Estatuto do Magistério Público.

14-06-71 — Ocupa a tribuna e, em explicação pessoal, diz da sua estranheza, pelo comportamento da bancada da maioria nesta Casa, ao aprovar votos de congratulações e rejeitar requerimentos do sr. Nivaldo Krüger na Sessão de hoje.

15-06-71 — Ocupa a tribuna, mostrando-se contrário ao veto aposto pelo sr. Governador do Estado ao projeto de Lei do ex-deputado estadual Olivir Cabardo, o qual visa criar os Jogos Olímpicos Brasileiros a serem efetuados quadrianualmente em nosso Estado.

17-06-71 — Ocupa a tribuna, tecendo considerações sobre a atual política cafeeira e suas consequências na vida econômica da Nação.

24-06-71 — Ocupa a tribuna, criticando a falta de um atendimento eficaz aos funcionários públicos, por parte do IPE, citando na oportunidade caso concreto ocorrido com um funcionário deste Poder Legislativo.

29-06-71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre a participação da juventude estudantil paranaense na vida pública e as dificuldades encontrada no sentido de forjar novas lideranças neste campo.

DISCURSOS DO DEPUTADO ARMANDO QUEIROZ

15-04-71 — Ocupa a tribuna, apresentando e justificando requerimento solicitando envio de pedidos de informação ao Governador do Estado sobre importâncias dispendidas pelo Governo do Estado, no ano de 1970, com propaganda, promoção e divulgação, conforme específica.

22-04-71 — Ocupa a tribuna apresentando e justificando requerimento solicitando um voto de regozijo ao sr. Lineu Klippel, pelo recebimento da comenda da Ordem do Rio Branco.

12-04-71 — Ocupa a tribuna para em explicação pessoal, dizer de sua posição perante o Governo atual e o anterior. E, quanto à CPI, que irá se instalar, afirma que caso seja o seu nome indicado para compor a referida Comissão tudo fará para que seja apurada toda a verdade.

27-04-71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se com o sr. Governador do Estado pelo envio a esta Casa da Mensagem de aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual e pela atitude tomada quanto à distribuição do ICM, aos Municípios, com base no ano anterior.

12-05-71 — Ocupa a tribuna para, em explicação pessoal, fazer explicações à Casa de fatos ocorridos por ocasião da visita que fez, juntamente com outros srs. Deputados ao sr. Diretor do DER, quando foram tratados, exclusivamente, assuntos ligados ao problema de transportes intermunicipais.

26-05-71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas a atitude de alguns jornalistas de nossa Capital que publicaram inverdades a seu respeito em um dos periódicos locais.

02-06-71 — Ocupa a tribuna, justificando o seu pedido de discussão em Sessão anterior do requerimento do sr. Antônio Belinati, dizendo que aquele assunto já vem sendo tratado pelo sr. Lázaro Dumont e providenciado pela Fundepar.

03-06-71 — Ocupa a tribuna, reportando-se inicialmente às manchetes publicadas na imprensa local, procurando desmoralizar este Poder, sobre a aprovação da Reforma Constitucional. Continuando, faz apelo à Imprensa bem intencionada, para que dê a posição da Arena neste momentoso assunto. Finalizando, faz uma ampla análise das irregularidades apontadas pelos impetrantes do Mandado de Segurança à vigência da Nova Constituição do Estado.

08-06-71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna, voltando a relatar e analisar os demais itens apontados pelo MDB, considerando irregular a apreciação por esta Casa da Emenda Constitucional, tomando por base, o artigo publicado no jornal "O Estado do Paraná", onde consta a petição inicial do mandado de Segurança que ensejou a liminar de suspensão da vigência da Nova Constituição do Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO ARTHUR DE SOUZA

30-04-71 — Ocupa a tribuna, reportando-se ao pronunciamento em data de ontem do sr. deputado Hélio Manfrinato, com respeito ao amparo de mendigos em nosso Estado. Diz, na oportunidade, que o atual Secretário do Trabalho já adotou sérias providências neste sentido. Comunicando ainda à Casa os números telefônicos daquela Secretaria, no sentido de que esta Assembléia possa também colaborar com aquela Pasta.

02-06-71 — Ocupa a tribuna, sugerindo medidas a serem tomadas ou adotadas, para a realização de um melhor policiamento aos postos de gasolina e aos serviços de taxi, que vêm sendo vítimas de constantes assaltos por marginais, em nossa Capital.

DISCURSOS DO DEPUTADO BASÍLIO ZANUSO

04-05-71 — Ocupa a tribuna, dizendo da sua intenção e de seus propósitos e em bem servir esta Casa e ao povo de sua região. Finalizando, dá a sua posição de solidariedade ao Governo atual.

DISCURSOS DO DEPUTADO CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA

26-04-71 — Ocupa a tribuna, dizendo das razões de sua recusa em assinar o manifesto emprestando solidariedade ao Governo atual, por não ter concordado com os termos do referido manifesto.

28-04-71 — Ocupa a tribuna, solidarizando-se, em parte, com o pronunciamento do sr. Paulo Poli, na sessão de hoje, na defesa dos parlamentares que foram envolvidos nos noticiários da imprensa local, referente a irregularidades registradas no último pleito. Finalizando, diz acreditar na isenção de qualquer culpa daqueles parlamentares, mas que a imprensa ao divulgar o acontecimento está apenas cumprindo sua finalidade.

30-04-71 — Ocupa a tribuna, denunciando as exonerações de funcionários da Fundepar. Apela em seguida para o Governador do Estado e à Liderança da Arena para que seja reconsiderado tal procedimento.

03-05-71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna, fazendo rápidos comentários ao pronunciamento feito pelo sr. deputado Leopoldo Jacomel, na Sessão de hoje, com referência à demissão de funcionários da Fundepar.

12-05-71 — Ocupa a tribuna tecendo, inicialmente, considerações referentes à Mensagem Governamental de Emenda à Constituição do Estado que deverá chegar a esta Casa sem que os senhores deputados saibam quais os assessores que elaboraram o referido trabalho.

14-05-71 — Ocupa a tribuna, tecendo considerações à Emenda Constitucional do Estado, apresentando o seu ponto de vista contrário ao fortalecimento que pretende aquela Mensagem dar ao Executivo, em detrimento dos demais poderes do Estado.

18-05-71 — Ocupa a tribuna, dizendo da sua posição com relação à Emenda Constitucional, bem como analisando o parecer emitido pelo Gabinete de Assistência Técnica, deste Legislativo, com relação a matéria, no tocante às atribuições deste Poder. Finalizando, faz um apelo aos srs. Deputados para que votem a matéria com toda a isenção de ânimo possível para que o novo texto Constitucional possa honrar o Governo da Revolução, bem como o povo paranaense.

26-05-71 — Ocupa a tribuna, dirigindo apelo aos srs. Deputados para que levem em consideração a Emenda apresentada à Reforma da Constituição, no tocante à situação dos professores suplementaristas.

31-05-71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas ao Governo do Estado pela exoneração do sr. Antonio Petrobeli, de suas funções da Fundepar.

02-06-71 — Ocupa a tribuna, saudando inicialmente as alunas e professores do Instituto de Educação "Caetano Munhoz da Rocha", de Paranguá, que se encontram em visita a este Legislativo. Concluindo tece considerações contrárias à promulgação pelo sr. Vice-Presidente desta Assembléia do Projeto de Lei que altera o Estatuto do Magistério Público em seu Artigo 14.

21-06-71 — Ocupa a tribuna, dirigindo inicialmente novos protestos pela promulgação da Lei que alterou o Art. 14 do Estatuto do Magistério Público. Continuando, mostra-se contrário pelo ato de exoneração, praticado pela Secretária de Educação, da Diretora do Estabelecimento de Ensino do Distrito de Pinhais, município de Piraquara, que, no seu entender, tinha ela direito adquirido por três anos, de conformidade com a lista triplice apre-

entada por aquele estabelecimento. Finalizando, dirige apêlo ao sr. Governador do Estado, através de seu Líder nesta Casa, no sentido de que não se cometam mais atos desta natureza, contrários à educação do nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO BORSARI NETO

01_04-71 — Faz uso da tribuna dizendo dos seus propósitos em colaborar com o atual Governo.

DISCURSOS DO DEPUTADO CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA

28-06-71 — Ocupa a tribuna, reportando-se ao pronunciamento do sr. Presidente da República, quando da reunião Ministerial, e congratulando-se na oportunidade pelo envio de mensagem ao Senado, com relação e regulamentação dos preços de medicamentos e repressão ao uso e tráfico de tóxicos.

DISCURSOS DO DEPUTADO DOMICIO SCARAMELLA

22_04-71 — Ocupa a tribuna, fazendo inicialmente referências ao dia 19 do corrente, data em que assinalou o nascimento de Getúlio Vargas. Finalizando, apresenta e justifica requerimento solicitando envio de ofício ao sr. Secretário de Viação e Obras Públicas para a continuação das obras já iniciadas de diversos estabelecimentos de ensino de União da Vitória.

26-05-11 — Ocupa a tribuna, congratulando-se inicialmente com o pronunciamento do sr. Cândido Martins de Oliveira, concedido ao jornal "O Estado do Paraná", favorável à urgência que se faz necessário de reparar o leito da estrada de Palmas que se encontra em péssimas condições de tráfego. Finalizando, dirige apêlo ao sr. Líder da Arena, nesta Casa, para que interceda junto ao sr. Secretário da Fazenda no sentido de dilatar o prazo para o recolhimento do ICM.

14_06-71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se pela inauguração do Serviço de Abastecimento de Água, com os municípios de União da Vitória e Porto União.

23-06-71 — Ocupa a tribuna, lendo carta aberta dirigida por um município da cidade de Palmas, reclamando soluções atinentes à energia elétrica e conservação de estradas.

DISCURSOS DO DEPUTADO ERONDY SILVERIO

01-04_71 — Ocupa a tribuna, inicialmente tecendo críticas pela maneira que vêm sendo executados os trabalhos de saneamento do centro da cidade de Curitiba, finalizando faz considerações ao pronunciamento feito ontem pelo sr. Governador do Estado, nesta Casa.

02-04-71 — Ocupa a tribuna, tecendo elogios ao pronunciamento feito em Sessão de ontem, pelo sr. deputado Nivaldo Krauger. Concluindo, fixa novamente sua posição com relação ao atual Governo.

12-04-71 — Ocupa a tribuna, inicialmente lendo artigo publicado no jornal a "Gazeta do Povo", que diz respeito ao sr. Presidente da República e a política existente nos demais Estados da Federação. Afirma na oportunidade que deixa de apresentar requerimento solicitando o registro desta nota nos Anais, por saber antecipadamente da não aprovação pelo Plenário. A seguir, lê carta que lhe foi dirigida pelo ex-governador Paulo Pimentel, solicitando a sua intercedência no sentido de que seja criada uma CPI, a fim de apurar possíveis irregularidades que se dizem ter ocorrido em sua gestão. Finalizando, apresenta requerimento neste sentido, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, subscrito ainda por mais srs. Deputados.

14-04-71 — Ocupa a tribuna, contrariando o pronunciamento do orador anterior, diz que a imprensa é livre e deve continuar, para bem divulgar os verdadeiros acontecimentos.

15-04-71 — Ocupa a tribuna, expondo, inicialmente, sua posição pessoal, com referência a um requerimento apresentado na sessão de ontem sobre a constituição de uma CPI, para apurar irregularidades, existentes nas concessões dos transportes coletivos municipais e intermunicipais. Concluiu requer à Mesa seja encaminhada a cópia literal de seu pronunciamento a diversas autoridades que especifica.

23-04-71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre as últimas modificações do trânsito, introduzidas pelo Detran, nesta cidade, lembrando na oportunidade a Diretoria daquele Departamento que estas medidas deveriam ser tomadas através de estudos mais apurados, levando também em conta o interesse do comércio e não só as necessidades do trânsito.

26-04-71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se inicialmente com o pronunciamento do sr. Cândido Martins de Oliveira na data de hoje. Continuando, diz que o seu silêncio nesta Casa com relação a política do Paraná, na atualidade, está sendo mal interpretado, pois sendo necessário vir a tribuna criticar ou aplaudir os atos do atual Governo, se assim o merecer.

12-05-71 — Em explicação pessoal, faz uso da tribuna, expondo o seu ponto de vista pessoal, com relação a CPI que pretende investigar irregularidades no serviço de taxi e transporte coletivo. Continuando, faz apelo ao sr. Líder da Arena, para que seja efetuada a instalação dos inemoros e a instalação da referida Comissão. Finalizando, congratula-se com o sr. Governador do Estado pela criação da Comissão que ira estudar a formação do Centro de Abastecimento de Curitiba.

18-05-71 — Ocupa a tribuna, dirigindo apelo ao sr. Líder do Governo para que gestione junto ao mesmo, no sentido de que sejam pagas as verbas devidas ao Lar da Academia de Curitiba, que esta na iminência de ser despejada por falta de pagamento dos alugueis.

DISCURSOS DO DEPUTADO RUAD NAELI

25-06-71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre as providências que vem tomando juntamente com o sr. deputado federal Aupio A. de Carvalho, com respeito ao pagamento dos fundos de participação e rodoviário, devidos aos Municípios.

DISCURSOS DO DEPUTADO ERONDY SILVERIO

26-05-71 — Ocupa a tribuna, fazendo apelo ao sr. Prefeito de Curitiba, no sentido de regulamentar o Serviço de Taxi desta Capital.

31-05-71 — Ocupa a tribuna, dirigindo apelo ao sr. Governador do Estado, através do seu Líder nesta Casa, no sentido de que as demissões de funcionários do Estado, obedecam uma forma mais criteriosa, através de inqueritos administrativos sem levar em consideração o problema politico.

01-06-71 — Ocupa a tribuna, fazendo apelo ao sr. Líder do Governo, para que entre em entendimentos com o sr. Diretor do Detran a fim de que não seja executado o plano da criação do anel de contorno de traiejo de Curitiba, que virá em prejuizo da população usuaria de coletivos.

07-06-71 — Ocupa a tribuna, fazendo apelo ao sr. Presidente da Telepar, no sentido de que seja dado melhores condições técnicas a algumas linhas telefônicas de nossa Capital que a mais de vinte dias se encontram em total deficiência.

17-06-71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre as deficiências que vem se verificando na administração do Instituto de Identificação do Estado. Continuando, dirige apelo ao sr. Líder da Arena, nesta Casa, no sentido de que interceda junto aquele órgão, para que sejam sanadas estas irregularidades.

18-06-71 — Ocupa a tribuna, demonstrando a sua contrariedade pela prisão do motorista de taxi, Pedro Marques Filho, efetuada pelo delegado La-dislau Bukoski.

24-06-71 — Ocupa a tribuna, fazendo inicialmente referências aos pro-

nunciamentos dos srs. Hélio Manfrinato, referente ao Instituto de Identificação, e, Leopoldo Jacomel, sobre a recuperação financeira do Governo do Estado, os quais foram efetuados na sessão de ontem. Finalizando, dirige apelo ao sr. Presidente da Telepar, para que sejam sanadas algumas deficiências que vêm ocorrendo naquele órgão.

25-06-71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas a maneira pela qual as Diretorias da Copel e Telepar vêm conduzindo o sistema de concorrência pública de veículos para aqueles órgãos.

DISCURSO DO DEPUTADO GILBERTO CARVALHO

01-04-71 — Ocupa a tribuna, fazendo sua apresentação como parlamentar nesta Casa, congratulando-se em seguida com o Sr. Presidente da República pelas medidas que tomou em benefício do trabalhador rural.

12-04-71 — Ocupa a tribuna, tecendo considerações a respeito do atraso do funcionalismo público do Estado. Finalizando, diz que confia plenamente no atual Governo para a regularização, dentro do mais breve espaço de tempo, deste problema.

29-04-71 — Ocupa a tribuna, fazendo inicialmente referência ao jornal "O Estado do Paraná", que divulgou a sua participação no manifesto de apoio ao sr. Governador do Estado. Concluindo, argumenta a sua posição pessoal com relação a CPI, para apurar possíveis irregularidades ocorridas no Governo anterior.

04-05-71 — Ocupa a tribuna, trazendo inicialmente ao conhecimento da Casa, do contacto que teve o Sr. Governador do Estado quando em visita ao Vale do Ivaí e da intenção deste em solucionar os problemas daquela região.

24-05-71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre os vários assuntos que foram tratados na reunião da Associação dos Municípios do Paraná e em especial com referência à problemática do ICM e o financiamento de equipamentos agrícolas aos Municípios.

26-05-71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se com as novas medidas que pretende adotar o Governo do Estado com relação à distribuição das quotas do ICM aos Municípios do Paraná.

DISCURSOS DO DEPUTADO HÉLIO MANFRINATO

02-04-71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se e hipotecando sua integral solidariedade, aos pronunciamentos feitos pelo sr. Lázaro Dumont, em defesa da Assistência aos Trabalhadores Rurais.

29-04-71 — Ocupa a tribuna, inicialmente prestando contas das atividades da Comissão de Parlamentares que representou esta Casa no 4.º Congresso do Café, realizado em Vitória do Espírito Santo. Continuando, comenta as diversas riquezas naturais de nosso Estado que ainda não estão sendo exploradas, as quais se constituem num verdadeiro alicerce dentro do cenário sócio econômico brasileiro. Concluindo, dirige apelo aos srs. Deputados que se unam em torno de um só objetivo em favor do engrandecimento desta Casa e do povo paranaense, conclamando também a imprensa local para que colabore nestes sentidos.

17-05-71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre a necessidade de ampliação dos benefícios do INPS a uma grande parte da população brasileira que não gozam da assistência daquele instituto. Concluindo, diz que deixará de apresentar emendas à Reforma da Constituição do Estado, por entender que tal iniciativa seja de atribuição dos srs. Juristas de sua bancada.

26-05-71 — Ocupa a tribuna, manifestando inicialmente o seu ponto de vista contrário ao não atendimento por parte dos srs. Ministros da Fazenda e Presidente do IBC ao problema da ferrugem do Café, bem como a antecipação de seu preço, conforme os entendimentos verificados no 4.º Congresso do Café, realizado em Vitória. Em seguida, dirige apelo à "Ca.

fê do Paraná", no sentido de que seja dado maior amparo à lavoura paranaense. Continuando, congratula-se com a visita do grupo de estudantes à esta Casa, na data de hoje. Finalizando, tece considerações contrárias ao modo pelo qual o povo paranaense vem investindo recursos financeiros nas indústrias de outros Estados, sem observar um critério de prioridade às indústrias de equipamentos agrícolas.

23-06-71 — Ocupa a tribuna, trazendo ao conhecimento da Casa, da Real situação em que se encontra o Instituto de Identificação do Estado, que vem operando com deficiência de material humano e técnico. Finalizando, dirige apêlo ao sr. Líder do Governo desta Casa, para que leve ao conhecimento das autoridades competentes sobre os fatos relatados.

DISCURSOS DO DEPUTADO IVO TOMAZONI

15-04-71 — Ocupa a tribuna, lendo ofício encaminhado à Editora do jornal "O Estado do Paraná", mostrando sua estranheza pelas notícias divulgadas naquele jornal de que não tivesse sido bem recebido pelo sr. Secretário da Fazenda.

23-04-71 — Ocupa a tribuna, falando inicialmente sobre a reunião realizada em Medianeira, da Associação dos Municípios Paranaenses, onde foi debatido problemas dos lugios de terras venicadas naquela região, bem como da necessidade do GETSOP amparar a assistência até a região oeste. Na do nosso Estado. Continuada, faz uma ampla exposição da situação em que se encontram as principais estradas da sua região, dirigindo apêlo ao sr. Secretário dos Transportes para que as mesmas tenham as suas obras definitivamente concluídas. Finalizando, afirma que o atual Governo merece o seu voto de confiança para a solução dos problemas acima.

04-05-71 — Ocupa a tribuna, apresentando os motivos pelos quais a Mensagem Governamental que altera a Constituição Estadual, não se encontra ainda publicada, embora a Comissão Executiva tenha tomado todas as providências legais para isso.

01-06-71 — Ocupa a tribuna, que sob delegação especial a liderança da Arena, trouxe ao conhecimento da Casa justificativas do procedimento do Governo do Estado com relação às mudanças funcionais e administrativas ocorridas dentro da Fundepar, bem como em outros setores da administração pública estadual.

09-06-71 — Ocupa a tribuna, justificando e tecendo considerações sobre o ato do sr. Vice-Presidente deste Poder, pela promulgação da Lei, que altera o Art. 14 do Magistério Público, bem como sobre o projeto do sr. João Mansur que regula as transferências de professores do Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO IGO IWANT LOSSO

30-04-71 — Ocupa a tribuna, tecendo considerações sobre as consequências benéficas que advirão, pela visita do Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros no Brasil. Finalizando, faz um retrospecto do progresso, em todos os sentidos, que vem experimentando a Alemanha Ocidental no cenário mundial, bem como da importância da visita em nosso País do Ministro daquela importante Nação e da participação daquele povo na formação étnica brasileira.

14-06-71 — Ocupa a tribuna, fazendo inicialmente um retrospecto de sua vida parlamentar, de seus propósitos e de seu comportamento com relação ao atual Governo. Finalizando, dá sua posição com referência à Lei que altera o Art. 14 do Estatuto do Magistério Público.

18-06-71 — Ocupa a tribuna, dirigindo saudações aos alunos e professores do Colégio "Erasto Gaertner", desta Capital, que hoje visitam esta Casa.

DISCURSO DO DEPUTADO JOAO MANSUR

22-04-71 — Ocupa a tribuna, dizendo inicialmente dos motivos pelos quais a sua bancada deixou de comparecer em Sessões anteriores, e que

esta aguardará o pronunciamento do sr. Presidente da República, para que o Paraná possa continuar num regime de paz e tranquilidade.

04-05-71 — Ocupa a tribuna, e inicialmente apresenta a atitude tomada pelo sr. Governador do Estado, com relação à imposição de algumas firmas especializadas em decalques estariam fazendo Prefeituras do Interior, em nome do sr. Governador, objetivando a formação de uma campanha pessoal do sr. Haroldo Leon Peres. Concluindo, diz da vista que rez ao sr. Vice-Governador do Estado e dos bons propósitos que animam este homem público em bem servir o seu Estado.

31-05-71 — Ocupa a tribuna, fazendo referências à Carta Aberta, dirigida ao sr. Governador do Estado, publicada no jornal a "Tribuna do Paraná", bem como ocorrências verificadas na Fundação Hospitalar. Na oportunidade, afirma que trará ao conhecimento da Casa, informações sobre o que realmente está ocorrendo nestes dois setores da administração pública, em outra oportunidade.

09-06-71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se inicialmente com o sr. Governador, pelas obras administrativas que vêm realizando em nosso Estado no setor rodoviário, nas regiões Noroeste, Oeste e Centro Sul. Finalizando, apela para que os srs. Deputados colaborem no sentido de dotar aquelas regiões com tão importantes realizações.

DISCURSOS DO DEPUTADO LAZARO DUMONT

02-04-71 — Ocupa a tribuna apresentando, inicialmente, votos de congratulação aos srs. Ministro da Agricultura e Presidente do IBRA, pela distribuição de títulos e propriedades rurais no Município de Cascavel. Continuando, tece comentários sobre os benefícios que trará aos trabalhadores rurais, a nova Lei de Previdência Social Rural. Finalizando, faz ampla exposição de motivos sobre a atual situação do Sindicalismo Rural em nosso Estado.

12-04-71 — Ocupa a tribuna, comunicando à Casa de sua participação junto com outros srs. Deputados, nas solenidades de abertura da Exposição Agro Pecuária de Londrina. Concluindo, diz da necessidade que se faz que esta Casa se represente no Congresso Brasileiro do Café a realizar-se em Vitória.

26-04-71 — Ocupa a tribuna, tecendo considerações com respeito ao 4.º Congresso Nacional do Café realizado em Vitória, e que na oportunidade trará relatório mais pormenorizado sobre aquele importante conclave.

30-04-71 — Ocupa a tribuna, tecendo comentários referentes ao Dia 1.º de Maio do corrente, em que é dedicado ao trabalhador. Finalizando, realça as modificações introduzidas na Justiça Social em benefício dos trabalhadores.

05-05-71 — Ocupa a tribuna, manifestando, inicialmente, seu contentamento pelas Mensagens proferidas pelos srs. Presidente da República e Ministro do Trabalho, no dia 1.º de Maio, consagrado ao trabalhador, bem como das comemorações efetivadas naquela data, em nosso Estado. Continuando, diz ainda que pretende, se já não for Lei de Trânsito, apresentar um Projeto sugerindo a mudança de lado dos escapamento dos veículos movidos a óleo cru. Finalizando, congratula-se pela passagem de mais um aniversário do Município de Paranavai.

24-05-71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se, inicialmente, com o Convênio firmado entre a COPEL e o INCRA. Finalizando, parabeniza-se com a Campanha do Agasalho, encetada no Paraná.

03-06-71 — Ocupa a tribuna, inicialmente tecendo comentários sobre a sua recente viagem ao Rio de Janeiro, onde tratou de problemas ligados ao trabalhador rural. Continuando, diz que embora já houvesse tratado do problema relacionado com a reforma dos Grupos Escolares de Londrina, junto à Fundepar, e ao sr. Governador do Estado, não vê inconveniência na aprovação do requerimento do sr. Antonio Belinati, no mesmo sentido, o

qual teve sua discussão encerrada na sessão de ontem. Em seguida, justifica as acusações feitas com referência à Fundação Hospitalar, através de um dos periódicos do Paraná", em sua edição de hoje. Finalizando, faz saudação aos alunos e professores do Ginásio Estadual de Vila Guafra, que se encontram na Galeria do Plenário desta Assembléia.

DISCURSOS DO DEPUTADO LEOPOLDO JACOMEL

03-05-71 — Ocupa a tribuna, abordando pronunciamentos feitos pelo sr. Cândido Martins de Oliveira, em sessão passada, apresenta suas divergências com referência àquele pronunciamento sobre demissões de funcionários da Fundepar.

23-06-71 — Ocupa a tribuna, lendo os motivos que levaram à demissão do cargo de Diretora do Grupo Escolar de Pinhais, Município de Piraquara, pela Secretaria de Educação, em resposta às afirmativas feitas pelo sr. Cândido Martins de Oliveira, sobre este assunto, em sessão anterior.

DISCURSOS DO DEPUTADO MUGGIATI FILHO

16.04.71 — Ocupa a tribuna, inicialmente dizendo da sua estranheza que requerimentos, solicitando instalações de Comissões Parlamentares de Inquéritos, não sejam mais amplamente divulgados, ao Plenário, para melhor conhecimento da matéria. Em seguida tece considerações ao problema social brasileiro e ao sindicalismo rural. Finalizando apresenta o seu ponto de vista com relação à nova Lei de Previdência Social Brasileira.

13.04.71 — Ocupa a tribuna para, em explicação pessoal, manifestar, inicialmente, sua contrariedade aos pronunciamentos do sr. deputado Paulo Poli, quando da tribuna.

14.04.71 — Ocupa para, em explicação pessoal, registrar sua posição com relação à liberdade de imprensa no Estado e desmentindo na oportunidade noticiário distribuído pelo jornal "O Estado do Paraná", de que o líder do MDB houvesse sido convidado pelo sr. Governador do Estado para reunião no Palácio Iguaçu.

23.04.71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre a passagem da data em homenagem a Tiradentes. Concluindo, fala sobre a competência e atribuição dos Poderes.

29.04.71 — Ocupa a tribuna, referindo-se ao compromisso do sr. Presidente da Comissão destinada à Estrada de Ferro Central do Paraná, em reunir os membros da referida Comissão, pois o seu retardamento virá trazer sérias consequências ao nosso Estado.

04.05.71 — Ocupa a tribuna, voltando novamente a afirmar sua tese pela apreciação da sua Emenda ao Projeto de Resolução 04-71 que preterde dilatar os prazos nêles contidos.

06.05.71 — Ocupa a tribuna, fazendo apêlo às lideranças Políticas desta Casa no sentido de que sejam tomadas as providências imediatas para que não continuem o uso do arbítrio pelos acontecimentos ocorridos em sessões anteriores, pelo não cumprimento do Regimento Interno. Em seguida, argumenta a autonomia que este Poder deve preservar, não dando acolhida aos termos da Emenda Constitucional. Concluindo, tece considerações com referência às reformas pretendidas pela Emenda Constitucional, no tocante aos Tributos Municipais, bem como à criação e desmembramento de novos Municípios.

07.05.71 — Ocupa a tribuna, dirigindo apêlo ao sr. líder da ARENA nesta Casa para que seja portador ao sr. Governador do Estado, do estudo preliminar realizado pela bancada do MDB, da reforma constitucional, sobre o prazo de apresentação de Emendas e que o referido Anteprojeto só dê entrada nesta Casa daqui a trinta dias, para que possibilite estudos mais apurados daquela matéria.

19.05.71 — Ocupa a tribuna, apresentando inicialmente seu ponto de vis-

ta com relação à Proposta de Reforma da Constituição, argumentando que esta deveria ser rejeitada no seu todo, a fim de que fossem ouvidos os demais órgãos do Estado, para posteriormente ser apresentada nova redação da matéria.

25.05.71 — Ocupa a tribuna, discordando inicialmente com a reunião da Comissão Especial de Reforma da Constituição para hoje, argumentando não ter decorrido o prazo regulamentar de três dias. Continuando, manifesta sua contrariedade com relação ao sistema discricionário que deram aos pedidos de vistas daquela matéria.

28.05.71 — Ocupa a tribuna, enaltecendo inicialmente o comportamento dos srs. Deputados integrantes da Comissão Especial de Reforma da Constituição, pelos incansáveis trabalhos realizados nas reuniões daquela Comissão. Em seguida, tece considerações sobre os incidentes ocorridos na Sessão Extraordinária da manhã de hoje, quando se apreciava a Reforma da Constituição, manifestando-se na oportunidade, sua contrariedade pessoal às decisões da Mesa nas questões de Ordem levantadas naquela sessão. Finalizando formula seu protesto às palavras proferidas pelo sr. Paulo Poli naquela Sessão Extraordinária matutina e que após tomar inteiro conhecimento do conteúdo daquele discurso, trará a esta Casa uma resposta.

08.06.71 — Ocupa a tribuna, contestando em aparte a questão de Ordem do sr. Armando Queiroz, tópicos que fundamentou o mandado de segurança impetrado por oito srs. Deputados do MDB, à vigência da Nova Constituição do Estado.

08.06.71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna, dizendo que a matéria em questão está "sub-judice", e que não cabe a este Legislativo apreciar o mérito do presente assunto, mas tão simplesmente aguardar a decisão do Tribunal de Justiça.

15.06.71 — Ocupa a tribuna reportando-se, primeiramente, ao pronunciamento do sr. Líder da Arena, na sessão de ontem, com referência ao sr. Nivaldo Krüger bem como à rejeição dos requerimentos daquele parlamentar. Continuando, justifica o trabalho que vem desenvolvendo o sr. Líder do MDB, em Brasília, em prol da democracia do País. Em seguida discorda sobre o que entende ser as verdadeiras atribuições dos Três Poderes do Estado. Finalizando, argumenta que este Legislativo vem criando Leis que não têm sido as verdadeiras aspirações do povo do Paraná, citando como exemplo a Lei que alterou o Artigo 14 do Estatuto do Magistério Público.

2.06.71 — Ocupa a tribuna discorrendo, inicialmente, sobre as atividades da CPI referente à Estrada de Ferro Central do Paraná, em que toma parte como membro, dirigindo apelo na oportunidade para que esta se reúna a fim de que possam encerrar suas atividades. A seguir, dirige protesto ao pronunciamento do sr. Wilson Brandão, na sessão de hoje.

29.06.71 — Ocupa a tribuna, contestando às afirmações pronunciadas em sessão anterior pelo deputado Wilson Brandão com relação ao Mandado de Segurança impetrado pelo MDB, e à pessoa do sr. Desembargador relator daquela matéria.

DISCURSOS DO DEPUTADO MAURICIO FRUET

02.04.71 — Ocupa a tribuna, apresentando justificativas ao requerimento do sr. Nivaldo Krüger e outros, solicitando voto de aplausos ao cineasta paranaense Silvio Back.

15.04.71 — Ocupa a tribuna, apresentando e justificando requerimento solicitando envio de ofícios aos srs. Governador do Estado e Presidente da Paranaatur, sugerindo a realização de Simpósio de Turismo Paranaense.

03.05.71 — Ocupa a tribuna, agradecendo inicialmente as alusões feitas sobre sua pessoa pelo sr. deputado Acyr José quando da tribuna.

03.05.71 — Ocupa a tribuna para, em explicação pessoal, apresentando inicialmente um voto de regozijo pela passagem na data de hoje do Dia do

Taquigrafo e da sua satisfação pelo excelente trabalho apresentado pelas Taquígrafas da Casa. Finalizando, diz da sua posição favorável à emenda apresentada pelo sr. Muggiati Filho ao Projeto de Resolução 04-71.

04.05.71 — Ocupa a tribuna, justificando Projeto de Lei que cria a Comenda Zacarias Góes de Vasconcellos, destinada a homenagear, os vultos ilustres do Paraná.

05.05.71 — Ocupa a tribuna, enaltecendo o Sindicato dos Jornalistas pela maneira criteriosa com que vem expedindo as novas carteiras de jornalistas profissionais.

25.05.71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna, e expõe seus pontos de vista com respeito à votação da matéria e à realização desta sessão, bem como solicitando à Mesa lhe seja fornecido uma cópia dos Anais da Casa.

31.05.71 — Ocupa a tribuna, fazendo inicialmente referências aos episódios ocorridos por ocasião da aprovação da Emenda Constitucional justificando na oportunidade a posição assumida pela sua bancada. Continuando, demonstra a sua estranheza pela não elaboração, até o presente momento de um plano de ação pelo Governo do Estado. Finalizando, comenta fatos que vêm ocorrendo na Fundação Hospitalar do Paraná, com base no artigo publicado no jornal "O Estado do Paraná".

08.06.71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna, fazendo inicialmente referências elogiosas pela atitude assumida pelo sr. Governador do Estado, por ter anunciado o asfaltamento da estrada Mauá-Londrina para dentro em breve. Finalizando, diz da sua insatisfação pela rejeição, na sessão de hoje, de um seu requerimento que pretendia apenas encaminhar subsídios ao sr. Diretor do Detran, para a sinalização de algumas vias públicas de nossa Capital.

14.06.71 — Ocupa a tribuna, fazendo comentários sobre a reforma do Regimento Interno da Casa solicitando, na oportunidade, sugestões dos srs. Deputados no sentido de que contribuam para o melhor aperfeiçoamento e atualização do mesmo. Finalizando, discorre sobre o desamparo social verificado em nosso Estado.

24.06.71 — Ocupa a tribuna, discorrendo sobre o pronunciamento efetuado pelo sr. deputado federal Alencar Furtado, referente aos financiamentos do BNH.

DISCURSOS DO DEPUTADO MARCIANO BARANIUK

03.05.71 — Ocupa a tribuna dizendo inicialmente, da sua satisfação em atender e representar o povo de sua região. Concluindo, traz ao conhecimento da Casa, das obras reclamadas por Umuarama no setor de ensino e outras.

DISCURSOS DO DEPUTADO NIVALDO KRUGER

12.04.71 — Ocupa a tribuna, apresentando e justificando requerimento solicitando envio de pedido de informações ao sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, indagando quais os Municípios deste Estado que deixaram de prestar suas contas referentes ao exercício de 1970.

15.04.71 — Ocupa a tribuna, alertando as autoridades competentes, pela ameaça da perda total da safra do milho, caso não seja tomada uma medida urgente no combate das pragas que estão dizimando aquelas lavouras.

16.04.71 — Ocupa a tribuna, demonstrando a sua estranheza por não ter, até o momento, o sr. Governador do Estado traçado todas as suas diretrizes governamentais.

16.04.71 — Ocupa a tribuna para, em explicação pessoal, denunciar graves irregularidades ocorridas na noite de ontem, quando policiais da Secretaria de Segurança Pública do Estado invadiram a TV Iguaçu Canal 4, exigindo todo o material de divulgação transmitido por aquela emissora.

26.04.71 — Ocupa a tribuna, fazendo uma ampla exposição do que foi o Seminário Nacional do MDB, realizando no Rio Grande do Sul, e da sua participação no mesmo, bem como os debates realizados e as deliberações que lá foram tomadas. Continuando, critica a paralisação da distribuição das cotas do ICM aos Municípios. Finalizando, diz das grandes dificuldades encontradas para a sobrevivência do seu partido político.

29.04.71 — Ocupa a tribuna, tecendo comentários sobre a situação administrativa do Estado e as dificuldades encontradas no setor financeiro, na manutenção do ensino na região de Guarapuava.

04.05.71 — Ocupa a tribuna, lamentando que esta Casa não tenha publicado para conhecimento público e dos senhores Deputados, Mensagem Governamental que altera a atual Constituição Estadual.

06.05.71 — Ocupa a tribuna, afirmando a sua posição contrária ao texto da Emenda Constitucional, que pretende ferir a nossa estabilidade política e a diminuição deste Poder. Finalizando, faz um apêlo ao sr. Presidente da Casa para que reaja contra os propósitos daquela emenda em defesa desta Casa de Leis, e que o sr. Presidente ao tomar esta atitude, poderá contar com o apoio de sua bancada.

18.05.71 — Ocupa a tribuna, fazendo apêlo aos srs. Deputados do Governo para que se empenhem junto ao mesmo no sentido de que seja dilatado o prazo de recolhimento do ICM pelos produtores, em igualdade com o Estado de São Paulo.

20.05.71 — Ocupa a tribuna e faz inicialmente um retrospecto dos principais fatos históricos verificados no Brasil após a Revolução de 64. Continuando, faz uma análise da atual situação política brasileira e das últimas alterações constitucionais. Finalizando tece comentários sobre a Reforma Constitucional do Estado, mostrando-se contrário à subordinação que se pretende dar aos Municípios paranaenses, com aquela pretendida reforma.

25.05.71 — Em explicações pessoais, ocupa a tribuna, manifestando as suas contrariedades pela maneira com que se realizou esta sessão, pois que a matéria que está sendo apreciada, em si não justificaria esta sessão noturna e nestas condições, protestando também pela intenção do Governo em alterar a Constituição Estadual sem consultar os interesses do povo paranaense.

02.06.71 — Ocupa a tribuna, tecendo comentários sobre a importância do sistema de cooperativas, e a política econômica adotada pela Sunab, contrária ao desenvolvimento daquele sistema.

18.06.71 — Ocupa a tribuna, saudando inicialmente os professores e alunos do Colégio Erasto Gaertner, pelas suas presenças nesta Casa. Em seguida mostra a sua contrariedade pela atitude da bancada da Arena, em sessão anterior, quando da apreciação de requerimentos de sua autoria. Continuando, diz da ajuda que o Governo prestou aos candidatos da Arena nas últimas eleições para Deputado. A seguir, discorre sobre algumas reivindicações que pretende trazer a esta Casa, do povo de sua região. Finalizando, agradece a atitude tomada pelo sr. Líder da Arena.

DISCURSOS DO DEPUTADO NELSON BUFFARA

13.04.71 — Ocupa a tribuna, discordando das afirmações feitas pelo sr. Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, mostrando-se contrário à criação da Zona Franca de Foz do Iguaçu.

14.04.71 — Ocupa a tribuna, apresentando e justificando requerimento solicitando um voto de regozijo pelo fato da Petrobrás ter determinado a implantação de uma Refinaria de Petróleo em Paranaguá.

29.04.71 — Ocupa a tribuna, enaltecendo a administração do ex-governador Paulo Pimentel, pelas obras realizadas em sua região litoral paranaense, e, mostrando-se contrário aos comentários e críticas dirigidos à sua administração.

30.04.71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se com o pronunciamento em data de hoje, do sr. Cândido Martins de Oliveira. Concluindo, diz que espera que o Governo do Estado, ao tomar conhecimento dos fatos denunciados por aquele orador, venha sanar estas irregularidades que criam um clima de insegurança em nosso Estado.

03.05.71 — Ocupa a tribuna dizendo, inicialmente, da inauguração em Paranaguá, do 1.º Pier Petrolífero daquele porto, feita pelo sr. Ministro dos Transportes.

DISCURSOS DO DEPUTADO PAULO POLI

13.04.71 — Ocupa a tribuna, fazendo referências aos oradores que o antecederam, afirma ao deputado Alvaro Dias, que o seu voto de louvor deve ser apresentado por escrito para posterior deliberação desta Casa. Solidarizando-se, em seguida, com o pronunciamento do deputado Xenofonte Villanueva. Continuando, lê carta dirigida ao sr. Diretor do jornal "O Estado do Paraná", subscrita pelo sr. Prefeito Municipal de Araruna, solicitando o cancelamento de sua assinatura daquele jornal. Finalizando, diz que o atual Governo não pode ser responsabilizado pelo atraso de vencimentos do funcionalismo, verificados no Governo anterior e, antes de completar os 30 dias de seu Governo pagou o funcionalismo público.

15.04.71 — Ocupa a tribuna, apresentando e justificando requerimento, solicitando envio de apêlo ao sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que a Rodovia BR-369, seja executada pelo traçado já previsto.

23.04.71 — Ocupa a tribuna, fazendo apêlo ao sr. Secretário da Fazenda para que conclua estudos referentes à distribuição do ICM aos Municípios, já devidamente autorizados pelo sr. Governador do Estado. Concluindo, congratula-se com os pronunciamentos verificados na sessão de ontem que tiveram como principal objetivo superar a crise política em nosso Estado.

26.04.71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se com o Governo do Estado, por ter autorizado a nova distribuição do ICM aos Municípios, com base na distribuição do ano anterior.

27.04.71 — Ocupa a tribuna, e tece considerações referentes à distribuição do ICM, aos municípios com base no ano anterior. Concluindo o seu pronunciamento, congratula-se com o sr. Governador do Estado pelo envio a esta Casa da Mensagem de aumento ao funcionalismo público.

28.04.71 — Ocupa a tribuna, inicialmente repudiando os artigos publicados pelos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná" onde é dado manchete às possíveis irregularidades ocorridas no último pleito, envolvendo parlamentares desta Casa. Em seguida, solidariza-se com os parlamentares envolvidos naquele episódio.

25.05.71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna e, inicialmente, diz não aceitar as palavras ofensivas dirigidas a este Poder. Finalizando, apresenta as suas razões que justificam a realização desta sessão, para apreciação do voto governamental ao Projeto de Lei n.º 208-69.

02.06.71 — Ocupa a tribuna, apresentando novas justificativas ao projeto de sua autoria que altera o Art. 14 do Estatuto do Magistério Público, mostrando-se contrário, na oportunidade, ao pronunciamento do sr. Cândido Martins de Oliveira, quando da tribuna na sessão de hoje.

09.06.71 — Ocupa a tribuna, manifestando-se contrariamente às notícias veiculadas por alguns órgãos da imprensa local, dando como verdadeira, de que uma nova Emenda à Constituição estaria sendo cogitada por este Poder. Na oportunidade, ao repudiar o fato, apela para que os srs. Diretores de jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", não permitam que notícias desta natureza sejam novamente divulgadas.

16.06.71 — Ocupa a tribuna, mostrando-se favorável às medidas tomadas pelo Governo federal, em ampliar para 200 milhas a faixa de nosso Mar

Territorial. Continuando, discorre sobre a atual Política Econômica do café no Brasil, bem como a necessidade de melhores condições de proteção à lavoura cafeeira.

18.06.71 — Ocupa a tribuna, solidarizando-se com o pronunciamento anterior, do sr. Erondy Silvério na sessão de hoje.

DISCURSOS DO DEPUTADO QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

28.04.71 — Ocupa a tribuna, tecendo considerações ao saneamento da água em nossa Capital, após fazer sua iniciação na Tribuna da Casa. Finalizando, mostra sua contrariedade, não à imprensa local mas sim a alguns jornalistas que têm deturpado os fatos políticos em nosso Estado.

04.05.71 — Ocupa a tribuna, fazendo novas justificativas ao seu Projeto de Lei, lido no Expediente, autorizando o PE a criar Curso Científico no Município de Colorado.

07.06.71 — Ocupa a tribuna, fazendo referências ao pronunciamento do sr. Antônio Belinati, na sessão de hoje, sobre a proibição que a Saúde Pública do Estado vem fazendo aos vendedores ambulantes. Na oportunidade demonstra a sua estranheza pela atitude daquele orador em tentar proteger contraventores e solidariaz-se com a Saúde Pública de Londrina por esta iniciativa.

DISCURSOS DO DEPUTADO SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR

14.04.71 — Ocupa a tribuna, expondo sua posição favorável às manifestações de posição que a imprensa vem fazendo ao Governo do Estado.

15.04.71 — Ocupa a tribuna, comentando e dando o seu comportamento político com respeito às divergências, existentes, entre as áreas políticas do atual e do ex-Governador do Estado.

14.04.71 — Ocupa a tribuna, em explicação pessoal, para tecer considerações com referência ao pronunciamento do sr. Paulo Poli, com relação à sua bancada.

27.04.71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se inicialmente com o pronunciamento do sr. Alvaro Dias. Continuando, diz que continuará a insistir para que seja formada com a maior brevidade possível a instalação da CPI, destinada a apurar possíveis irregularidades no Governo Paulo Pimentel. Concluindo, diz que sua bancada está à disposição e que se a Comissão não fôr instalada não será por sua culpa.

30.04.71 — Ocupa a tribuna, solidarizando-se inicialmente com o pronunciamento do sr. Cândido Martins de Oliveira na sessão de hoje desta Casa. Continuando, expõe seu ponto de vista com relação ao direito paraense na participação da Direção do Banco do Brasil.

05.05.71 — Ocupa a tribuna, justificando seu requerimento que pede a publicação das emendas à Constituição do Estado, em novo avulso, criticando, na oportunidade, a maneira com que é publicado o "Diário da Assembléia, sem obedecer à sua ordem cronológica.

06.05.71 — Ocupa a tribuna, participando à Casa ter conhecimento da Mensagem Governamental de Emenda à Constituição do Estado, afirmando na oportunidade, não concordar com os termos da mesma. Concluindo, dirige apelo ao sr. Líder do Governo para que traga a esta Casa as finalidades que pretende atingir a referida emenda.

13.05.71 — Ocupa a tribuna, tecendo considerações sobre duas emendas de sua autoria, que pretende submeter à apreciação desta Casa, com respeito à reforma constitucional.

18.05.71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas à atuação e o comportamento do sr. Governador do Estado, bem como a alguns tópicos da emenda da reforma da Constituição, que virão dar maiores atribuições ao Executivo, em detrimento do Legislativo Estadual. Continuando, diz que o atual Go-

vernador, quando Deputado estadual sempre defendeu a autonomia deste Poder, com relação ao Executivo. Finalizando, tece novas críticas à emenda constitucional, dizendo que ela vem mais no sentido de atender os interesses políticos e não os anseios do povo paranaense, e que esta Casa deve votá-la após minucioso estudo para que não venha prejudicar a nossa democracia.

25.05.71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna, manifestando a sua contrariedade pela maneira com que se realizou esta sessão, pois que a matéria que está sendo apreciada, em si não justificaria, esta sessão noturna nestas condições, protestando também pela intenção do Governo em alterar a Constituição estadual sem consultar os interesses do povo paranaense.

01.06.71 — Ocupa a tribuna, registrando o seu protesto, contra algumas expressões usadas por alguns integrantes da bancada da Arena, quando da votação da Emenda Constitucional e a consequente retirada de sua bancada do Plenário desta Casa.

02.06.71 — Ocupa a tribuna, estendendo um apelo às autoridades sanitárias do Estado para verificação e combate de um surto de febre amarela surgida no Sudoeste do Paraná.

29.06.71 — Ocupa a tribuna, demonstrando a sua contrariedade pelo sistema de distribuição de comandos políticos nos municípios paranaense, por parte do sr. Governador do Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO XENOFONTE VILLANUEVA

13.04.71 — Ocupa a tribuna, inicialmente apresentado e justificando requerimento, solicitando envio de apelo aos srs. Ministro do Trabalho e Presidente da República, no sentido que seja destinada uma Junta de Conciliação e Julgamento para Rolândia. Finalizando, apresenta um voto de repúdio pessoal ao jornal "O Estado do Paraná, Canais 4 e 11, que vêm lançando notícias políticas, dirigidas ao povo do Paraná, dando uma imagem distorcida do atual Governo.

15.04.71 — Ocupa a tribuna, apresentando e justificando dois requerimentos solicitando o envio de apelo aos srs. Diretor do DER para que seja dado melhores condições de tráfego à estrada que liga Foz do Iguaçu a Porto Meira, e, ao sr. Ministro dos Transportes, para que seja estabelecida a ligação entre o Brasil e Argentina, sobre o Rio Iguaçu.

23.04.71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se com a instalação no Paraná da nova sociedade de capital aberto, solicitando, na oportunidade, verbalmente, o envio de ofício dirigindo voto de apoio e congratulações à Bólsa de Valores do Paraná.

02.06.71 — Ocupa a tribuna, expondo o seu ponto de vista contrário à nova Lei que visa alterar o Artigo 14 do Magistério Público.

09.06.71 — Ocupa a tribuna, tecendo críticas às motivações paisagísticas que se implantou no centro turístico de Vila Velha em nosso Estado.

16.06.71 — Ocupa a tribuna, relatando sua participação, como integrante da Comissão Especial que representou esta Casa no 1.º Encontro Turístico no Litoral Paranaense, bem como dos assuntos lá tratados.

DISCURSOS DO DEPUTADO WILSON BRANDAO

22.04.71 — Ocupa a tribuna, congratulando-se, inicialmente, com o pronunciamento em data de hoje, nesta Casa, do sr. Líder da ARENA. A seguir, faz referências às críticas dirigidas à imprensa, dizendo acreditar que a união e harmonia voltarão a imperar em nosso Estado, nesta nova etapa da administração estadual.

28.04.71 — Ocupa a tribuna, manifestando-se contrário, em parte, com o pronunciamento do sr. Cândido Martins de Oliveira, na sessão de hoje, e apresentando seu repúdio às divulgações efetuadas por parte de alguns jornais da imprensa local com relação ao possível fraude ocorrido no últi-

mo pleito eleitoral em que foram envolvidos alguns parlamentares desta Casa

30.04.71 — Ocupa a tribuna, demonstrando a sua contrariedade a uma parte da imprensa local que não vem revelando os fatos com a devida autenticidade. Finalizando, revela as suas convicções políticas e seu desinteresse em usar o cargo para conseguir benefícios políticos.

25.05.71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna e expõe seus pontos de vista com respeito à votação da matéria e a realização da sessão.

08.06.71 — Em explicação pessoal, ocupa a tribuna mostrando-se inicialmente contrário ao comportamento de algumas emissoras e órgão de divulgação, que vêm tentando tirar o brilhantismo deste Poder Legislativo. Finalizando, tece críticas à medida tomada pelo sr. desembargador relator do Mandado de Segurança surpreendendo a vigência da nova Constituição Estadual, em acolher o referido mandado concedendo a sua liminar sem as devidas provas legais.

24.06.71 — Ocupa a tribuna, trazendo novas justificativas ao seu pronunciamento contrário ao requerimento do sr. Antônio Belinati, apresentado em sessão anterior, referente ao problema dos favelados que vivem às margens do Rio Belém.

25.06.71 — Ocupa a tribuna solicitando, inicialmente à Mesa, para que sejam retiradas dos Anais da Casa as expressões anti-parlamentares pronunciadas na sessão de ontem. Finalizando, discorre sobre a sua conduta parlamentar nesta Casa, tecendo ainda, na oportunidade, considerações ao requerimento do sr. Alvaro Dias, apresentado na sessão de hoje.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PORTARIAS BAIXADAS PELO SENHOR DIRETOR GERAL S U M U L A

208-71 — Designando Nevinha Piazza Cardoso, funcionária deste Poder para prestar serviços no Gabinete do M.D.B. junto ao Gabinete do deputado Antônio Belinati.

209-71 — Lotando Luiz Carlos Molinari, funcionário deste Poder, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas.

210-71 — Designando Osvaldo Farias e Lígia Maria da Silva, funcionários deste Poder, para prestarem serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Arizone Mendes Araújo.

211-71 — Designando Saint-Cyr de Oliveira Rocha, funcionário deste Poder para prestar serviços de assessoramento da imprensa no Gabinete da 1.ª Secretaria.

212-71 — Lotando Diva do Valle Cavalcanti, funcionária deste Poder, no Departamento Legislativo.

213-71 — Lotando Abib Miguel, funcionário deste Poder, no Serviço de Assistência Judiciária.

214-71 — Concedendo a Liliari Mary Rebello, funcionária deste Poder, treze (13) dias de licença para tratamento de saúde.

215-71 — Designando Renato Eugenio Rebello Schaitza, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado Erondy Silvério.

216-71 — Lotando Odair Cosmos, funcionário deste Poder, no Departamento Administrativo.

217-71 — Concedendo a Humberto Graça Neto, funcionário deste Poder, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

218-71 — Concedendo a Rubem Murilo Leão Régio, funcionário deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

219-71 — Lotando em sua secção de origem, Marique Gândara Filho, funcionário deste Poder.

- 220-71 — Concedendo a João Maria Serpa, funcionário, deste Poder, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1971.
- 221-71 — Designando, de acordo com o disposto pelo art. 2.º, do Decreto Legislativo n.º 181-71, de 30 de março de 1971, para integrarem o Serviço de Segurança deste Poder, funcionários que especifica.
- 222-71 — Designando Marina Cunha Martins, funcionária deste Poder para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Agnaldo Pereira Lima.
- 223-71 — Lotando no Serviço de Assistência Judiciária os funcionários deste Poder que especifica.
- 224-71 — Designando, de conformidade com o estatuto pelo art. 315, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários Paulo de Tarso de Oliveira Abbas, Durval Daros e Pedro Alvares dos Santos para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Inquérito Administrativo, para apurar a procedência de irregularidades funcionais e prática de ato delituoso imputados a funcionária Marlene Perry Gonçalves, funcionária deste Poder.
- 225-71 — Concedendo a Marina Cunha Martins, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do Deputado Emílio Carazzai.
- 227-71 — Concedendo a Jorge Kudri, funcionário deste Poder, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1970.
- 228-71 — Concedendo a Madoná Sidilha dos Santos Loyola, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1970.
- 229-71 — Concedendo a José Carlos Pereira, funcionário deste Poder, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde.
- 230-71 — Designando Madalena Maria de Lima e Antônio Garcia, funcionários deste Poder, para prestarem serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado Antônio Lopes Júnior.
- 231-71 — Concedendo a Olga Maria Rocha Athaide, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971.
- 232-71 — Lotando José Tarquínio Isfer, funcionário deste Poder, no Departamento Legislativo.
- 233-71 — Concedendo a Brígida Lobo Kolorovics, funcionária deste Poder, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1971.
- 234-71 — Concedendo a Luiz Carlos Gonçalves de Castro, funcionário deste Poder, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde.
- 235-71 — Concedendo a Nadir de Oliveira Santos, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971.
- 236-71 — Lotando Leiza Maria Ximenes, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da Presidência.
- 237-71 — Dispensando Almir Oliveira dos Santos, funcionário deste Poder, dos serviços que presta no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado Paulo Poli, e dá outras providências.
- 238-71 — Designando os funcionários que especifica, para constituírem a Comissão encarregada de examinar as propostas referentes à tomada de preços 9-71. Edital 1-71.
- 239-71 — Lotando Antônio Carlos Lacerda, funcionário deste Poder, no Departamento Legislativo.
- 240-71 — Lotando Dino Almeida e Carlos Jung, funcionários deste Poder, no Departamento Legislativo.
- 241-71 — Concedendo a Joaquina Lourança José, funcionária deste Poder, trinta (30) dias de férias.
- 242-71 — Concedendo a Celso Faraco, funcionário deste Poder, trinta (30) dias de férias.
- 243-71 — Concedendo a Ethel de Pinho Neves, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias.

244-71 — Concedendo a Juracy José Sommarvilla, funcionário deste Poder, trinta (30) dias de férias.

245-71 — Concedendo a Emilia Miranda Becker, funcionária deste Poder, noventa (90) dias de licença.

246-71 — Concedendo a Juvenal Jaworski, funcionário, deste Poder, trinta (30) dias de férias.

247-71 — Concedendo a José Rodrigues de Moraes, funcionário deste Poder, trinta (30) dias de férias.

248-71 — Regulamentando a assistência Odontológica deste Poder, exclusivamente para os srs. Deputados, Funcionários e seus respectivos familiares.

249-71 — Designando José Tarquinio Isfer, funcionário deste Poder para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

250-71 — Designando Abib Miguel, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado Agnaldo Pereira Lima.

251-71 — Lotando Hugo Gabardo, funcionário deste Poder no Gabinete de Assistência Técnica.

252-71 — Concedendo a Gabriel Brotto, funcionário deste Poder, dez (10) dias de férias, referentes ao exercício de 1971.

253-71 — Concedendo a Siomara Lopes Gomide, funcionária deste Poder, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1971.

254-71 — Designando a Jorge Assad Mansur, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do Deputado Acyr José.

255-71 — Concedendo a Joaquim Roberto Munhoz de Mello, funcionário deste Poder (30) dias de férias.

256-71 — Concedendo a Gilberto Bitencourt Fontoura, funcionário deste Poder (30) dias de férias.

257-71 — Designando Amaury Schimelpfing Ramos, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Vice-Presidência.

258-71 — Suspendendo por (30) dias, Brigida Lobo Kolarovigs, funcionária deste Poder.

259-71 — Designando o Cirurgião-Dentista, Hilário Fregonese, para responder pela Chefia do Serviço Odontológico.

260-71 — Lotar Lidia Muchinski na Divisão do Protocolo Geral, do Departamento Administrativo.

261-71 — Concedendo a Ethel de Pinho Neves, funcionária deste Poder (10) dias de licença para tratamento de saúde.

262-71 — Designando para prestar serviços no Gabinete do M.D.B., na forma que especifica, os funcionários que também especifica.

263-71 — Designando a Bolivar Camargo Barros, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

264-71 — Designando os funcionários Armando Soichi Iwaya, José Cheliski e Edu Liberti, para, sob a Presidência do primeiro, comporem Comissão de tomada de preços, que apreciará as propostas ao Edital n.º 2-71, de 14 de abril de 1971.

265-71 — Concedendo a Attilio Pereira de Lima, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

266-71 — Designando o Antonio Cecy, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Fabiano Braga Côrtes.

267-71 — Designando a Umbelina Carraro Santos, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Fuad Nacli.

268-71 — Concedendo a Moysés Abdala Magalhães, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

269-71 — Designando a Luiz Fernando de Oliveira, funcionário deste Po-

der para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado Paulo Poli.

270-71 — Designando o funcionário Esvérdén Guimarães Plaisant, para secretariar a Comissão de Inquérito Administrativo, criada pela Portaria, n.º 224-71, de 5 de abril de 1971.

271-71 — Lotando a Maria José Távora Gil Belém, funcionária deste Poder, no Departamento Legislativo.

272-71 — Designando os funcionários Luiz Fernando Tatara Ribas, Abel Marchiorato e Amado Zonato para, sob a presidência do primeiro comporem Comissão de tomada de preços, que apreciará as propostas referentes ao Edital n.º 3-71, de 14 de abril de 1971.

273-71 — Lotando Celso Mariano dos Santos, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Social.

274-71 — Lotando Benedito Siqueira Branco, ora à disposição desta Assembléia, no Gabinete da Presidência.

275-71 — Concedendo a Ney Rodrigues, funcionário deste Poder, (13) dias de férias.

276-71 — Concedendo a Divonzir Arthur Gusso, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

277-71 — Concedendo a Lidia Muchinski, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

278-71 — Lotando Ronaldo Catarino, à disposição desta Assembléia Legislativa, no Gabinete da Presidência.

279-71 — Designando Wilson Ramos para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado David Federmann.

280-71 — Concedendo a Gilberto Felix da Silva, funcionário deste Poder (30) dias de férias.

281-71 — Concedendo a Elida Daitchmann, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

282-71 — Suspendendo os benefícios concedidos aos elementos do corpo da Guarda Governamental, que especifica, que prestavam serviços de segurança neste Poder, a partir de 10 de março de 1.971.

283-71 — Lotando Esverben Guimarães Plaisant, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Departamento Administrativo, Gabinete do Diretor.

284-71 — Concedendo a Marcos Garcia Costa, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

285-71 — Designando Dino José Bronze de Almeida, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B. junto ao Gabinete do Deputado Maurício Roslindo Fruet.

286-71 — Designando Almir Oliveira dos Santos, para prestar serviços no Gabinete da 4a. Secretaria, exercendo as funções de Motorista.

287-71 — Repreender Nelson Augusto Araújo, ocupante do cargo de Oficial de Administração, "PL-19, desobediência à ordem superior e não cumprimento de seus deveres funcionais, com base no disposto pelo, Art. 293, 11, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.971.

288-71 — Concedendo a Cenyra Silveira da Costa, funcionária deste Poder, (15), dias de férias.

289-71 — Concedendo a Raimundo Carlos Capela Pioli, funcionário deste Poder, (15) dias de férias.

290-71 — Concedendo a José Rodrigues de Moraes, funcionário deste Poder, (15) dias de licença para tratamento de saúde.

291-71 — Designando Olga Maria Rocha Athaide, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado Odilon Reinhardt.

292-71 — Designando José Estefano Brito Witoslawski, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria.

293-71 — Concedendo a Cleonice Pereira, funcionária deste Poder, (12) dias de licença para tratamento de saúde.

294-71 — Autorizar as funcionárias dos Gabinetes e da Secretaria da Assembléia Legislativa a comparecerem ao expediente, nos dias de intenso frio, vestidas de calça comprida com japonsa longa ou casaco.

295-71 — Concedendo licença no período de 10 a 20 de maio de 1.971, ao funcionário Dr. José Cardoso de Azevedo, com base no Art. 251, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

296-71 — Concedendo a Dimitrya Piriñ Maranhão, funcionária deste Poder, (03) meses de licença para tratamento de saúde.

297-71 — Concedendo a Ethel de Pinho Neves, funcionária deste Poder, (30) dias de férias.

298-71 — Concedendo a Juracy José Somnavilla, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

299-71 — Concedendo a Maria Arantes de Lima, funcionária deste Poder, (30) dias de férias.

300-71 — Concedendo a Cleonice Pereira, funcionária deste Poder, (30) dias de licença para tratamento de saúde.

301-71 — Concedendo a José Carlos Pereira, funcionário deste Poder, (28) dias de licença para tratamento de saúde.

302-71 — Lotando Nelson Augusto Araújo, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo, Divisão das Comissões.

303-71 — Designando, de conformidade com o estatuido pelo Art. 308, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, os funcionários Paulo de Tarso de Oliveira Abras, Durval Daros e Pedro Alvares dos Santos, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para apurar irregularidades atribuídas a funcionário do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, nos termos dos art. 306, parágrafo único, inciso 11, e 307, da Lei n. 6.174.

304-71 — Designando Valdecir Nassar, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado Leopoldo Jacomel.

305-71 — Designando Lupercina Seleme Rocha, funcionária deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Gabinete da 1a. Vice-Presidência.

306-71 — Dispensando Sebastião de Cristo, funcionário deste Poder, da Secretaria desta Assembléia, da Segurança, lotando o funcionário acima citado no Departamento Legislativo, Divisão de Redação de Debates e Anais.

307-71 — Lotando Carlos Eduardo Jung, funcionário deste Poder, na Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, Divisão de Divulgação.

308-71 — Concedendo a Vicentina Marafago dos Santos, funcionária deste Poder, (60) dias de licença para tratamento de saúde.

309-71 — Concedendo a Salomão de Souza Andrade, funcionário deste Poder, (15) dias de férias.

310-71 — Designando Lydia Schonbachler de Almeida, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

311-71 — Concedendo a Maria do Rocio Medeiros Witoslawski, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

312-71 — Designando Merchid Belich Filho, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Arthur de Souza.

313-71 — I — Revogando a Portaria n. 157-71, de 04 de março de 1.971,

que designou a funcionária Celly Eucléia Galliano Andrade, para prestar serviços no Gabinete do deputado Gabriel Manoel.

II — Lotando a funcionária acima citada no Departamento Administrativo, Divisão de Protocolo Geral.

314-71 — Concedendo a Nilton Busato, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

315-71 — Concedendo a José Suplicy Lacerda, funcionário deste Poder, (15) dias de férias.

316-71 — Lotando Luiz Carlos Caron Grossi, funcionário deste Poder, na Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo, Divisão de Redação de Debates e Anais.

317-71 — Concedendo a Izolla Clistau Barrichello, funcionária deste Poder, (30) dias de férias.

318-71 — Concedendo a Iolanda Guimarães de Castro, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

319-71 — Concedendo a Milton Mader Bittercourt, funcionário deste Poder (90) dias de licença para tratamento de saúde.

320-71 — Concedendo a Lydia Schombackler de Almeida, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

321-71 — Lotando Alberto Savola Assef, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, Divisão de Relações Públicas.

322-71 — Lotando José Carlos Pereira, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Social.

323-71 — Designando para constituírem grupo de trabalhos destinado a prestar serviços técnicos à Comissão Especial que especifica, do Estado, Proposição n. 15-71.

324-71 — Concedendo a Almir Monteiro, funcionário deste Poder, (15) dias de férias.

325-71 — Designando para integrarem o Grupo de trabalho constituído pela Portaria n. 323-71, de 20 de maio de 1.971.

326-71 — Designando os funcionários Raul Wolf e Edson Heikel, para acompanharem junto a Auto Oficina Berko Ltda., os trabalhos de recuperação da ambulância n. , placa GE-23-85, desta Assembléia.

327-71 — Concedendo a Cenira Silveira da Costa, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

328-71 — Concedendo a José Rodrigues de Moraes, funcionário deste Poder, (15) dias de licença para tratamento de saúde.

329-71 — Concedendo a Durval Estevão de Almeida, funcionário deste Poder, (30) dias de licença para tratamento de saúde.

330-71 — Concedendo a Juvenal Zarutski, funcionário deste Poder, (15) dias de licença para tratamento de saúde.

331-71 — Revogando a Portaria n. 190-71, de 19 de março de 1.971, que designou Elias Pereira, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do deputado João Calil Fadel.

332-71 — Concedendo a Liridamir Gonçalves Borgonovo, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

333-71 — Concedendo a Moysés Abdala Magalhães, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

334-71 — Designando Luciano Antônio Bittencourt, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Gabinete da Secretaria.

335-71 — Revogando a Portaria n. 174-71, de 10 de março de 1.971, que designou Hilda Guiomar Arguello para prestar serviços no Gabinete do deputado Jorge Sato.

336-71 — Revogando as Portarias nrs. 96-71 e 138-71, respectivamente de

09 de fevereiro de 1.971, e 26 de fevereiro de 1.971, que concederam férias referentes a 1.970 a Celina Bianchi.

337-71 — Lotando Durcilia Prestes dos Santos, funcionária deste Poder, no Departamento Legislativo, Divisão de Taquigrafia.

338-71 — Designando Ernesto Peracetta, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Gabinete da Liderança do M.D.B., a partir de 1.º de fevereiro de 1.971.

339-71 — Designando Rafael de Lala Sobrinho, funcionário deste Poder, da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de Redator, no Gabinete da Liderança do Governo.

340-71 — Designando Jorge Kudri e Luiz Carlos Caron Grossi, funcionários deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Paulo Camargo.

341-71 — Concedendo a Cleonice Pereira, funcionária deste Poder, (30) dias de licença para tratamento de saúde.

342-71 — Concedendo a Ayned Reinert Tizzot, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

343-71 — Concedendo a Jorge Kudri, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

344-71 — Concedendo a Lady Cunha, funcionária deste Poder, (30) dias de férias.

345-71 — Concedendo a Francisco de Oliveira Bini, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

346-71 — Concedendo a Jacira Bine, funcionária deste Poder, (15) dias de licença para tratamento de saúde.

347-71 — Concedendo a Abib Miguel, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

348-71 — Revogando a Portaria n. 223-71, de 02 de abril de 1.971, na parte que se refere a Humberto Graça Neto.

349-71 — Lotando Tadae Iwaya, funcionária deste Poder, para trabalhar no Gabinete da Presidência.

350-71 — Lotando o 1.º Sargento PM. Leônidas Ramos da Silva e o 2.º Sargento PM. João Maria de Freitas, da Polícia Militar, ora a disposição deste Poder.

351-71 — Lotando Ramilton Marcondes, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da Presidência desta Assembléia.

352-71 — Revogando a Portaria n. 292-71, de 04 de maio de 1.971, que designou José Estefano Brito Witoslawski, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria.

353-71 — Concedendo a Lindamir Edil Carán, funcionária deste Poder, (30) dias de férias.

354-71 — Concedendo a Cesar Augusto Agostine Pinto Nunes, funcionário deste Poder (30), dias de férias.

355-71 — Designando, nos termos do disposto no Art. 308, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, os funcionários Esverben Guimarães Plaisant, Luiz Fernando Malheiros Carneiro e Bogdano Karpen, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, encarregada de promover a apuração de irregularidades e faltas funcionais apontando nas denúncias contidas nos Processos protocolados sob os nrs. 3.596-71 e 3.597-71, de 07 de junho de 1.971, deste Poder Legislativo.

356-71 — Designando Raul Ziperer, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Jorge Sato.

357-71 — Concedendo a Maria Neide Boza Stival, funcionária deste Poder, (30) dias de férias.

358-71 — Concedendo a Maria de Lourdes Maltauro, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

359-71 — Concedendo a Luiz Carlos Gonçalves de Castro, funcionário deste Poder, (13) dias de licença para tratamento de saúde.

360-71 — Concedendo a Maria Leonilda Rocha, funcionária deste Poder, (90) dias de licença para tratamento de saúde.

361-71 — Designando Arlete Belmont Zéballos, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado Benedito Pinto Dias.

362-71 — Lotando Hugo Gabardo, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo, Divisão das Comissões.

363-71 — Designando Adairton Borges dos Santos, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria.

364-71 — Lotando Leony Grunado, ora a disposição deste Poder, no Departamento Legislativo, Divisão de Redação de Debates e Anais.

365-71 — Concedendo a José Rodrigues de Moraes, Chefe de Serviço de Segurança deste Poder, (30) dias de licença para tratamento de saúde.

366-71 — Lotando Elida Daitchmann, funcionária deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia no Serviço de Assistência Judiciária.

367-71 — Concedendo a Floripes Alves Boschi, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

368-71 — Concedendo a Julia Julinski de Paula, funcionária deste Poder, (30) dias de férias.

369-71 — Concedendo a Alexandre Radichewski, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

370-71 — Concedendo a Jacyra Machado Bini, funcionária deste Poder, (30) dias de férias.

371-71 — Concedendo a Rogério Berger, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

372-71 — Concedendo a Cleide Angelina Molinari da Silva, funcionária deste Poder, (90) dias de licença para tratamento de saúde.

373-71 — Concedendo a Edison Carlos de Oliveira, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

374-71 — Concedendo a Raul Wolf, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

375-71 — Concedendo a Roberto Diniz Satyro, funcionário deste Poder, (15) dias de férias.

376-71 — Lotando Miguel Jorge Nassar Neto, funcionário deste Poder, para prestar serviços na Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Liderança, Contabilidade e Pessoal.

377-71 — Concedendo a Darci Kliemann, funcionário deste Poder, (15) dias de férias.

378-71 — Concedendo a Lucia Maria da Veiga, funcionária deste Poder, (30) dias de férias.

379-71 — Concedendo a Luiz Augusto Cantador, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

380-71 — Designando José Paulo Orth, Ronaldo Baptista, Willians Rolando Romanzini, Aimoré da Rocha, Luiz Antonio Caron, Carlos Douglas Bukowski, Antonio Guibino, Edgar Távora Júnior e Plenio Antonio de Sotti Lopes, para constituirem grupo de trabalho destinado a proceder a adaptação do sistema contábil financeiro deste Poder, de acordo com o estabelecido pelo Artigo 38, da Constituição do Estado e bem assim, a elaboração da proposta orçamentária desta Assembléia.

381-71 — Concedendo a Silvio Sebastiani, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

382-71 — Concedendo a Walter dos Santos Beinaldet, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

383-71 — Concedendo a Marrigue Gândara Filho, funcionário deste Poder, (30) dias de férias.

384-71 — Concedendo a Brigida Lobo Kolarovics, funcionária deste Poder, (15) dias de férias.

385-71 — Revogando a Portaria n. 149-71, de 04 de março de 1.971, que designou Acir Villatore para prestar serviços no Gabinete do deputado Wilson Brandão.

386-71 — Designando os funcionários Esverben Guimarães Plaisant, Jomas Zampier e Luiz Fernando Martins Kosop, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Tomada de Preços, que apreciará as propostas referentes ao Edital n. 4-71, de 23 de junho de 1.971.

387-71 — Lotando Juvenal Cleto Martins de Aguiar, ora a disposição desta Assembléia Legislativa, no Departamento Administrativo, Divisão de Serviços Geral.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA

SINOPSE DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 18.3.71 A 30.6.71

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

PARECERES

Relator — Recebidos — Devolvidos — Fav. Cont. Aprov. Rejeit. Dil. Vistas

1 — Armando Queiroz	35	31	18	3	21	—	8	2
2 — Emílio Carazzai	39	32	24	2	29	—	3	—
3 — Arthur de Souza	36	11	8	3	11	—	—	—
4 — Odoln Reinhardt	33	24	18	4	22	—	2	—
5 — Igo Iwant Losso	81	21	16	2	18	—	3	—
6 — Acyr José	41	21	18	3	21	—	—	—
7 — Cândido Manoel	80	72	10	61	15	55	4	3
8 — Gilberto Carvalho	38	33	25	5	30	—	3	—
9 — J. Muggiati Filho	34	34	30	1	31	—	3	—
10 — Sebastião Rodrigues Jr.	28	19	15	—	15	—	4	—
11 — Wilson Branão (advogado)	1	1	1	—	1	—	—	—

Proposições recebidas até 30.6.71: 34.

Projetos de Resolução recebidos até 30.6.71: 12.

Reuniões Ordinárias realizadas até 30.6.71: 9.

Reuniões Extraordinárias realizadas até 30.6.71: 6.

Ofícios Expedidos: 48.

Ofícios recebidos: 02 (Diligências atendidas).

Projetos de Lei que estão na Comissão /Relator: 19.

Presidente: deputado Wilson Brandão.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1.971.

Rita Celestino Soares — Secretária.

DECRETOS LEGISLATIVOS

S U M U L A

181-71 — Criando o Serviço de Segurança da Assembléia Legislativa do Estado, subordinado tecnicamente à Mesa e Administrativamente à Diretoria Geral.

182-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Antonio dos Santos Ribas, funcionário da Secretaria deste Poder.

183-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço, em favor de Henrique Wojcik, funcionário da Secretaria deste Poder.

184-71 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Antonio S. C. Gebran, funcionário da Secretaria deste Poder.

185-71 — Concedendo reajuste nos vencimentos de João André Clele, funcionário da Secretaria deste Poder, e dá outras providências.

186-71 — Concedendo Licença Especial a Glaci Beich, funcionária da Secretaria deste Poder.

187-71 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Alba L. A. Garcia, funcionária da Secretaria deste Poder.

188-71 — Concedendo a Izabel Freitas, licença especial de 3 (três) meses por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio vencido em 1.º de agosto de 1.968.

189-71 — Concedendo licença especial a Leingot L. Franco, funcionário da Secretaria deste Poder.

190-71 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Jorge M. Júnior, funcionário da Secretaria deste Poder.

191-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Valtér A. Machiorato, funcionário da Secretaria deste Poder.

192-71 — Concedendo a Bogdano Karpen, funcionário da Secretaria deste Poder, reajuste nos seus vencimentos.

193-71 — Concedendo Licença Especial a Nair Maia, funcionária da Secretaria deste Poder.

194-71 — Colocando à disposição da Legião Brasileira de Assistência, a funcionária deste Poder, Celina Bianchi.

195-71 — Designando o funcionário deste Poder, Francisco A. R. C. Neto, para integrar a Comissão Especial instituída pelo Dec. Leg. n. 93-71, e dá outras providências.

196-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Edouard Elias Tomé, funcionário da Secretaria deste Poder.

197-71 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Emerentino Cruz Pacca, funcionário da Secretaria deste Poder.

198-71 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Dario F. Darif, funcionário da Secretaria deste Poder.

199-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Cléa Carneiro Teixeira, funcionária deste Poder.

200-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Clovis Freitas, funcionário deste Poder.

201-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Normando P. Culpi, funcionário da Secretaria deste Poder.

202-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Joaquim V. da Silva, funcionário da Secretaria deste Poder.

203-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ernesto Peraceta, funcionário da Secretaria deste Poder.

204-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jandir Nardin, funcionário da Secretaria deste Poder.

205-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Agildes O. Martins, funcionário da Secretaria deste Poder.

- 206-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Hugo Gabardo, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 207-71 — Mandando retificar o Dec. Leg. 335 - de 2 de julho de 1.965.
- 208-71 — Colocando à disposição do Poder Executivo Laertes Luiz Fogiatto, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 209-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Joel Nelson Heck, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 210-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Alba L. A. Garcia, funcionária da Secretaria deste Poder, tempo de serviço correspondente ao dobro das férias relativas a 15 dias restantes de 1.969 e 30 dias de 1.970, que deixou de gozar.
- 211-71 — Designando para exercer a função de Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário Eleovan Cezar Ribeiro, da Secretaria deste Poder.
- 212-71 — Suspendendo por 90 dias o funcionário da Secretaria deste Poder, Lauro Alcantara Martins.
- 213-71 — Autorizando os funcionários que especifica a prestarem serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente.
- 214-71 — Revogando os Decretos Legislativos 339-69 e 502-70, respectivamente de 18 de junho de 1.969 e 27 de outubro de 1.970.
- 215-71 — Revigorando o Dec. Leg. n. 541-69 de 23 de outubro de 1.969.
- 216-71 — Colocando à disposição do Tribunal de Contas do Estado a funcionária deste Poder, Rosi M. B. de Assis.
- 217-71 — Revogando o Dec. Leg. n. 96-71 de 5 de março de 1.971.
- 218-71 — Revogando os Decretos Legislativos nrs. 535-69, 295-70 e 48-70, respectivamente de 7 de outubro de 1.969, 30 de junho de 1.970 e 24 de setembro de 1.970.
- 219-71 — Autorizando o afastamento de Ruy F. de Carvalho, funcionário deste Poder, para exercer o cargo de Secretário dos Negócios do Interior e Justiça.
- 220-71 — Designando o funcionário deste Poder, Clóvis S. de Souza, para secretariar a Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico e Social.
- 221-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Abel F. Marchiorato, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 222-71 — Designando o funcionário deste Poder, Nicanor Vasconcellos, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do Governo.
- 223-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 174-71 de 16 de março de 1971.
- 224-71 — Revogando o Decreto Legislativo 179-71 de 16 de março de 1971.
- 225-71 — Autorizando ao funcionário deste Poder, Paulo de Tarso Abbas, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente.
- 226-71 — Revogando o Dec. Leg. 145-71 de 16 de março de 1.971.
- 227-71 — Designando a funcionária deste Poder, Maria de Lourdes Mautau, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 4a. Secretaria.
- 228-71 — Mandando retificar o Dec. Leg. 329-70 de 1.º de julho de 1.970.
- 229-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Boarneges M. Cádiz, funcionário da Secretaria deste Poder.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SINOPSE DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 18.3.71 A 30.6.71

N.o de Reuniões Ordinárias: 9

N.o de Reuniões Extraordinárias: 6 — Total: 15.

Relatores	N.o presença em reuniões realizadas	N.o de Projetos Recebidos neste período	N.o de Proje- tos q/ainda não foi devolvido
1 — Armando Queiroz	09	35	4
2 — Emílio Carazzai	11	39	7
3 — Arthur de Souza	06	36	25
4 — Odilon Reinhardt	33 24	18 4 22	2 —
5 — Igo Iwant Losso	14	81	58
6 — Acyr José	14	41	20
7 — Cândido Manoel	12	80	02
8 — Gilberto Carvalho	14	38	05
9 — J. Muggiati Filho	13	34	00
10 — Sebastião Rodrigues Júnior	10	28	09
11 — Wilson Brandão	14	01	00

7a. LEGISLATURA

1a. SESSÃO LEGISLATIVA

Presidente: Deputado Wilson Brandão

Vice-Presidente: Deputado José Muggiati Filho.

Rita Celéstino Soares — Secretária